



Transcrição da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal de Marco de
Canaveses

----- *29 de dezembro de 2017* -----



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, caro público, vamos começar os trabalhos com a posse dos substitutos dos Srs. Presidentes de Junta. E eu alerto para o facto de que as pessoas que tomem posse agora não podem votar a ata da tomada de posse. Por isso, começamos já por essa parte dos trabalhos.

Eu passo a palavra ao meu 1.º Secretário, para que ele proceda à chamada das pessoas que vão tomar posse.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade do Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, perante mim, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Assembleia Municipal, compareceu o Sr. João Ricardo Rebuge Pereira, Secretário da Junta de Freguesia de Tabuado, portador do Cartão de Cidadão n.º 114801568ZY2, válido até 09.03.2020, e Contribuinte n.º 166236322, que fazia parte das listas do PS nas eleições autárquicas realizadas no dia 1 de outubro de 2017, e que face ao pedido de justificação de falta apresentado pelo Sr. José Fernando Barros Barbosa, Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, candidato pela mesma lista, foi indicado como seu substituto legal nos termos da alínea c) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomando assim posse como substituto legal nas faltas e impedimentos do Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado. Verificada a legitimidade do mesmo e a sua identidade, o Presidente da Assembleia Municipal, depois de prestado juramento legal, considerou-o investido nas respetivas funções. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata de posse, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo empossado e por mim, Bruno Daniel Sousa Caetano, que a redigi.

--- João Pereira (Substituto legal do Presidente J.F. Tabuado, PS) ---

Eu, João Ricardo Rebuge Pereira, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade do Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, perante mim, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Assembleia Municipal, compareceu a Sra. Maria de Fátima Teixeira Cerqueira, Secretária da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, portadora do Cartão de Cidadão n.º 108920755ZZ1, válido até 19.08.2019, e Contribuinte n.º 210901020, que fazia parte das listas do PS nas eleições autárquicas realizadas no dia 1 de outubro de 2017, e que face ao pedido de justificação de falta apresentado pelo Sr. Miguel João Teixeira Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, candidato pela mesma lista, foi indicada como sua substituta legal nos termos da alínea c) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomando assim posse como substituta legal nas faltas e impedimentos do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo. Verificada a legitimidade da mesma e a sua identidade, o Presidente da Assembleia Municipal, depois de prestado juramento legal, considerou-a investida nas respetivas funções. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata de posse, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo empossado e por mim, Bruno Daniel Sousa Caetano, que a redigi.



--- Maria de Fátima Cerqueira (Substituta legal do Presidente J.F. Vila Boa do Bispo, PS) ---

Eu, Maria de Fátima Teixeira Cerqueira, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Passamos, então, à última tomada de posse. Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade do Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, perante mim, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Assembleia Municipal, compareceu o Sr. António Maria Fernandes Esteves, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, portador do Cartão de Cidadão n.º 0395055421ZZ0, válido até 25.03.2018, e Contribuinte n.º 151010803, que fazia parte das listas do PPD/PSD nas eleições autárquicas realizadas no dia 1 de outubro de 2017, e que face ao pedido de justificação de falta apresentado pelo Sr. Domingos Manuel Soares Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, candidato pela mesma lista, foi indicado como seu substituto legal nos termos da alínea c) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomando assim posse como substituto legal nas faltas e impedimentos do Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão. Verificada a legitimidade do mesmo e a sua identidade, o Presidente da Assembleia Municipal, depois de prestado juramento legal, considerou-o investido nas respetivas funções. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata de posse, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo empossado e por mim, Bruno Daniel Sousa Caetano, que a redigi.

--- António Esteves (Substituto legal do Presidente J.F. Alpendorada, Várzea e Torrão, PPD/PSD) ---

Eu, António Maria Fernandes Esteves, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, nós vamos, de seguida, dar oportunidade aos líderes das várias forças políticas para, durante cinco (5) minutos, fazerem aquilo que não se fez na tomada de posse, dado, digamos assim, o aperto – enfim, não havia condições. Por isso, eu apelo aos Srs. Líderes Parlamentares para, se quiserem, de acordo com aquilo que foi combinado, usarem da palavra durante – atenção – cinco (5) minutos. Muito obrigado.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Deputados e Deputadas, Exmos. Srs. Presidentes de Junta, comunicação social, caras e caros Marcoenses, antes de tudo, muito boa noite.

Em nome da Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia, permitam-me que inicie com um agradecimento sentido aos cidadãos do Marco pelo voto de confiança que depositaram no Partido Socialista para a Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia, no passado dia 1 de outubro. Os Marcoenses manifestaram-se nas urnas de forma livre e



democrática, e em consciência e de forma expressiva, decidiram quem querem que conduza os destinos deste concelho para os próximos quatro (4) anos.

A este novo Executivo, não lhe desejo sorte, pois a sorte conquista-se com talento e trabalho. Todos esperamos de vocês, Executivo, verdade, frontalidade e transparência. Há que nunca perder de vista que foram esses os principais compromissos assumidos por todos nós em período de campanha eleitoral.

Sob o tema “Tempo de avançar”, o Partido Socialista apresentou o seu programa eleitoral aos Marcoenses, sendo que estes o validaram com uma maioria absoluta. Sabemos que as expetativas estão bem altas, mas também acreditamos que este Executivo estará à altura deste desafio.

Enquanto deputados municipais, é nosso firme propósito desempenhar com rigor, lealdade e respeito pela Lei as funções que aqui iniciamos. De igual modo, tentaremos honrar as expetativas de cada um dos votos, tanto dos que votaram no Partido Socialista, como dos que votaram noutras forças políticas.

Aos nossos pares desta Assembleia, felicitamos pela vossa eleição, e esperamos de vós, enquanto Oposição, uma atitude de seriedade e de compromisso com os Marcoenses.

Para terminar, quero assegurar que seremos exigentes, quer connosco, quer convosco, na defesa inequívoca do Marco e dos Marcoenses. Não esperem de nós nada mais do que isso: seriedade, empenho e rigor.

Viva Marco de Canaveses.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Vereadores, colegas deputados da Assembleia Municipal, caros e caras Marcoenses:

No passado dia 1 de outubro realizaram-se eleições autárquicas, nas quais participaram ativamente, enquanto candidatos aos diferentes órgãos locais, centenas de Marcoenses. A todos queria saudar de forma generalizada, pela sua disponibilidade, pela sua coragem, pelo seu sentido de responsabilidade, independentemente dos resultados alcançados.

Em tempos em que alguns mascaram em atos de cidadania uma obstinada vocação para a maledicência, quando não a mera sede de protagonismo pessoal, dar a cara por um projeto e participar ativamente na vida democrática é um gesto que merece o reconhecimento coletivo. E por reconhecer que a política é um ato nobre, que deve ser feita com elevação e caráter, de forma leal e frontal, aqui deixo, em nome do Grupo Municipal do PSD, uma certeza: agiremos sempre dessa forma, com elevação, com espírito crítico, mas acima de tudo faremos uma oposição construtiva e ativa.

Depois de doze (12) anos liderados pelo PSD, em que muito foi feito, mas em que muito mais poderia ter sido feito, não fossem as amarras da dívida e do plano de reequilíbrio financeiro, não podemos todos esquecer o importante papel do Presidente de Câmara cessante, que ao fim



destes doze (12) anos nos devolveu a liberdade económica que permitirá a este Executivo governar de forma menos sufocada pelos constrangimentos financeiros.

No passado dia 1 de outubro, os Marcoenses fizeram uma escolha, e escolheram a Dra. Cristina Vieira como nova Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, e escolheram o programa eleitoral do Partido Socialista como matriz estratégica para a nossa terra. Apesar de acharmos que o projeto político do PSD teria sido o melhor para os próximos anos, devemos todos respeitar democraticamente a escolha dos Marcoenses e desejar as maiores felicidades e sucessos a este novo Executivo.

Se a tarefa da Sra. Presidente da Câmara parece mais fácil do que a que nos calhou há doze (12) anos, a mesma não deve ser dada como de sucesso garantido. Há *dossiers* de extrema importância, sobre os quais os Marcoenses pugnam pelo seu sucesso: o *dossier* das águas, o apoio social, a educação, o investimento, o emprego, a cultura, a projeção nacional da nossa terra. Mas, para além destas, determinantes, há também as promessas eleitorais do Partido Socialista que não devem ser ignoradas, quer pela sua dimensão, mas também pelas suas pretensões.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente de Câmara, quero também aqui desejar as maiores felicidades a todos os Srs. Presidentes de Junta eleitos no passado dia 1 de outubro. Eles são a primeira linha no apoio às populações, conhecem os seus problemas e os seus anseios, sabem quem sofre e quem prospera, identificam os problemas e não descansam enquanto não os resolverem. Deixo, por isso, aqui um apelo à Sra. Presidente de Câmara, para que os ouça, trabalhe com eles e que, acima de tudo, respeite aqueles que são a base do poder autárquico em Portugal.

Sra. Presidente, o atual Executivo terá no Grupo Municipal do PSD um aliado pelo supremo interesse do Marco e dos Marcoenses, uma aliança que será vencedora quando for para melhorar as condições daqueles que cá vivem, mas terá a nossa frontal oposição e crítica quando colocar em causa o esforço que todos os Marcoenses fizeram nos últimos doze (12) anos, ou quando apresentar medidas que comprometam o nosso futuro coletivo.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Segue-se o Dr. Monteiro da Rocha.

--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Mesa, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, colegas da Assembleia Municipal:

É esta a primeira Assembleia deste mandato, em substância, porque a primeira que tivemos foi apenas uma pequena formalidade. E nesta minha primeira intervenção nesta Assembleia, eu queria saudar todos os eleitos e todas as forças políticas que os enquadram, que foram eleitos, pormenorizando em relação ao Executivo e à Câmara. À Sra. Presidente de Câmara e aos Srs. Vereadores do seu grupo, aos Srs. Vereadores do PSD e ao Sr. Vereador do Partido que



integro, apresento as saudações em nome do Partido que represento, e desejo um frutuoso mandato no Executivo, para bem dos Marcoenses que para isso os elegeram.

No tocante à Assembleia Municipal, permitam-me um afetuoso cumprimento ao nosso Presidente da Assembleia Municipal. Sei, por experiência própria, quão difícil é o lugar que ocupa, e desejo-lhe do coração que tenha êxito no desempenho das funções que agora inicia. A todos os elementos desta Assembleia Municipal, quer aos eleitos diretamente, quer aos que aqui estão por inerência – os Srs. Presidentes de Junta – o CDS deseja também um frutuoso mandato.

Agora reportando-me mais concretamente ao meu Partido, o CDS-PP, depois de um interregno de dois (2) mandatos, regressa aos órgãos municipais, tem aspirações de tornar-se novamente uma força predominante no concelho, e para isso vai trabalhar. Honrará os votos que os Marcoenses lhe deram neste mandato, e espera que o desempenho nestes quatro (4) anos contribua para que nos próximos mandatos mais votos lhe sejam atribuídos. Somos uma sociedade de base culturalmente cristã, pelo que é legítimo esperar que a democracia cristã que o CDS representa mereça a confiança dos eleitores para os representar.

Por isso, os Marcoenses podem confiar que trabalharemos neste mandato com vista ao presente, mas com o pensamento no futuro do Marco e nas suas gentes, isto independentemente do espírito de colaboração que manteremos com todas as forças políticas.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu penso que concluímos as intervenções dos três (3) líderes dos Grupos Parlamentares. Não sei se o Sr. Deputado da CDU quer fazer uso da palavra. Não pretende? Muito obrigado.

Sendo assim, de seguida, vamos iniciar o **Período de antes da ordem do dia**.

E relativamente ao Período de antes da ordem do dia, vamos começar pela aprovação da ata. E eu volto a chamar à atenção que os Srs. Substitutos dos Presidentes de Junta faltosos não vão poder votar.

Relativamente à ata da última Assembleia, eu pergunto: quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos de seguida para o **Ponto n.º 1.2**, que é a Apreciação da proposta de alteração dos tempos regimentais, de onde consta exatamente o seguinte:

“Propõe esta Assembleia Municipal alteração dos tempos fixados no art.º 24.º do Regimento deste órgão, de acordo com a deliberação da Reunião de Líderes do passado dia 11 de dezembro do corrente ano de 2017, nos seguintes termos: Partido Socialista, vinte e dois (22) minutos; Partido Social Democrata, dezasseis (16) minutos; Centro Democrático Social, cinco (5) minutos; CDU – Coligação Democrática Unitária, PCP/PEV, três (3) minutos.”



É exatamente esta proposta que eu sujeito à vossa aprovação. Esta proposta é para entrar de imediato em vigor. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

A seguir, vamos passar para o **Ponto n.º 1.3**, Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Convido as pessoas interessadas em inscrever-se para o fazer, por favor. Diga-me o nome, por favor. Isto ainda não é para a intervenção do público. Ora, nós tomámos apontamento da Maria Estela, Maria José – eu peço desculpa de dizer de forma abreviada o nome das pessoas – do Sr. Gil, do Miguel, da Marta, do Mário Luís e do Celso. Há mais alguém?

Srs. Deputados, nós vamos começar os trabalhos deste ponto pelos três (3) líderes, por uma questão de votos de pesar. Começava, então, pelo Sr. Deputado Bruno Caetano. Muito obrigado.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, boa noite a todos novamente.

Passando os cumprimentos formais, já que os fiz há pouco, e para poupar um bocadinho de tempo, como disse o Sr. Presidente da Assembleia, venho aqui apresentar um voto de pesar para pôr à consideração da Assembleia Municipal, em que traduz o seguinte:

“É com nossa profunda consternação que a Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, na sua reunião de 29 de dezembro de 2017, apresenta um voto de pesar pelo falecimento da ilustre figura da sociedade Marcoense, Eng.º Belmiro de Azevedo, de setenta e nove anos de idade, falecido no dia 29 de novembro de 2017.

Belmiro Mendes de Azevedo, nascido a 17 de fevereiro de 1938, na Freguesia de Tuíás, deste concelho, filho de um carpinteiro e de uma costureira, desde muito cedo despertou para o setor empresarial, tornando-se num dos principais empregadores do país.

Como referido, sendo uma das principais figuras nacionais, nunca esqueceu as suas origens, tendo fixado no nosso concelho algumas das suas empresas e investimentos.

São vários os relatos de associações e organizações do nosso concelho que beneficiaram do seu contributo, sendo-lhe reconhecido por todos o seu valor como Marcoense.

No decorrer da sua vida, sempre revelou ser um cidadão empreendedor, crítico e atento, tendo várias das suas citações se eternizado, entre elas a seguinte:

“Sonhar é fundamental para manter uma atitude aberta, que torna tudo possível. É o ponto de partida necessário para todos nós. A partir daí, temos de transformar sonhos em aspirações, aspirações em intenções, e intenções em ações.”

Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, em nome de Marco de Canaveses, desejamos perpetuar a sua memória, mostrando-lhe enaltecimento público e



reconhecida gratidão, associando a este voto de pesar uma singela, mas justa homenagem, a este grande homem da nossa terra, na qual reconhecemos a sua frontalidade, coerência e singularidade da sua atuação.

Propõe-se, por isso, ao plenário a aprovação de um voto de pesar, a ser transmitido à família.

Marco de Canaveses, 29 de dezembro de 2017”

Queria só dizer que na Reunião de Líderes, foi decidida entre os três (3) líderes a apresentação deste voto.

Indo, então, ao período de antes da ordem do dia, e queria também já começar por aí, é de enaltecer que já decorreram duas (2) reuniões de líderes da Assembleia, e em nome do Partido Socialista, queremos agradecer a forma como estão a decorrer os trabalhos e a forma como nós temos chegado a consensos, e o reflexo vai-se traduzir nesta Assembleia Municipal. Acho que é um bom presságio para o futuro que aí se avizinha. E em nome do Partido Socialista, agradeço a todos vocês essa disponibilidade.

Relativamente a algumas questões que eu acho que merecem aqui ser levantadas nesta Assembleia Municipal, antes de mais, e indo um bocadinho até a algumas palavras que o deputado Luís Vales falou há bocadinho, que é preciso mudar um bocadinho e potencializar o concelho, eu acho que um programa decorrido agora recentemente na SIC, que julgo que o nome será “Ir é o melhor remédio”, acho que ficou um bom cartão de visita do que é Marco de Canaveses, e eu acho que são situações dessas que podem cada vez mais potencializar aquilo que o Marco de Canaveses é. Sei que a Câmara, possivelmente, pouca intervenção terá tido neste programa, mas o que é certo é que é uma reportagem que nós podemos potencializar em qualquer promoção turística do nosso concelho.

Falando de algumas questões que eu queria levantar aqui à Câmara Municipal, eu queria saber junto da Câmara Municipal o porquê de neste período natalício – e julgo que, ou eu estive distraído, ou não aconteceu mesmo, acho que não foram entregues os famosos e anteriormente entregues cabazes de natal, nem o Jantar Solidário que tem decorrido durante estes anos todos, feito pela Câmara Municipal. Gostaria de saber qual foi o motivo – ou então, posso também eu estar aqui um bocadinho desligado disto tudo.

Outra questão que também nos preocupa, e que foi notícia recentemente, foi o número de doenças oncológicas que se registaram – e que foram notícia, e agora falta saber também se a notícia tem teor verdadeiro, ou não – junto àquela zona de Toutosa. Gostaria de saber também o que é que a Câmara Municipal tem feito para fazer o acompanhamento deste problema.

Também sei que recentemente foram registadas num depósito de água análises em que foram detetados níveis de arsénio superiores ao que é desejável. Também gostaria de saber se a Câmara Municipal terá acompanhado esta situação, e o que é que estará programado para que as pessoas lá em casa fiquem todas um pouco mais sossegadas.

Para terminar, queria só falar aqui numa outra situação: na anterior governação, foi vendido um terreno em hasta pública, que era denominado pelo antigo DCERG, na antiga Freguesia extinta



de Rio de Galinhas, e foi prometido que aquela venda, no valor de cinquenta mil e quinhentos euros (50.500€), seria automaticamente elencada para um polidesportivo que iria acontecer junto ao Jardim de Infância da Barroca, em Rio de Galinhas. Em outras funções autárquicas que tive na passada legislatura, a Junta de Freguesia do Marco disse que esta obra estaria pronta, e que iria ser lançada no decorrer do mandato passado, facto esse que nunca aconteceu. Eu também sei que ainda é tudo muito recente, e possivelmente não poderão ainda conhecer todos os *dossiers*, mas é uma chamada de atenção para este *dossier*, que acho que é importante. E se nós queremos ser uma Câmara de verdade, são em aspetos como este que nós também deveremos manter a verdade. Se não foram capazes de cumprir em anteriores mandatos, acho que nós deveremos fazê-lo cumprir, ou se não for cumprido, devemos dar a justificação para que o mesmo não seja cumprido.

Obrigado e boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Exmos. Colegas, público.

Trago aqui um voto de pesar, em nome dos três (3) Grupos Municipais, em que queríamos referir o seguinte:

“No passado dia 10 de dezembro de 2017, com a passagem da “Tempestade Ana” pelo nosso concelho, foram vários os estragos registados, mas entre todos eles surgiu um que será irremediável – o falecimento de um de nós num acidente trágico.

Sensibilizados pelo sucedido e solidários com a família da D. Helena Maria Carneiro Matos Mendes, propõe-se a este plenário da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses a aprovação de um voto de pesar, a ser transmitido à família enlutada.

Marco de Canaveses, 29 de dezembro de 2017”

Mais uma vez, é um voto de pesar dos três (3) Grupos Municipais.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Dr. Monteiro da Rocha.

--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em representação dos líderes dos Grupos Municipais, venho apresentar um voto de pesar pelo trágico falecimento de um munícipe, José António Ferreira Machado, que faleceu na Nigéria, como amplamente publicitou a comunicação social. E o voto de pesar era deste teor:



“Foi com grande consternação que no passado dia 29 de novembro de 2017, tomámos conhecimento do falecimento do nosso munícipe José António Ferreira Machado, após desfecho trágico do seu desaparecimento na Nigéria.

Sensibilizados pelo sucedido e solidários com a família, propõe-se ao plenário a aprovação de um voto de pesar, a ser transmitido à família enlutada.

Marco de Canaveses, 29 de dezembro de 2017”

Era este voto que, realmente, queria deixar à Mesa.

Agora, permitam-me só, neste período, um pequeno complemento, ou uma pequena nota em relação ao Eng.º Belmiro de Azevedo. Temos o voto de pesar pelo seu falecimento, que foi lido pelo nosso deputado Bruno Caetano, e eu queria só aproveitar para referir o seguinte, porque é natural que muita gente não saiba: o Eng.º Belmiro de Azevedo é cidadão honorário do Marco, foi-lhe atribuída essa honraria no princípio dos anos noventa pela Câmara Municipal. Portanto, é um cidadão que merece o voto de pesar, mas que já em vida também foi honrado pelo Município do Marco de Canaveses.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dava, de seguida, a palavra à deputada Maria Estela.

--- Maria Estela Freitas (PPD/PSD) ---

Boa noite, Exmo. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Exma. Presidente da Câmara Municipal e Exmos. Vereadores, Srs. Deputados, público em geral e órgãos de comunicação social.

Trago apenas duas (2) questões, dois (2) pedidos de esclarecimento.

O primeiro prende-se com o processo concursal relativo ao relvado sintético para o campo de futebol de Paços de Gaiolo. Perguntamos em que pé está, se o procedimento concursal já foi desencadeado, se já há resultados. Ao que julgo, este tinha sido um compromisso assumido pelo anterior Executivo, é uma obra importante para a população, e desejamos saber se esse compromisso também vai ser honrado.

A segunda questão prende-se com outro problema: segundo o que chegou ao nosso conhecimento, as associações com sede nas arcadas do Jardim Municipal serão deslocalizadas. Pretendemos esclarecimentos sobre esta situação, tais como: por que razão é que se procede a esta deslocalização, quais são os projetos para essas instalações, se as associações ou organizações sociais deslocalizadas vão ter condições condignas nas novas instalações, e se essas novas instalações vão assegurar acessibilidade para todos.

E era só. Desejamos resposta. Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Muito obrigado, Sra. Deputada. Eu dava de seguida a palavra à deputada Maria José.

--- Maria José Cerqueira (Presidente J.F. Várzea, Alviada e Folhada, PPD/PSD) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Marco de Canaveses, Exmos. Srs. Secretários, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, deputados, comunicação social e Marcoenses:

Começo a minha intervenção por agradecer ao novo Executivo Camarário, na pessoa da Sra. Presidente, pela oportunidade que deram aos Presidentes de Junta para exporem os seus anseios, os seus objetivos e os seus sonhos que aspiram para o próximo mandato. Eu, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada, espero poder contar convosco para começar desde já a concretizar esses objetivos, que nas duas (2) reuniões que tivemos foram apresentados em pormenor.

Depois, quero também dizer – e aqui não vou questionar, porque já tenho alguma informação – quero dizer à Sra. Presidente que considero ter sido uma má decisão a não atribuição dos cabazes de natal, no ano de 2017, às famílias ou agregados familiares mais carenciados do concelho. Concordo plenamente com a ideia de reformular os critérios da atribuição dos cabazes de natal, mas uma vez que esse trabalho não pôde ser feito em tempo útil, a melhor decisão teria sido manter a entrega dos mesmos cabazes nos moldes em que estavam a ser entregues até então, porque para o próximo ano, desde janeiro até dezembro, teremos tempo suficiente para, com os organismos, os intervenientes e todos os parceiros, criar novos critérios – mais justos até, se calhar – para a distribuição desses cabazes, e podendo até essa distribuição ser um bocadinho mais alargada e beneficiar o maior número de agregados familiares, porque temos que dizer que foram cerca de setecentas (700) famílias que ficaram à espera dos cabazes de natal neste período. Muitas famílias da minha freguesia – e eu falo da minha freguesia porque é a que conheço mais em particular – ligavam-me, e algumas delas até diziam: “Durante esta semana não saio de casa porque estou à espera que me venham trazer o cabaz de natal.” Isso deixou-me um bocadinho triste, e até fiz alguns contatos com o Gabinete de Ação Social, porque aconteceu até uma situação, que eu sei que não foi propositada, mas a informação acerca dessa decisão chegou-me um bocadinho mais tarde do que a outros colegas Presidentes de Junta, e eu queria responder aos meus fregueses relativamente a essa decisão, e só o pude fazer muito mais tarde. Foi com muita tristeza que tive que informar as pessoas que me procuraram, dizendo que este ano não haveria cabaz de natal. Acho que não havia necessidade de isto ter acontecido, até porque o Executivo da Câmara certamente não teve tempo de fazer o trabalho que pretendia fazer, e eu estou de acordo que ele seja feito; agora, em dois (2) meses, como isso não era possível, no meu entender, acho que os cabazes de natal deveriam ter sido entregues.

Além do mais, também acho que o Almoço Solidário é uma festa para muitas famílias do nosso concelho – e eu continuo a dizer, da minha freguesia em particular, porque tenho alguns elementos de algumas famílias, que é o único passeio que fazem durante o período natalício ao Concelho de Marco de Canaveses, porque ou vão ao médico, ou vêm ao Almoço Solidário da Câmara Municipal. O Almoço Solidário normalmente é oferecido pela empresa que fornece as refeições – pelo menos tem sido assim – no concelho, depois também é apoiado por muitos voluntários, e até alguns deles são funcionários da Câmara Municipal, por isso acho que não seria uma despesa muito avultada para a Câmara Municipal continuar a realizar o Almoço



Solidário, porque quer os voluntários, quer até as próprias Juntas de Freguesia, colaboravam com a cedência do transporte – aquelas que os tinham, claro – colaboravam para a realização desse Almoço Solidário. Muitos idosos e muitos deficientes – que nós temos muitos deficientes – estavam à espera de fazer um passeio até ao Marco para virem almoçar e conviver com outras pessoas de várias freguesias que ali se encontravam.

Por isso, Sra. Presidente, acho que foi uma má decisão, e tinha que o dizer, porque é o meu sentimento, e é o sentimento do povo que eu represento, Várzea, Aliviada e Folhada.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Eu dava de seguida a palavra ao Sr. Gil Rodrigues.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Exma. Mesa, Exmo. Executivo, caros colegas deputados, Marcoenses:

Antes de mais, quero desejar a todos um excelente mandato, e que seja profícuo para o Marco de Canaveses, que consigamos aqui tirar boas decisões para o nosso concelho.

O assunto que me traz aqui – e sem querer estar a interferir no trabalho do colega, também deputado desta Assembleia, o Sr. Presidente da Junta de Banho e Carvalhosa, o Sr. Luciano – dizer que, por motivos profissionais, desloquei-me àquela freguesia e deparei-me com um acesso em que era necessário fazer um alargamento, para que pelo menos um carro lá conseguisse aceder. Eu sei, a Sra. Doutora vai-me dizer que ainda não teve tempo para fazer, eu também não estou a dizer que já devia estar feito, só é um alerta. É uma rua em que eu acho que é necessário intervir, são poucos metros, dos lados da rua são campos agrícolas que facilmente permitirão o alargamento da mesma. É a Rua da Nespereira. E por isso, fica aqui só esta nota para que façam os técnicos ver se é necessária, ou não, essa operação.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dava de seguida a palavra à deputada Marta Regadas.

--- Marta Regadas (PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretários da Mesa, Sra. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, estimado público, comunicação social, caros Marcoenses:

Em primeiro lugar, transmitir o meu desejo de que tenham vivido um feliz natal, e desde já aproveitar para desejar a todos um excelente ano de 2018.

Em segundo lugar, pedir ao Executivo um esclarecimento sobre o desenvolvimento e prazo de conclusão da obra de alargamento e requalificação da estrada que liga o Ramalhães ao Juncal, na Freguesia de Soalhães. É algo que vai aos solavancos e, portanto, é de extrema necessidade concluir.



Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Eu dava de seguida a palavra ao deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social e Exmo. Público:

Queria apenas, neste verdadeiro início de mandato, e sendo porventura um dos mais veteranos aqui nesta sala, vir aqui fazer votos de que seja um mandato muito profícuo, quer em termos de Assembleia Municipal, quer em termos de Executivo Municipal, neste início de um novo ciclo, com novas caras. Esperemos, de facto, que todos consigamos melhorar ainda mais o Marco.

Aos que estão aqui pela primeira vez, faço votos de que tenham também uma boa prestação, um bom mandato em prol dos Marcoenses; aos que já estão habituados a estas lides, que também façam um bom mandato.

E da minha parte pessoal, estarei sempre disponível – como tenho procurado fazer ao longo destes anos – para dar a minha colaboração para tudo aquilo que for positivo para o Marco, naturalmente apoiando o que for bom e criticando o que não for.

Portanto, a todos vocês, um voto de um bom mandato para todos.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dava de seguida a palavra ao deputado Joaquim Miguel Queirós.

--- Joaquim Queirós (Presidente J.F. Paredes de Viadores e Manhuncelos, PS) ---

Muito boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Secretários, muito boa noite, Sra. Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, caros Srs. Deputados, caríssimo público e comunicação social.

Começo a minha intervenção dando os parabéns à Sra. Presidente pela sua eleição, e aos demais eleitos no passado dia 1 de outubro, e desejando a todos as maiores felicidades no mandato que iniciou.

Apenas dois (2) meses não são suficiente – e eu sei-o, também como Presidente de Junta – para implementar todas as alterações que possamos querer, e em segundo, para aplicar todas as políticas que possamos querer ver realizadas. Se o tivessem conseguido fazer, poderia ser o Executivo apelidado de “quarteto fantástico”. Mas, faço notar que nestes dois (2) meses passados, vejo algo que me agrada, que é a aproximação da população e dos comerciantes às decisões, de que é exemplo uma reunião realizada com os habitantes da Avenida Professor Doutor Carlos Mota Pinto, para ouvir a sua opinião enquanto o projeto ainda está a iniciar.



Espero que estes quatro (4) anos sejam anos de desenvolvimento e que venham diminuir o fosso entre as freguesias mais ricas e as freguesias mais pobres, que haja uma distribuição justa de investimento e que venha reduzir a desigualdade que existe entre as freguesias.

Espero também que o Conselho Municipal da Juventude volte a reunir, o que já não acontece há cerca de dois (2) anos.

Para terminar, deixo um desafio ao Executivo, que é a criação de uma plataforma digital de gestão da ligação Câmara Municipal – Juntas de Freguesia, onde é organizada toda a informação normal da gestão autárquica entre as entidades, para que cada Junta, com um *login* e uma *password*, consiga de forma rápida e simples aceder a toda a informação, como por exemplo, extratos pormenorizados das transferências, com as indicações das rubricas orçamentais a que cada transferência se refere.

Os votos de um feliz ano novo e um mandato cheio de sucessos para todos os eleitos.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, eu queria comunicar que estamos exatamente os trinta e sete (37) membros desta Assembleia. Agradecer ao deputado Miguel Queirós, e dar a palavra ao Sr. Deputado Celso Santana.

--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados, público, caros Marcoenses:

Quero dizer umas breves palavras, quero dirigi-las à nossa Presidente de Câmara, e agradecer a visita que fez, juntamente com o Executivo da Junta de Freguesia do Marco, ao comércio local nesta altura do natal. Foi uma visita interessante, de apoio a todos os comerciantes, que bem precisam, e principalmente nesta altura, sentir o apoio das entidades responsáveis, tanto pela Câmara Municipal, como pela Junta de Freguesia do Marco.

Agradecer também a prontidão que este Executivo tem tido com as solicitações que temos feito à Câmara Municipal.

Agradecer também a tomada de decisão – que eu acho que é muito importante – de comunicar, pelos técnicos da Câmara Municipal aos Srs. Presidentes de Junta, sempre que será feita uma intervenção nas nossas freguesias. Assim, não seremos apanhados de surpresa em qualquer intervenção por parte da Câmara Municipal.

A todos vós, Executivo, desejar um bom mandato nos próximos quatro (4) anos. A nós, deputados da Assembleia, que nos cabe fiscalizar, fazer essa fiscalização com isenção e, sobretudo, com responsabilidade, sempre direcionada ao interesse dos Marcoenses.

Tenho dito. Muito obrigado.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dou a palavra à Sra. Presidente de Câmara para responder às interpelações que foram efetuadas nas intervenções anteriores. Muito obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Ora, muito boa noite a todos. Eu queria aproveitar esta primeira intervenção na Assembleia Municipal para cumprimentar todos os Srs. Deputados da Assembleia Municipal, queria cumprimentar também o público, e cumprimentar também aqueles que nos ouvem através da comunicação social em suas casas.

Queria deixar aqui uma mensagem, uma mensagem da Presidente de Câmara e do seu Executivo, para que esta, que é a primeira reunião de muitas que vamos ter durante este mandato, seja, de facto, uma reunião em que, apesar das nossas divergências ideológicas e políticas, possamos ao longo deste mandato, sobretudo – e é essa a mensagem e a minha expectativa em relação ao trabalho na casa da democracia – que possamos cada um de nós, enquanto deputado da Assembleia Municipal, dar o seu contributo para bem dos Marcoenses e para bem da nossa terra. Era esta a mensagem que queria também transmitir a todos nesta minha primeira intervenção nesta reunião da Assembleia.

Passando agora às respostas às intervenções, no fundo, em relação ao Sr. Líder da Bancada do Partido Socialista, Eng.º Bruno Caetano, associar-me também ao voto de pesar pelo Eng.º Belmiro de Azevedo, que também o fizemos em sede de Reunião de Câmara Municipal, e já tivemos toda a oportunidade de nos manifestarmos em relação àquilo que foi, de facto, a vida e a notoriedade deste Marcoense de renome, o Eng.º Belmiro de Azevedo.

Em relação aos cabazes de natal e ao Jantar Solidário, respondo logo de seguida, quando for também para responder à intervenção da Sra. Presidente de Junta da Folhada e Várzea.

Queria dizer-lhe que em relação à situação da água, e à intervenção que fez sobre a água de Toutosa, e as análises que foram realizadas, e às quais também temos uma palavra a dizer, eu irei passar nessa matéria a palavra, depois, ao Sr. Vice-presidente da Câmara para dar as informações que a Câmara Municipal tem que reportar a esta Assembleia Municipal sobre o assunto.

Dizer-lhe que em relação ao assunto do DCERG, de facto, há uma deliberação da Câmara Municipal, de 10 de setembro de 2015 – é a Ata n.º 17, que pedi para irem buscar – onde, de facto, há aqui a venda deste prédio urbano, que é o antigo campo de futebol de salão, no Lugar de Sernada, Freguesia do Marco, com a área total de mil, cento e cinquenta metros quadrados (1.150 m²), e que, de facto, este imóvel foi colocado em hasta pública por cinquenta mil euros (50.000€).

Em relação à informação que o Sr. Deputado nos faz chegar, sobre a pretensão, ou ter havido aqui a assunção pelo Sr. Presidente da Câmara anterior, Dr. Manuel Moreira, em ter que, com esse dinheiro, com esta verba da venda do imóvel, fazer um parque desportivo, sobre essa matéria eu não tenho aqui informação, mas irei tentar junto dos serviços perceber, essa pretensão do Executivo, por que é que não foi levada a cabo, e se, efetivamente, existe essa



necessidade, ainda, de realização deste parque desportivo, e o Executivo atual irá pronunciar-se sobre essa matéria.

Em relação ao Sr. Deputado Luís Vales, dar também nota de que nos associamos ao voto de pesar que aqui apresentou, pela morte da cidadã residente em Paredes de Viadores e Manhuncelos, naquela noite trágica que, infelizmente, nos causou uma vítima mortal. Por isso, estamos também solidários, infelizmente, com este voto de pesar pela morte desta cidadã Marcoense.

Queria também subscrever o voto de pesar do Dr. Monteiro da Rocha, em relação ao cidadão que, infelizmente, faleceu na Nigéria. Dar-lhe nota de que tivemos oportunidade de acompanhar esta situação mais de perto, por indicação do Sr. Secretário de Estado das Comunidades, que nos foi colocando a par de toda a situação, e também fizemos uma visita à senhora – antes de ela ter recebido esta trágica notícia, também acompanhámos de perto. Associamo-nos também e subscrevemos este voto de pesar.

Em relação à intervenção da Prof.^a Estela, coloca-nos a questão do relvado sintético de Paços de Gaiolo e das arcadas do Jardim Municipal. Em relação ao sintético de Paços de Gaiolo, já agora, dizer à Sra. Deputada e a esta Assembleia Municipal que a empresa que teria ganho o concurso, que foi colocado a concurso no anterior mandato, pelo Executivo anterior, foi um contrato que foi proposto pela Câmara Municipal, e a empresa que ganhou o concurso não assinou o contrato – e, no fundo, é a mesma empresa que tinha ganho o concurso de Vila Boa de Quires – não assinou este contrato do campo sintético de Paços de Gaiolo. A empresa é a MSFT, foi o único concorrente. Em fase de audiência prévia, informaram que se enganaram no preço, e neste caso, onde estavam cinco euros (5€), eles diziam que o queriam ter escrito era cinquenta (50€) – ou seja, faltava ali, de facto, um zero. No entanto, a proposta apresentada é vinculativa, ou seja, eles concorreram com aquele preço, e por força da Legislação, esta proposta não pode ser alterada depois do fecho das propostas, e por força também do CCP. Neste momento, comunicou-se ao IMPIC, que é o Instituto de Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção – porque, no fundo, esta empresa que concorreu vai ter que assumir a sua responsabilidade, porque acabou por lesar aqui, de facto, o município, porque não avançou com este concurso.

Mas, em relação aos campos sintéticos, eu também gostava de fazer aqui uma nota sobre aquilo que foram os concursos realizados, e que ainda estão a decorrer, sobre os pisos sintéticos. Dizer aos Srs. Deputados e a quem nos ouve lá em casa que a manutenção de cada sintético, por ano – e estamos a fazer estas contas com base nos gastos já tidos com o piso do Marco e de Alpendorada – só para terem noção, o serviço de aplicação do granulado de borracha, escovagem, revisão, correção de juntas e colagem fica mais ou menos por dois mil euros (2.000€), mais IVA, por cada campo. A aquisição do granulado de borracha: em média, cada campo deverá levar cerca de oito mil (8.000 kg) a dez mil quilos (10.000 kg) de borracha todos os anos. Se formos ao máximo, que são dez mil quilos (10.000 kg), vezes cento e setenta euros (170€), que é o preço da tonelada, fica mil e setecentos euros (1.700€), mais IVA a vinte e três por cento (23%). A carga de borracha terá de ser calculada todos os anos, após avaliação técnica que irá medir a sua necessidade – está sempre dependente da utilização de cada campo e das condições climáticas. Devemos ter em atenção, para além desta manutenção anual, que os campos deverão ser frequentemente escovados – o ideal seria de quinze (15) em quinze (15)



dias, ou pelo menos uma vez por mês. Em média, cada campo poderá ter um custo de manutenção de cerca de cinco mil euros (5.000€).

Queria também informar esta Assembleia Municipal, e quem nos ouve lá em casa, que depois de o anterior Executivo ter adjudicado estes sintéticos, os clubes a quem foram adjudicados estes sintéticos, e outras associações desportivas, já nos fizeram chegar à Câmara Municipal outros pedidos de intervenções nesses mesmos campos, que ainda estão, alguns deles, a ser alvo de intervenção deste sintético. E vou dar o exemplo do Futebol Clube de Vila Boa do Bispo, um pedido formalizado a esta Câmara: pretendem a vedação do campo de jogos, a pintura do edifício da sede e gradeamento, a substituição de vidros partidos, a substituição de portas de balneários, a substituição de torneiras, chuveiros e sanitas, a pintura dos balneários e zona de acesso, a construção de uma esplanada em frente ao bar, pavimentação da zona envolvente ao recinto desportivo, a pintura da fachada da entrada, e ainda tem um pedido verbal de construção de uma bancada. Continuamos com a AD de Constance, pedido verbal este: pavimentação do acesso dos balneários ao campo sintético e construção de uma bancada. Vamos para o Futebol Clube de Vila Boa de Quires, e temos um pedido verbal da cobertura da bancada. Vamos para a Associação Recreativa de Tuíás, e temos um pedido formalizado da substituição do telhado (porque é em fibrocimento) do edifício que contempla os balneários e a sua sede social, pretendem também a construção de balneário, e pretendem também a colocação de uma nova iluminação. Estes aqui apresentaram uma candidatura ao Apoio ao Associativismo 2016/2017, pedido de apoio para as três (3) situações, no valor de cinquenta mil euros (50.000€).

Dar nota de que o valor gasto em eletricidade e água, em média, com cada, é entre quinhentos (500€) e mil (1.000€), consoante a utilização. Ou seja, a utilização dos campos pode não ser a mesma para cada clube, mas em média, os gastos de eletricidade e água rondarão os quinhentos (500€) e os mil euros (1.000€) para cada campo.

Na Associação Recreativa de Tuíás, a Câmara Municipal, em 27 de julho de 2017, atribuiu um subsídio de cento e cinco mil, novecentos e quarenta e seis euros (105.946€); em 30 de agosto, cento e cinco mil, novecentos e quarenta e seis euros (105.946€), igualmente, o que perfaz duzentos e onze mil, oitocentos e noventa e três euros (211.893€). A Associação Desportiva de Constance, em 27 de julho, recebeu os oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta e seis (83.486€), que depois duplicaram também em 31 de agosto de 2017, o que perfaz um total de cento e sessenta e seis mil, novecentos e setenta e dois euros (166.972€). O Grupo Desportivo da Livração recebeu, igualmente a 31 de agosto e a 2 de outubro, cento e quatro mil, trezentos e oitenta e oito euros (104.388€), em duas (2) tranches, o que perfaz os cento e sessenta e três mil, trezentos e trinta e um euros (163.331€), e recebeu mais cinquenta mil euros (50.000€) para os balneários. O Futebol Clube de Vila Boa do Bispo recebeu aproximadamente duzentos e dez mil euros (210.000€); o Futebol Clube de Vila Boa de Quires, aproximadamente duzentos e quarenta mil euros (240.000€); e ainda temos mais associações, que é o caso da Livração, S. Lourenço, Constance e Tuíás.

Dizer-vos o seguinte: o facto de o anterior Executivo ter, em plena campanha eleitoral, ou muito pouco antes, adjudicado sete (7) sintéticos – creio eu que foram sete (7), se não estou equivocada, mas o Sr. Vereador do Desporto está aqui, pode corrigir-me – o facto de termos adjudicado e termos levado a cabo – nós, Câmara Municipal – e que ainda estamos a fazer essa obra – por força das responsabilidades que assumimos, fruto das decisões tomadas pelo anterior



Executivo – remetem-nos para um custo que foi totalmente autofinanciamento da Câmara – ou seja, não houve sequer financiamento comunitário para estes pisos sintéticos – e depois da colocação destes pisos sintéticos, chegámos à conclusão de que, afinal, todos os clubes precisam de obras – bancadas, coberturas, obras estruturais. Ou seja, além dos gastos que aqui vos apresentei, ainda que de forma estimativa, para a manutenção de cada piso sintético, há *a posteriori* – e não foi preciso muito tempo, só estamos em funções há dois (2) meses, não foi preciso muito tempo para que os representantes e os dirigentes desportivos nos fizessem chegar de imediato a pretensão em realizar mais obras além dos pisos sintéticos. Eu costumo dizer que esta é aquela velha fábula de termos uma mobília muito bonita no quarto, mas ainda entrar água pelo telhado.

E essa é a minha informação, e a minha posição sobre a questão dos sintéticos: de facto, foram colocados sintéticos em alguns clubes, mas, efetivamente, os clubes entendem agora que não têm as condições que pelo menos são coincidentes com aquilo que gostariam, porque depois falta-lhes o resto, falta-lhes as obras estruturais. Além do que, numa primeira reunião que tivemos com os clubes – mais em concreto o Sr. Vereador do Desporto – chegámos à conclusão que a manutenção dos pisos sintéticos irá ser uma manutenção que, quer os clubes tenham verba financeira ou não tenham, a Câmara Municipal vai ter que assumir essa manutenção. E isto por quê? Porque se os pisos sintéticos não tiverem a manutenção devida, o que nos vai acontecer é que daqui a dois (2) ou três (3) anos, os pisos sintéticos já não existem, ou estão, de facto, em muito más condições, e aí sim, estaríamos a pôr em causa o investimento público que foi feito nesses clubes.

E por isso, a nossa posição em relação ao piso sintético de Paços de Gaiolo – e no fundo, também resulta deste inconveniente, ou deste obstáculo que houve na subscrição do contrato, no concurso já realizado pelo anterior Executivo – tem a ver com esta ponderação que estamos a fazer, de este Executivo colocar, ou não, novamente este piso a concurso, tendo em conta todos estes factos que aqui foram colocados em cima da mesa.

Queria também dar uma nota sobre o seguinte: quando a Câmara Municipal realiza investimentos como estes – que são investimentos, do nosso ponto de vista, avultados – em associações desportivas e recreativas, como foi o caso daquelas onde fez um investimento no sintético, nós entendemos – e este Executivo – que deve haver por parte da Câmara Municipal também algumas exigências em contrapartidas. Ou seja, a atribuição de um subsídio a um clube deve existir – e estamos cá para os apoiar, efetivamente – mas, esse clube, desde o momento em que recebe um investimento deste volume financeiro, deve também assumir algumas responsabilidades perante a Câmara Municipal. E por isso, faremos também, no futuro próximo, alguns protocolos com as associações desportivas, mas a Câmara Municipal vai também colocar nesses protocolos, não diria exigências, mas algumas responsabilidades que o clube terá para com a Câmara Municipal.

E por isso, Sra. Deputada, resumindo e concluindo a minha intervenção em relação à questão que fez, o caso do piso sintético de Paços de Gaiolo, tivemos uma reunião agendada com o Sr. Presidente de Junta e já falámos com ele sobre esta situação; temos agora no início do ano uma reunião agendada com a Direção do clube, e que lhe iremos transmitir exatamente aquilo que eu acabei de transmitir a todos os presentes nesta sala, e àqueles que nos estão a ouvir através da Rádio Marcoense.



Em relação às associações que têm sede social nas arcadas do Jardim Municipal: esta Câmara Municipal, quando cá chegou, há dois (2) meses atrás, estavam definidos alguns investimentos num programa que se chama PARU, e que tivemos, exatamente – e que temos até hoje, e que parece que o caso foi prorrogado até dia 2 ou 3 de janeiro (por isso, temos aqui mais dois (2) ou três (3) dias para apresentar estas candidaturas) – dar nota de que estas candidaturas podiam ter sido feitas até junho, e a Câmara Municipal tinha aqui recebido uma majoração, o chamado acelerador, em sete e meio por cento (7,5%); o Executivo anterior não apresentou nenhuma candidatura. Tinham feito a adjudicação dos projetos. Quando cá chegámos, apenas um dos projetos estava a decorrer dentro da normalidade, que é o do Centro Cultural de Marco de Canaveses – que também, já agora, aproveito para dar nota de que este Centro Cultural do Marco foi por nós reavaliado, chegámos à conclusão de que vamos ter no Marco de Canaveses, na cidade, ou no centro da cidade, mais um auditório que terá pouco mais de duzentos (200) lugares, o que não corresponde, do nosso ponto de vista, às necessidades culturais e recreativas do município, do Concelho de Marco de Canaveses. Como sabem, temos um auditório aqui ao lado, o auditório em frente à Câmara Municipal, que é da Câmara Municipal, temos um auditório no Fórum XXI, e agora vamos ficar com um auditório aqui também bem perto, diria eu, no perímetro do centro da cidade, que vai ter pouco mais de duzentos (200) lugares. Do nosso ponto de vista, este projeto deveria ter tido outra atenção na sua concretização. Não fomos a tempo de reverter esta situação, porque o projeto, aliás, já tinha sido revisto e já tinha sido paga a sua revisão. Reunimos com os serviços técnicos, reunimos com a empresa que fez o projeto, e chegámos à conclusão que não era possível, em tempo útil, reverter esta situação.

Dar conta de que neste PARU está também a requalificação do nosso Jardim Municipal. E a requalificação do Jardim Municipal implica que se faça também a requalificação das arcadas do jardim. E por isso, dar conta de que as associações, durante o período da obra, vão ter que obrigatoriamente sair daquele espaço para que decorram as obras. E depois, dar conta também de que os serviços técnicos da Câmara Municipal estão a desenvolver um projeto para que possamos acolher estas associações no espaço do Estádio Municipal, mais concretamente onde muitos conheceram a Discoteca Obra. É um espaço que está devoluto, e que a Câmara Municipal estará a preparar um projeto para lá. E dizer que este projeto surge também paralelamente – e, aliás, a ideia foi, quando nos colocaram esta questão, que é a questão da Artâmega, que como sabem, tem uma questão muito particular, porque o Pároco da Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles entende que esta academia, ou esta escola artística, não deve utilizar aquelas instalações, e por isso, a Artâmega tem até fevereiro para poder arranjar uma alternativa, caso seja essa, de facto, a vontade do Sr. Padre que está na freguesia neste momento. E por isso, quando fomos confrontados com esta necessidade, de a Artâmega poder ter, até fevereiro de 2018, uma solução alternativa para não perder os protocolos com a Direção Geral da Educação, o que nos foi solicitado foi que lhes arranjássemos, caso sejam necessárias – e ressalvo, porque ainda não é definitiva esta decisão do pároco da freguesia – caso fosse necessário – e até porque estamos a falar em fevereiro, falta muito pouco tempo – que ao menos a Câmara Municipal tivesse uma proposta em mãos para fazer chegar à Direção Geral da Educação, para que eles não pudessem perder esses protocolos que têm, o que seria, de facto, lamentável para todos, e sobretudo para o concelho, que esta escola artística perdesse esses apoios. E por isso, a Câmara Municipal encetou esforços para fazer um projeto de arquitetura,



que está a ser realizado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, para que nesse mesmo espaço do Estádio Municipal, possa também ser aí integrada a escola Artâmega.

E por isso, no fundo, paralelamente a este projeto, e como o espaço é grande, aquilo que foi pedido aos serviços técnicos da Câmara é que contemplem também aqui as sedes sociais das instituições, ou das associações que estão no Jardim Municipal, nas arcadas do Jardim Municipal, e aliás, também outras pretensões que já nos chegaram *a posteriori* – e uma delas foi mesmo ontem, numa reunião que tivemos com uma associação deste concelho, que também eles querem uma sede social. E por isso, o objetivo aqui também era que estas instituições pudessem também partilhar espaços – ou seja, cada um ter o seu espaço de espólio, a sua sede, uma sala para eles, mas ter depois aquilo que nós entendemos que podem ser espaços partilhados, nomeadamente uma sala de reuniões, uma sala com uma dimensão maior para poderem fazer alguns encontros com os associados, e que essa sala, sim, possa ser partilhada por todos aqueles que eventualmente possam ter a sua sede social no Estádio Municipal.

E quando questiona a questão da mobilidade – creio que foi a questão que fez – as acessibilidades, dizer-lhe que o projeto está a ser elaborado, e eu estou convencida de que os serviços técnicos da Câmara terão esse aspeto em atenção.

Em relação à questão que nos foi colocada pela Sra. Presidente de Junta, Dra. Maria José, dar nota do seguinte: a Dra. Maria José deu-nos conta da sua opinião sobre a não atribuição dos cabazes de natal, e fala na suposta falta de articulação que deverá ter havido para que levasse o Executivo a tomar esta decisão. Em relação a este assunto, eu queria dar a seguinte nota – e vou ler aqui as notas que tenho sobre este assunto, porque acho que até é uma maneira de não me perder tanto na intervenção: dizer que pelo Gabinete Municipal de Ação Social do Marco de Canaveses não foi registada qualquer reclamação, escrita ou verbal, pela ausência de cabaz de natal atribuído pelo município. Importa referir que em sede de atendimento psicossocial, todos os munícipes foram informados e sensibilizados para a intenção do Executivo de não atribuição deste cabaz junto daqueles que não beneficiavam deste apoio por outra entidade, e por articulação próxima com Juntas de Freguesia que foram contactadas formalmente para o efeito.

E já agora, permitam-me que leia o ofício que foi enviado pela Câmara Municipal, quer aos Srs. Presidentes de Junta, quer aos Dirigentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social, e outras entidades que têm ação nesta matéria – diria eu, ação na matéria social. O ofício diz isto: *“Tendo em conta a época que se aproxima e a necessidade de planeamento de ações, a Câmara Municipal do Marco de Canaveses vem por este meio solicitar um conjunto de informações imprescindíveis ao desenvolvimento de um trabalho articulado e concertado entre as entidades do concelho que têm como experiência a entrega de cabazes de natal. Assim, solicita-se que nos informe se a entidade a que preside (Junta ou IPSS) procede à entrega de cabazes na época natalícia. Em caso afirmativo, se há algum agregado familiar que, necessitando do mesmo, não o receba, e qual o motivo pelo qual não o recebe. Mais informamos que antes de nos enviarem a resposta, devem articular com as entidades (respetivamente Junta ou outra instituição) para efetivamente perceberem se há, ou não, resposta possível para esse agregado. No caso de a entidade a que preside ou outra instituição dessa área geográfica não efetuar a entrega de cabazes, se tem conhecimento de agregados familiares em situação de necessidade socioeconómica que justifique a receção do cabaz, e que não receba esse apoio de*



outra entidade, deverá identificar esse agregado familiar devidamente, com o nome, morada e contato de telefone.”

Dizer-vos que a maior parte dos Srs. Presidentes de Junta – não tenho aqui o número de respostas, mas responderam, mas a resposta que nos deram foi o envio da listagem de agregados familiares, que os serviços de ação social mais tarde me informaram que muitos deles replicaram exatamente a mesma listagem que tinham enviado no ano passado e em anos anteriores.

Voltei a pedir aos serviços que entrassem em contato com as entidades e com as Juntas de Freguesia, na tentativa de tentar perceber se aquela articulação que pedimos aos Srs. Presidentes de Junta e às instituições tinha sido, ou não, realizada. A informação, de facto – e chegámos a essa conclusão, que não existe partilha de informação, ou não havia – é que os Srs. Presidentes de Junta, muitos deles não sabiam se aqueles agregados familiares recebiam, ou não, cabaz de outra entidade, e as entidades também não puderam dizer-nos se essas famílias recebiam, ou não, de outra entidade. Ou seja, nenhum dos Srs. Presidentes de Junta, nem nenhuma das instituições, foi capaz de nos dizer se essas pessoas recebiam em duplicado, ou se efetivamente até não recebiam de outras instituições cabaz.

E por isso, dizer o seguinte: quando fizemos esta informação – e dizer que o apoio alimentar que a Câmara Municipal fazia, também através do Gabinete de Ação Social, tinha não só esta informação dos Srs. Presidentes de Junta, mas das instituições, nós, Câmara Municipal atual, sabíamos, e acho que muitos de vocês sabiam – e, aliás, permita-me, Sra. Presidente de Junta, dizer-lhe que nas reuniões que fizemos com os Srs. Presidentes de Junta, quase todos partilharam desta informação, que havia agregados familiares que recebiam mais do que um cabaz, e que também os Srs. Presidentes de Junta tinham dúvidas em alguns cabazes que seriam atribuídos por outras entidades que não eles, ou agregados que eles não sinalizavam.

E por isso, dizer que este apoio alimentar realizado até ao momento já foi alvo, por parte da Câmara Municipal e do Executivo anterior, de tentativas de articulação junto das Juntas de Freguesia e das instituições, e mantém-se este modelo, ou mantinha-se até este ano, tal qual o conhecíamos. Muitos dos cabazes, ou muitos daqueles que recebiam cabazes alimentares não tinham justificação social e económica da necessidade, ou não havia, por parte do município, critérios que pudessem validar essa verificação de sobreposição da entrega de cabazes por outras entidades, e algumas delas até com funcionamento duvidoso, como nós pudemos todos constatar num programa de televisão há muito pouco tempo, sobre uma instituição com sede social nesta terra, designada Luz Serena.

E por isso, é determinante fomentar a articulação formal e diligente entre todas as entidades com responsabilidades no desenvolvimento social do concelho. E essa responsabilidade não é exclusiva do município, e por isso é que nós pedimos a colaboração dos Srs. Presidentes de Junta e das instituições, pelo que foi tentado neste curto espaço de tempo – é verdade, a Sra. Presidente de Junta di-lo – que medeia a tomada de posse do atual Executivo aos dias de hoje, junto das entidades que, pela sua natureza, estarão mais próximas da população, que serão as Juntas de Freguesia. A informação recebida por estas entidades, na sua grande maioria, não foi mais do que um reenviar de listagens anteriores, sem qualquer verificação ou critério. Importa aqui esclarecer que a solicitação produzida junto destas foi no sentido de identificar os



agregados que ao longo do ano também beneficiavam já de apoio alimentar – dizer-vos que há aqui agregados familiares no município que recebem apoio alimentar todo o ano, não é só no natal – evitando-se as sobreposições, mas sobretudo identificar e justificar os agregados que tivessem conhecimento de que não beneficiavam de nenhum tipo de apoio alimentar. Seriam a estas famílias – essas famílias que não beneficiavam de nenhum tipo de apoio alimentar – que o Executivo achava ser justificável e pertinente a atribuição do cabaz de natal.

Assim, importa destacar também – e queria dar esta nota – que em sede de candidatura para o Plano Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) – e aqui dizer que foram salutaras as tentativas e diligências para que a única IPSS que formalizou esta candidatura, ainda que sem apoio ou parceria de outras entidades do concelho, que foi a Fundação Santo António, iniciou já este mês a distribuição alimentar junto de duzentos e sessenta e cinco (265) beneficiários no nosso concelho.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, apelo à sua capacidade de síntese, uma vez que já excedeu o tempo.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada.

Pronto, então, dizer que, no fundo, a Câmara Municipal espera poder contar com cada um de vós nesta modificação do paradigma que existe, e gostaríamos que num próximo ano, esta articulação fosse feita em sede de rede social, como, aliás, já tive oportunidade de dizer na primeira reunião do CLAS.

Em relação ao almoço de natal que juntava os idosos das instituições, e famílias carenciadas que beneficiavam da medida do RSI também – não eram só os idosos – era mais uma das medidas com as quais este Executivo não concorda, e que nos parece que essa não é a forma de ajudar os nossos idosos, além de que as queixas em relação – e permitam-me a expressão – ao “arroz de salsichas” – porque era assim designado por muitos dos utentes das instituições que vinham cá almoçar – eram por demais evidentes as queixas. E por isso, esse almoço, que era pago pela empresa que confeccionava as refeições dos nossos alunos durante todo o ano, era mais uma forma de o anterior Executivo fazer aquilo que eu chamo de “caridadezinha”. E por isso, dizer-vos que oferecemos um espetáculo de natal, com a patinagem artística, que foi um espetáculo lindíssimo, às nossas instituições. Convidámos todas as instituições, tivemos presentes duzentos e cinco (205) idosos, e a Câmara Municipal, a esses duzentos e cinco (205) idosos de nove (9) instituições, ofereceu o bolo-rei para que eles pudessem, no final da patinagem artística, lanchar nas suas instituições, bem acomodados, no conforto da sua instituição, com os seus colegas de instituição.

Queria também dar só esta nota: todos os Srs. Presidentes de Junta, inclusive a Sra. Presidente de Junta, foram informados desta pretensão da Câmara Municipal, mesmo antes de esta decisão estar formalizada, porque nas reuniões que tivemos com os Srs. Presidentes de Junta, na tentativa de ouvir – e como disse, e muito bem – os Srs. Presidentes de Junta em relação às pretensões e expectativas para o Orçamento, esta informação foi dada, e eu acabei de confirmar nas minhas notas da reunião com a Sra. Presidente de Junta que falámos sobre a atribuição do cabaz de natal.



Em relação ao Sr. Gil, agradecer a sua nota sobre o alargamento da Rua da Nespereira. Já tivemos duas (2) reuniões com o Sr. Presidente da Junta, já nos fez chegar muitas pretensões em relação àquilo que são as necessidades da sua freguesia. E dizer-lhe, Sr. Gil, que é muito importante que na sua atividade profissional – que permita-me dizer-lhe, já exerce há muitos anos – tenha reparado agora que esta rua precisava de ser alargada. Mas, fica aqui a sugestão, de que o Executivo, de facto, tomou nota.

Sr. Presidente da Assembleia, posso continuar a minha intervenção?

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu peço-lhe que conclua rapidamente, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Em relação à intervenção da Sra. Deputada Marta Regadas, dizer-lhe que dei hoje despacho para o concurso público da pavimentação da rua que liga o Ramalhães a Paredes de Viadores, que, de facto, já devia estar a ser pavimentada, e que, infelizmente, o anterior Executivo procedeu ao seu alargamento, mas não providenciou este concurso para a sua pavimentação, mas que este Executivo já acautelou essa questão.

Em relação ao deputado Mário Luís, agradecer os votos e as palavras que nos dirigiu.

Em relação ao Sr. Presidente da Junta, Miguel Queirós, dizer-lhe que o Sr. Vereador do Pelouro da Juventude tratará de agendar de imediato, ou o quanto antes, essa reunião do Conselho Municipal da Juventude.

Dizer-lhe também que agradeço a sua sugestão sobre o acesso aos valores detalhados sobre as transferências da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia. Vou fazer chegar essa informação aos serviços para que, de futuro, essa vossa pretensão – que eu acho que é importante para todos os Presidentes de Junta – possa também ser acolhida pela Câmara Municipal.

Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta do Marco, Celso Santana, agradecer também a sua disponibilidade, e a do seu Executivo, que nos acompanhou na visita ao comércio local, que foi uma visita que embora tenha sido programada muito em cima da hora, teve, de facto, um sucesso muito grande, e que esperemos que, para o ano, com uma concertação ainda maior, possamos fazer esta visita de uma outra forma, e com uma outra dimensão.

Sobre a nossa nota aos serviços técnicos – e estou a terminar, Sr. Presidente – de facto, na Câmara Municipal – e também sobre a minha experiência enquanto autarca de freguesia durante doze (12) anos – pedimos para que os serviços técnicos, sempre que iniciem uma empreitada numa Junta de Freguesia, que os Srs. Presidentes de Junta sejam avisados atempadamente, para que possam, efetivamente, acompanhar essas obras, mesmo sendo elas da competência da Câmara Municipal, porque entendemos – e aqui também queria usar as palavras do Sr. Deputado Luís Vales, dizendo que nós também achamos que os Srs. Presidentes de Junta são, de facto, um parceiro importante naquilo que é o desenvolvimento das nossas estratégias de desenvolvimento do concelho. E por isso, serão os Presidentes de Junta que estarão mais perto



dos seus munícipes, e serão os Srs. Presidentes de Junta que poderão acompanhar mais de perto essas obras.

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia, queria agradecer-lhe esta tolerância que teve em relação à minha intervenção.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente. Para a resposta do Sr. Vereador Mário Bruno, eu dou-lhe apenas três (3) minutos.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo todos os presentes.

E gostaria, então, de responder à questão elaborada pelo deputado Bruno Caetano. Quero dizer-lhe que a Câmara Municipal está sensível e preocupada com as notícias que têm vindo a público, nomeadamente na comunicação social, e daí, posso-lhe relatar muito rapidamente aquilo que foi a atividade da Câmara Municipal relativamente a este assunto.

Em 9 de novembro de 2017, enviámos uma comunicação à Dra. Maria Neto, Diretora da ARS Norte, a manifestar a nossa preocupação sobre os relatos da comunicação social, sobre o número de casos de cancro no Lugar de Toutosa, pedindo informações e esclarecimentos sobre o assunto. A 18 de dezembro de 2017, entrámos em contato com o Dr. Pimenta Marinho, a manifestar a mesma preocupação, preocupação essa que foi depois transcrita a 27 de dezembro de 2017, através de uma comunicação ao Exmo. Sr. Dr. Pimenta Marinho, a manifestar a nossa preocupação pelo facto das notícias da comunicação social, e pedir, como já solicitado via telefone no dia 18 de dezembro, a colaboração institucional com o seguinte: a nossa preocupação não só no caso do cancro, mas também no caso da tuberculose, que o Marco de Canaveses tem, infelizmente, alguns desses casos. O pedido foi acompanhar e estudar a incidência dos cancros, nomeadamente no Lugar de Toutosa, que eram as notícias que vieram a público sobre esse lugar, e pedir um plano de intervenção / sensibilização dos casos de tuberculose, principalmente no Baixo Concelho, derivado à forte extração de granito.

A nossa preocupação, e uma vez até que o caso de Toutosa não se prende com os casos da água da rede existente na freguesia, e gerida pela Freguesia de Santo Isidoro e Livração, em parceria com o Sr. Presidente de Junta e a Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia efetuaram algumas análises, análises essas cujos resultados, num dos furos, não são o desejado, numa outra análise está um bocadinho igual, ou está um bocadinho acima do valor médio daquilo que é previsto no Decreto-lei que estabelece as análises da água, e temos vindo a manifestar a nossa preocupação, da Câmara Municipal, junto da Junta de Freguesia, para tomar diligências sobre o caso destes furos que não estão com água em conformidade com aquilo que é a Legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-lei n.º 306/2017, de 27 de agosto. E a Junta de Freguesia, sei que já está a tomar algumas diligências junto da população para que o consumo de água...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vereador, já excedeu o seu tempo.



--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Mais dois (2) minutos para concluir, por favor.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Agradeço a generosidade, mas estava mesmo a concluir.

A verdade é esta, é que a Câmara Municipal está preocupada com estas notícias, trata-se de saúde pública, e na questão em causa está a trabalhar, juntamente com a Junta de Freguesia, tem já ao dispor da Junta de Freguesia os serviços da Câmara Municipal, para colaborar com eles naquilo que for preciso e necessário para resolver, num curto espaço de tempo, este problema da água da rede de Santo Isidoro e Livração.

Obrigado pela atenção, Sr. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, já agora, se pudesse usar os trinta (30) segundos que sobraram do Sr. Vice-presidente para complementar a informação, acho que é importante, por causa também de tranquilizar as pessoas que nos ouvem, porque estas análises à água, de facto, podem causar aqui algum mau entendimento de quem nos ouve em casa, e eu queria só dar este esclarecimento.

De facto, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia mandaram realizar as análises à água, e os valores do arsénio estão acima daquilo que será a média normal – o valor é dez (10), e neste caso em concreto, um dos depósitos tem vinte (20), o que não é, segundo as informações que também tivemos dos técnicos, nada de muito alarmante, o que impossibilita apenas o consumo humano – ou seja, beber e cozinhar com essa água – informação que já foi prestada pela Junta de Freguesia aos munícipes. E dar conta do seguinte: nestes casos – e também dar esta explicação – o nível de arsénio tinha sido também já monitorizado pelo anterior Executivo em janeiro de 2017, e nessa altura também já havia um dos furos que tinha um nível de arsénio superior àquilo que era o legalmente exigível. De facto, este aumento exponencial, da nossa parte – que é assim que o entendemos – dos níveis de arsénio numa das captações tem a ver, segundo informação técnica, com o facto de este ano ter sido um ano bastante seco, e à medida que o furo tem menos água, também os níveis de arsénio têm tendência a subir. O que é que nos aconselharam? Já temos essa proposta, e também já a fizemos chegar ao Presidente de Junta...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, faça favor de concluir.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Dizer apenas que vamos continuar a monitorizar, depois destes primeiros dias de chuva, os níveis de arsénio, com novas análises, e também temos já uma proposta em cima da mesa, caso seja necessário, para, em conjunto com a Junta, adquirir um equipamento para tratar – que é tratável – estes níveis de arsénio na água. Isto apenas para tranquilizar as pessoas que nos



estão a ouvir, porque não devem consumir, não devem beber nem cozinhar, mas os níveis de arsénio são tratáveis e vão ser monitorizados, quer pela Câmara Municipal, quer pela Junta de Freguesia.

Mais uma vez lhe agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade que me deu de poder ainda intervir.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sra. Presidente. Eu peço desculpa desta demora, mas estas coisas acontecem. Aconteciam no passado, e infelizmente vão continuar a acontecer.

Eu passava de seguida a submeter à votação os votos de pesar. Começava pelo voto de pesar relativamente ao falecimento do Sr. Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Depois, passava ao voto de pesar da cidadã Marcoense, Helena Maria Cordeiro Matos Mendes. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

E por último, em matéria de votos de pesar, passávamos ao voto de pesar do cidadão José António Ferreira Machado, falecido na Nigéria. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Dávamos, de seguida, início à discussão do **Ponto n.º 2** da ordem de trabalhos, Período de intervenção do público. Eu pedia aos elementos do público que estão presentes que se inscrevessem para efeitos de usarem da palavra. O tempo são três (3) minutos. Muito obrigado.

Não há mais ninguém? Eu dava a palavra à cidadã Raquel Pereira.

--- Raquel Pereira (Munícipe) ---

Boa noite. Cumprimento desde já o Sr. Presidente da Assembleia, restante Mesa, o digníssimo Executivo, comunicação social e os demais presentes.

Sou representante dos pais da EB1 de Paços de Gaiolo, e no final de julho dirigi-me à anterior Assembleia para relatar o estado crítico em que se encontrava aquela escola e a importância da junção do Jardim de Infância do Barreiro à EB1 de Paços, poupando assim dinheiro público com o aproveitamento do espaço, colaboradores e transporte, dado que o jardim de infância também não possui as condições devidas. Foram, segundo o anterior Executivo, gastos cinquenta mil euros (50.000€) na EB1 de Paços; contudo, os WC's ficaram com aberturas que as tornam frias e desconfortáveis, nem sequer com uma sala de acesso a deficientes motores. Solicitei à Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, no dia 2 de novembro, que fosse resolvido o problema de falta de fechaduras em algumas portas e a substituição da campainha, que não funciona. Não obtendo resposta, dirigi-me, no dia 8 de dezembro, à Assembleia, e coloquei novamente a mesma questão, onde recebi como resposta que era culpa do encarregado da obra.

Confianto eu neste Executivo, e certa de que não cairemos mais doze (12) anos no esquecimento, agradecia que nos visitassem, deixando assim aqui o convite, de forma a poderem comprovar aquilo que aqui digo.



Aproveito também para agradecer a cedência do autocarro para o passeio escolar, ato camarário de que já não havia memória na escola.

Há alguns anos atrás, habitava eu noutra freguesia do concelho, perguntaram ao meu filho de quatro (4) anos de que clube é que ele gostava; ele respondeu “Paços”. O senhor perguntou-lhe se era Paços de Ferreira, e ele disse “Não, é Paços do meu avô”. Avancemos juntos para que Paços seja também de filhos e netos, e ao invés de sermos a vesícula do concelho, passemos a ser o umbigo e cordão umbilical, já que estamos situados entre dois (2) concelhos distintos e banhados pelo lindíssimo e valioso Rio Douro.

Votos de um 2018 repleto de conquistas para todos os Marcoenses. E usando agora a expressão da Sra. Presidente de Câmara, Dra. Cristina Vieira, em Paços nós também não queremos uma mobília de quarto nova, porque ainda cai muita água, porque nem um metro de saneamento básico temos.

Obrigada a todos, e uma boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Eu dava de seguida a palavra ao Dr. Benjamim Marques.

--- Benjamim Marques (Munícipe) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, todos os deputados aqui presentes e Presidentes de Junta, toda a comunicação social aqui presente, estimado público que nos escuta:

O que me traz aqui é lamentável, e eu começo por referir uma exposição que foi entregue na Câmara, nos serviços do Departamento de Administração Geral e Finanças. Chamo à atenção da data: 3 de novembro de 2015, já faz dois (2) anos. Esta exposição chamava a atenção para um atropelo – vamos chamar-lhe assim, pode-se chamar-lhe outras coisas, mas sobretudo um atropelo – de um cidadão que pretende anexar uma faixa de terreno considerável ao seu terreno, desrespeitando os bens públicos. Isto é muito simples, e é lapidar. Chamava a atenção dos serviços camarários, nomeadamente os serviços jurídicos, para este atropelo, nesta data. Foi-me prometido que o assunto ia ser resolvido. Consta – e parece-me que, de facto, tem alguma verdade – que a Câmara procedeu a uma coima a este senhor, mas passado este tempo todo, fui interpelando os serviços jurídicos, que me iam sistematicamente dizendo: “Nós vamos tratar do assunto.” Chamava a atenção para a gravidade disto, e numa primeira etapa, os serviços, julgando porventura que não haveria documentação que suportasse esta pretensão, chamar à atenção de que se deviam apresentar escrituras, que no terreno confinante, constasse numa escritura que era um caminho público. Apresentou-se uma escritura, de facto, que fazia constar que aquele caminho era público. Essa escritura, que tenho aqui na minha mão, a pedido dos serviços jurídicos, era de 10 de dezembro de 1982. Portanto, não é assim tão antigo como isso, para que o senhor que tomou esta iniciativa tentasse fazer esquecer que aquilo era um caminho público.

Portanto, eu volto a fazer constar que os serviços não têm estado à altura desta pretensão e desta exposição. Procederam à coima, e o que é que aconteceu? Naquela altura, dois (2) pilares



faziam encerrar o caminho, dois (2) pilares com um cadeado de ferro que os unia – ou seja, faziam com que não se pudesse passar naquele caminho. Portanto, este senhor está a tentar anexar uma faixa de terreno considerável, e a fazer dos serviços camarários e das suas obrigações como se não existissem, ou sei lá, fazendo com que, pelo cansaço, as pessoas deixem de interferir. Portanto, chamo à atenção que de 3 de novembro de 2015 até esta data já se passaram mais de dois (2) anos. Como veem, não me cansei de expor isto, e estou aqui a chamar à atenção do Executivo para que proceda a esta pretensão, porque isto é muito grave. Se isto pega, e se esta estratégia pega, nós temos no concelho muita gente a usar desta estratégia, anexando faixas de terreno, porque os serviços camarários vão lá com olho aberto e com olho fechado, aplicam uma coima, mas tentam que a situação permaneça como está. Tenho dito.

Aproveito para desejar um bom mandato à equipa executiva e a toda a Mesa desta Assembleia. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Sr. Fernando Costa Vieira, por favor.

--- Fernando Costa Vieira (Munícipe) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores:

Na minha qualidade de cidadão Marcoense e Alpendoradense, em face da construção de um supermercado do Grupo SONAE em Alpendorada, e recentemente inaugurado, numa das últimas reuniões públicas da Câmara Municipal efetuada em Tabuado, questionei o antigo Presidente, Sr. Dr. Manuel Moreira, sobre a ilegalidade de o anterior Executivo ter desafetado um terreno do domínio público municipal, com cerca de mil e trezentos metros quadrados (1.300 m²), a favor de uma entidade privada, isto é, uma cedência ao Grupo SONAE. A questão em causa torna-se mais surpreendente dado que a desafetação deste terreno do domínio público a favor de um privado não foi nunca submetida à apreciação da Assembleia de Freguesia, e tanto quanto sei, também não o foi à Assembleia Municipal.

Acontece que o Grupo SONAE, para a construção do supermercado, adquiriu um terreno privado, por coincidência propriedade do Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada. Mas, por possível ou mero azar, faltava ao Grupo SONAE espaço para construir o parque de estacionamento para os clientes do supermercado. E é precisamente aqui que o anterior Executivo, na minha maneira de ver, confunde o interesse público com o interesse privado, pois a explicação dada pelo anterior Executivo era que a Câmara Municipal cedia os mil e trezentos metros quadrados (1.300 m²) ao Grupo SONAE, e como contrapartida, a SONAE procederia ao arranjo urbanístico em frente à fachada do Estádio Municipal de Alpendorada, isto é, a um arranjo dos passeios em cerca de duzentos metros (200 m), e pouco mais. Ora bem, não obstante não ter existido qualquer auscultação à Assembleia Municipal e às Assembleias de Freguesia, não está claro nem evidente o interesse público que fundamentou a decisão tomada. Na minha humilde opinião, nesta questão, defendeu-se e favoreceu-se mais os interesses pessoais, em detrimento da salvaguarda dos interesses dos munícipes.



Sra. Presidente, como deve compreender, nada me move contra a venda de terrenos, nada me move contra qualquer investimento que traga mais emprego à minha terra, muito menos ao Grupo SONAE, onde com muito orgulho trabalhei durante seis (6) anos, e encarnei aquela máxima de ser um “Homem SONAE”. Mas, Sra. Presidente, tal e qual como a Dra. Cristina Vieira tinha dúvidas há dois (2) meses atrás, e achava que esta questão necessitava de ser bem esclarecida, eu respeitosa e questiono-lhe se, de facto, já conseguiu esclarecer este negócio, se, de facto, o negócio prima pela legalidade, se acha que se defendeu o interesse público e se acha que a contrapartida é proporcional e justa. E por fim, se acha que existiu, ou não, conflito de interesses.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Eu dou a palavra à Sra. Presidente, para responder, sendo que o seu tempo de resposta são quinze (15) minutos. Peço-lhe, por favor, que não exceda os quinze (15) minutos. Muito obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bem. Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Queria começar por agradecer a intervenção da munícipe Raquel Pereira. Dizer-lhe que, de facto, a informação que nos solicitou sobre a intervenção na Escola do Barreiro, vamos recolher a informação, de acordo também com aquilo que lhe disseram por parte da Junta de Freguesia, e vamos, depois de reunida essa informação, agendar uma visita à escola, onde terei todo o gosto em ir visitar os alunos e a comunidade educativa, e tentarmos realizar de forma célere a intervenção que ficou por fazer, se assim se justificar, porque não conheço em concreto – embora tenha visitado aquela escola em período de pré-campanha eleitoral, também é verdade, mas não conheço em concreto o que é que estava definido no procedimento da Câmara Municipal. E por isso, vamos nos inteirar, e irei agendar uma visita à escola para tentar resolver este problema.

Em relação à intervenção do munícipe Benjamim Marques, queria dizer ao Sr. Benjamim que, de facto, esta exposição que designa como atropelo de um cidadão que quer anexar uma faixa de terreno, neste caso público, ao privado dele, é uma informação sobre a qual não tenho informação para lhe dar, é uma situação que desconheço ainda, mas vou também solicitar informação aos serviços jurídicos, recolher informação relevante, para lhe enviar informação sobre este assunto.

Queria apenas deixar uma nota, Sr. Benjamim Marques: em relação ao facto de ter aqui dito que os técnicos dos serviços não têm estado à altura, eu não vou agora, nem nunca, colocar em xeque as competências técnicas dos nossos colaboradores da Câmara, mas queria tranquilizá-lo, que se, de facto, percebermos que é necessário recolher um parecer jurídico fora da Câmara Municipal, também o faremos. E logo que tenha essa informação, fá-la-ei chegar a si em particular, porque nos fez esta questão aqui.

Em relação à intervenção do munícipe Fernando Costa Vieira, dizer ao Fernando Costa Vieira que as informações que obtivemos junto dos serviços, depois de termos sido eleitos Executivo



desta Câmara Municipal, não nos permitem, ou não nos permitiram tirar essas ilações tão objetivas, como gostaria de ter respostas objetivas às questões que me fez. Já conhecia este processo, porque fez esta intervenção numa Reunião Pública; dizer-lhe que esta preocupação que foi agora também aqui trazida por si, enquanto município, já aqui foi debatida em reuniões de Câmara Municipal, pelo Sr. Vereador Paulo Ramalheira Teixeira, que também já nos fez chegar a sua preocupação. E dizer que hoje, precisamente na Reunião Pública de Câmara Municipal, que se realizou à tarde, este assunto voltou a ser tema de Reunião de Câmara. E por isso, assumi hoje, em Reunião de Câmara Municipal, com os Srs. Vereadores, que este Executivo vai solicitar toda a informação jurídica e às entidades que também têm competência nesta matéria – neste caso em particular, do empreendimento do Grupo SONAE – para esclarecer, e tentar esclarecer de forma credível e isenta esta situação. Assumi hoje esse compromisso na Reunião de Câmara Municipal, perante os Srs. Vereadores, para sobretudo também – que essa é uma nossa preocupação – salvaguardar o bom nome da Câmara Municipal, que fez este protocolo com este empreendedor. E por isso, quando obtivermos toda esta informação jurídica e técnica que vai ser solicitada às entidades com competência na matéria, traremos aqui à Assembleia Municipal, se for esse o caso, e em primeira mão aos Srs. Vereadores, para quem assumi hoje esse compromisso na Reunião Pública de Câmara Municipal.

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ora, passamos de seguida ao **Ponto n.º 3** da ordem de trabalhos, Período da ordem do dia.

E dou a palavra à Sra. Presidente, para efeitos de Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município. Solicito-lhe que respeite os tempos previstos no Regimento. Muito obrigado. Faça favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a informação foi enviada aos Srs. Deputados. Estou disponível para tirar algumas dúvidas, ou acrescentar mais àquilo que vos foi enviado.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu abro o período de inscrições para o Ponto n.º 3.1. Srs. Deputados, nós temos inscritas oito (8) pessoas, que eu vou dizer o nome: o Sr. Deputado Fernando Monteiro, o Sr. Deputado Luís Vales, o Sr. Deputado Gil Rodrigues, Celso Santana, Susana Loureiro, Célia Monteiro, Luís Carlos e Bruno Caetano. Não há mais ninguém? Maria José.

Eu dava a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sra. Presidente de Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros colegas, público, Marcoenses que nos ouvem:



Em primeiro lugar, felicitar a todos, dizer-vos que é bom que trabalhemos todos em prol de Marco de Canaveses, porque o sucesso do nosso trabalho, da nossa dedicação e do nosso empenho será o sucesso das nossas freguesias, dos nossos amigos e do nosso concelho, que é Marco de Canaveses.

Depois, trazer aqui dois (2) ou três (3) pontos que surgiram na informação da Sra. Presidente, e também alertar para uma coisa que me preocupa.

Primeiro, felicitar o Executivo da Câmara Municipal, em particular a Sra. Presidente, de nomear os Presidentes de Junta para o Conselho Geral dos Agrupamentos de Escolas, que acho que os Presidentes de Junta têm um papel importante no conhecimento da realidade das escolas das nossas freguesias, e por isso, acho que foi uma decisão acertada. Por isso, cabe-me a mim – que também fui nomeado para um Conselho Geral de Agrupamento de Escolas – felicitá-la por essa atitude, que mostra que valoriza o papel dos Presidentes de Junta. E é assim que me sinto, porque o meu Partido será sempre Vila Boa de Quires e Maureles.

Depois, dizer que se falou num ponto que também me preocupa, que é a Artâmega. Sra. Presidente, queria que a Sra. Presidente, também aqui em público, me dissesse o que me disse a mim, na reunião que tivemos: que estará ao meu lado para lutar para que a Artâmega não saia de Vila Boa de Quires, porque se o Museu da Pedra sair de Alpendorada, há de certeza um terremoto. Por isso, nós somos a terra da música; não somos terra da pedra, mas somos terra da música. A Artâmega não pode sair de Vila Boa de Quires e Maureles. Por isso, assumo, Sra. Presidente, o que assumiu comigo – e que lhe agradeço pessoalmente a sua atitude – que lutará ao meu lado para que a Artâmega não saia de Vila Boa de Quires e Maureles. Por isso, também me surpreendi que fizesse um projeto, ou que se preparasse – e compreendo essa parte – mas também gostava que me tivesse dado conhecimento, porque poderíamos tentar também arranjar em Vila Boa de Quires e Maureles alguma solução para acolher a Artâmega, que não seja o Centro Pastoral. Por isso, dizer-lhes, e para quem não sabe, que em Vila Boa de Quires nós damos música – não damos só paralelos, não damos só pedra, nós gostamos de dar música.

Depois, dizer-vos também outro assunto que me preocupa, e gostava de questionar o Executivo quanto a isso, e fui contactando o Sr. Vereador, o Sr. Eng.º Mário Bruno, quanto à ETAR de Maureles. A ETAR de Maureles – e quem me conhece como Presidente de Junta sabe que eu lutei muito, nestes últimos anos, para ter saneamento na minha terra. Lutei, votei contra Orçamentos Municipais, e fá-lo-ei, com certeza, se também não conseguir resolver a situação, porque eu acho que nós todos já devíamos ter água e saneamento. E por isso, a ETAR de Maureles está pronta, está realizada, fizeram-se ramais para que ligássemos uma grande parte da Freguesia de Vila Boa de Quires a essa ETAR – para termos todos uma noção, vai eliminar seis (6) fossas a céu aberto, e também eliminará grande parte das habitações que têm a água contaminada por causa das fossas e dos dejetos. Por isso, agradecia ao Executivo da Câmara Municipal, e sei que o estão a fazer, eu tinha o compromisso que ela seria entregue até ao final do ano, e por isso eu gostava mesmo que no início do próximo ano essa ETAR estivesse a funcionar, porque ela está pronta, o investimento está feito, o anterior Executivo fez o investimento, acho que é uma pena nós não pormos a ETAR a funcionar e não servir a população, e para resolver esse problema tão grave na nossa terra, e para de uma vez por todas



vocês me calarem quando digo que não tenho um metro de saneamento, porque assim depois já não posso dizer.

Depois, também dizer-vos que, quanto à minha terra, que gostava de alertar também o Executivo, e foi dito aqui pelo Celso Santana, Presidente da Junta de Freguesia do Marco, de sermos avisados de todas as diligências que se passassem na nossa terra. Eu acho que isso é muito importante, e a Sra. Presidente e o Sr. Vereador também já foram Presidentes de Junta, eu acho que é muito desagradável para um Presidente de Junta saber que andam a fazer obras na nossa freguesia, e o Presidente de Junta não ser tido nem achado. Não creio que isso vá acontecer, e por isso também agradeço que sejam todos os Presidentes de Junta tratados da mesma forma, e que sejamos avisados, para que nós possamos até alertar o Executivo da Câmara Municipal para que não se cometam erros, porque todos nós sabemos que, às vezes, quem conhece a realidade são os Presidentes de Junta, são os que estão perto da população, são os que sabem da necessidade das pessoas na realização daquela obra, e às vezes uma chamada de atenção antes da obra pode resolver grandes problemas, para não molhar a mobília, como a Sra. Presidente disse.

Muito bem, tenho dito. Um bom trabalho para todos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dava de seguida a palavra ao Dr. Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas deputados, estimado público, Marcoenses que nos estão a ouvir.

Eu, de facto, aqui tenho que me colocar ao lado do Sr. Presidente da Junta de Vila Boa de Quires e Maureles quando diz que a Artâmega não deve sair de Vila Boa de Quires e Maureles. De facto, esta é uma instituição de referência na nossa terra, que as pessoas entendem como tal, que as pessoas se dirigem para Vila Boa quando vão aprender a fazer música. Portanto, deixava aqui um repto à Sra. Presidente da Câmara, para que encete todos os seus esforços, com os seus pares, para que se coloque ao lado do Sr. Presidente da Junta de Vila Boa de Quires e Maureles, para que a Artâmega permaneça naquele território e que possa continuar a servir todos os municípios e concidadãos do Marco de Canaveses.

Sra. Presidente, um segundo ponto que ficou por esclarecer no período de antes da ordem do dia, que tem a ver com a questão das arcadas junto ao Jardim Municipal, em que a Sra. Presidente não respondeu o que é que iria lá fazer, o que é que será realizado naquele espaço, e já agora, quando. Para além de que, segundo as suas estimativas, daqui a dois (2) meses (fevereiro, março), as pessoas teriam que ser realocadas naquele local junto ao Estádio Municipal, e eu gostaria de saber se isto é, de facto, assim, e se a Câmara tem meios para, em dois (2) ou três (3) meses, fazer aquelas obras de grande monta que são necessárias naquele local.

E finalmente, Sra. Presidente, permita-me só aqui duas (2) questões, que têm a ver com o Almoço Solidário ainda, e com a questão dos cabazes de natal. A Sra. Presidente disse que não recebeu qualquer tipo de reclamação das setecentas (700) pessoas que normalmente eram



agraciadas com um cabaz de natal nesta altura. Ora bem, nós sabemos que com a pobreza, muitas vezes envergonhada, com certeza que não iriam enviar um SMS ou fazer chegar à Câmara Municipal qualquer tipo de desagrado por não terem recebido um cabaz de natal.

Mas, também me parece que houve aqui alguma confusão, em que a Sra. Presidente diz que a culpa é dos Presidentes de Junta, porque, primeiro, enviaram aquilo que tinham, outros que não sei quê. Aquilo que eu gostaria de dizer é que eu acho que devia utilizar mais os Srs. Presidentes de Junta como parceiros, e se eles lhe dizem que há pessoas com dificuldades, e que tenho a certeza que a atual Presidente da Câmara, que foi Presidente de Junta de uma grande freguesia, sabe que é importantíssimo, e que há pessoas que, de facto, passam fome. E algumas dessas pessoas que passam realmente fome não tiveram um cabaz de natal este natal. E isto é que eu gostaria aqui de deixar: é que devido à alteração daquilo que era a prática corrente de entregar a setecentas (700) famílias um cabaz de natal, o que aconteceu este natal é que houve pessoas que realmente precisaram e que ficaram sem comida neste natal, dada pela autarquia. E Sra. Presidente, nem que fosse uma única pessoa; para o ano iríamos rever, iríamos aperfeiçoar, se assim fosse o caso. A única questão aqui, e a crítica que lhe deixo, é: deveria ter feito como no ano passado se fez, e para o ano, então, teria de janeiro a dezembro para rever o processo.

Portanto, era só isto, Sra. Presidente: apelar, de facto, para que da próxima vez pense um bocadinho mais sobre estas questões da pobreza, da pobreza envergonhada, e daqueles que mais precisam.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao deputado, Sr. Gil Rodrigues.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Boa noite a todos.

Dispensando os habituais cumprimentos, o que me traz aqui é uma pergunta muito simples, sobre a questão dos sintéticos. Eu ouvi aqui falar em despesas dos sintéticos para aqui, despesas dos sintéticos para acolá, em que, de facto, eu acredito e sei que eles vão ter muita manutenção, mas pergunto se os nossos jovens, que vão ser aqueles que mais vão utilizar os sintéticos – porque são as camadas jovens que mais vão usar os sintéticos – se não merecem este esforço financeiro por parte da autarquia, e se isto também não faz parte da educação e da formação que os nossos jovens terão que ter, para serem pelo menos similares aos concelhos vizinhos. E eu pergunto se a Sra. Doutora acha que as despesas com os sintéticos não terão efeitos a longo prazo com os nossos jovens.

É só. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dava de seguida a palavra ao deputado Celso Santana.

--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---



Sr. Presidente, peço dispensa das habituais formalidades.

Sobre a informação escrita, queria deixar mais uma vez algumas palavras de agradecimento ao Executivo da Câmara Municipal, que nos brindou desta forma com algumas obras, mesmo depois da nossa tomada de posse, uma delas o arranjo urbanístico da Rua do Ferroviário, a pavimentação da Rua da Amizade – que também está na informação escrita, a qual também muito agradecemos, e os nossos fregueses também – o alargamento da Travessa Engenheiro Belmiro de Azevedo, a construção de um parque de estacionamento junto à estação, que também vai ser uma das mais valias para quem nos visita e para os nossos utentes que utilizam a via poderem estacionar, a ligação do saneamento do Jardim de Infância da Barroca e da EB1 da Barroca também.

E já agora, não sei se vi, ou se não vi, queria fazer esta pergunta, em relação à iluminação de natal, que deveria ter feito há bocado e passou-me. Nós tivemos algumas reclamações por parte de alguns comerciantes, pelo facto de a iluminação de natal não ter chegado a algumas das ruas. Provavelmente a Sra. Presidente terá um esclarecimento para esta situação.

Tenho dito. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dava de seguida a palavra à Dra. Susana Loureiro.

--- Susana Loureiro (PPD/PSD) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresento a V. Exa. os meus mais respeitosos cumprimentos, os quais, naturalmente, serão extensivos aos Srs. Secretários de Mesa, à Exma. Sra. Presidente da Câmara e a todos os vereadores, aos Exmos. Srs. Deputados Municipais, Srs. Presidentes de Junta, demais presentes, comunicação social, público, caros Marcoenses.

Cumpr-me tecer algumas considerações sobre o teor da informação escrita da Exma. Sra. Presidente de Câmara; essas breves considerações, das quais a primeira consta da informação escrita, e a outra, a nível da ação social, lamento que o não esteja.

Começo pelo primeiro ponto: é vertida na informação escrita de V. Exa. uma panóplia de obras executadas e/ou concluídas neste curto espaço de mandato de V. Exas., merecedoras de algum destaque, nomeadamente as constantes nas páginas 4 e 11, as empreitadas concluídas dos vários calcetamentos, redes de percursos pedonais, infraestruturas, pavimentações, repavimentações, obra de quase um milhão e meio de euros (1.500.000€) em água e saneamento. Tais obras, pese embora concluídas no mandato de V. Exa., são obras lançadas e fazem parte integrante da estratégia política definida pelo anterior Executivo, pelo que muito dizem ao PSD e ao Grupo no qual me integro, e comprovam cabalmente as constantes preocupações do Executivo cessante, na realização de obras de proximidade da população Marcoense.

Assim, e contrariamente àquilo que é muitas vezes dito e ouvido – porque eu sou novata, devo ser das mais novas nestas lides – é necessário repor a verdade dos factos e ver esclarecido que o anterior Executivo, e a fazer fé na informação por V. Exa. prestada, não se encontrava quedado e inerte num marasmo de nada fazer em prol das necessidades mais básicas, como o



saneamento, as águas, as acessibilidades da população Marcoense – como, aliás, se pode concluir pelo vosso relatório. Bem pelo contrário, a vossa informação corrobora que o mesmo trabalhou afincada e diligentemente em prol da satisfação das necessidades dos Marcoenses. Foi feito muito, e muito havia a fazer. E a si, a todo o Executivo e a todos os presentes, contrariamente ao que disseram, tenho a dizer que desejo sorte, porque a sorte, aprendi desde muito nova que dá muito trabalho. E nós estamos aqui para trabalhar.

É de louvar a atitude de V. Exa. em honrar e concluir tais compromissos – aliás, outra coisa não esperaríamos deste Executivo, nomeadamente de si, Dra. Cristina, que já conheço há vinte e muitos anos, que partilhei muitas vezes viagens para Coimbra e já trocávamos algumas ideias. O que V. Exas. fizeram – e deram disso conta na vossa informação escrita – não foi mais do que honrar os compromissos assumidos pelo anterior Executivo, e assim não defraudar as expectativas dos Marcoenses. Queremos continuar a fazer parte da solução e não do problema; não pretendemos obstaculizar medidas que se venham a revelar como benéficas para o progresso da nossa terra e das nossas gentes, e apelamos a que continue a empenhar-se, com estes investimentos imprescindíveis para o bom desenvolvimento do concelho, tal como o anterior Executivo sempre o fez. E nós estaremos atentos e seremos colaborantes, bem como diligentes na análise de tal trabalho, o qual pretendemos e desejamos que seja o mais profícuo possível para o bem de todos, que somos nós, Marco de Canaveses.

O segundo ponto tem a ver com ação social, Sra. Doutora, Executivo, e que já foi aqui falado, do Almoço Solidário e dos cabazes de natal – lá vem mais uma dos cabazes de natal. O problema é que eu ando na rua do Marco todos os dias, por afazeres profissionais, e fui confrontada sobre esta questão. E sinceramente, fiquei um bocado atónita, porque pensava que a atitude deste Executivo seria diferente, não fosse – entendo eu – a ação social uma das vossas bandeiras e uma das vossas grandes preocupações (pelo menos assim o demonstraram). É certo que a ação social não se esgota só em distribuir cabazes de natal, está muito longe disso; mas a verdade é que não fazer nada pela pobreza que existe no Marco, meus senhores, é grave. E o maior de todos os erros é não fazer nada só porque se pode fazer muito pouco; o pouco que existia é bem melhor que nada. Se antes tínhamos pouco, ficámos com uma mão vazia e outra cheia de nada. É nossa obrigação fazer tudo quanto for possível pela nossa terra e pelas nossas gentes.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Eu dou de seguida a palavra ao deputado Luís Carlos.

--- Luís Carlos Vieira (PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exma. Sra. Presidente de Câmara e Srs. e Sras. Vereadoras, Exmos. Srs. e Sras. Deputadas, Exmos. Srs. Presidentes de Junta, comunicação social, caras e caros cidadãos Marcoenses:

Os deputados do Partido Socialista felicitam o Executivo pela importância que começa desde já a dar ao comércio local e tradicional. Temos consciência de que o comércio local e tradicional tem sido marginalizado, desmantelado, diria até maltratado nos últimos anos, não só pela alteração das preferências dos consumidores – é certo que passaram a preferir efetuar as suas compras em grandes espaços comerciais – mas, e principalmente, pelas políticas e decisões nefastas que o último Executivo implementou – as obras no centro da cidade ou a falta de provisão de uma verba, digamos assim, uma verba simpática destinada às iluminações e



diversões associadas à época natalícia, não sendo de descurar o clima de distância que por longos anos se fez notar entre os responsáveis políticos e os comerciantes locais.

É precisamente na relação entre o Poder Local e os comerciantes locais que este Executivo começa também a distinguir-se pela positiva, saudando a iniciativa simbólica, mas não menos importante, de visita aos estabelecimentos comerciais locais, protagonizada pelo Executivo da Câmara Municipal e Junta de Freguesia do Marco, em especial a Sra. Presidente de Câmara, Cristina Vieira, e o Sr. Presidente de Junta, Celso Santana.

Num outro âmbito, entendemos que o protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e a Fundação Cupertino de Miranda, a propósito do programa de educação financeira, é vital para o reforço da formação cívica dos jovens Marcoenses, mais ainda quando nos tempos que correm a literacia financeira assume uma preponderância exponencial no nosso quotidiano.

Por fim, e não menos importante, destacar os duzentos e dez (210) processos de proteção de crianças que se encontram ativos na CPCJ. O número de casos acentua a nossa preocupação, sendo que nos quarenta e um (41) processos que se encontram monitorizados pelo representante do município, devemos dirigir políticas que reforcem o acompanhamento destes casos, de maneira a que o rastreio e resolução destes casos seja mais célere e eficaz.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dava de seguida a palavra à deputada Célia Monteiro.

--- Célia Monteiro da Costa (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores da Câmara Municipal, Srs. Deputados da Assembleia Municipal, Srs. Municípes, órgãos de comunicação social:

Foi com muito gosto que li a informação escrita da Sra. Presidente da Câmara, repleta de obras e eventos que em tudo favorecem o povo do Concelho de Marco de Canaveses, nomeadamente as obras e empreitadas concluídas nos últimos meses, e nas quais nos conseguimos rever, o que demonstra que, efetivamente, foram honrados os compromissos assumidos pelo anterior Executivo. Não esperávamos outro desfecho, pois acreditamos que todos trabalhamos para o mesmo fim: a melhoria da qualidade de vida do Concelho de Marco de Canaveses.

Assim, e tendo em conta que foram já focados aspetos referentes ao primeiro ponto da informação escrita, apenas vou salientar alguns referentes a cultura, património, educação, juventude, desenvolvimento económico e turismo.

Neste ponto, podemos constatar que foram levadas a cabo várias iniciativas, entre as quais exposições, concertos, fins de semana gastronómicos, entre outros eventos. Estamos no bom caminho. Devemos continuar a implementar estes projetos, que começaram em anos anteriores e que levam ao enriquecimento da nossa população.



Outro aspeto que demonstrou que estamos no bom caminho foi o facto de a Praia de Bitetos mais uma vez ter sido contemplada com o galardão “Praia Acessível para Todos”. A atribuição deste galardão em muito nos deve honrar. Devemos ter consciência de que é fruto de muito trabalho e das boas práticas levadas a cabo pelo nosso município nos últimos anos. Para dar ainda mais ênfase ao carácter humanitário e à nossa sensibilidade para com pessoas de mobilidade reduzida, foi adquirida uma cadeira anfíbia pelo anterior Executivo, a qual todos tivemos oportunidade de ver em funcionamento aquando da transmissão em direto de um programa da RTP a partir da Praia de Bitetos, no verão passado.

É importante que estas iniciativas sejam um exemplo para o futuro. Não nos podemos esquecer das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, tão perto desta praia, e refiro-me especificamente a alguns utentes do Centro Social da CERCIMARCO, e que merecem uma praia acessível para todos.

Claro que outros pontos de interesse foram abordados pela Sra. Presidente, mas devo confessar que, contrariamente aos pontos abordados até aqui, pontos esses nos quais nos conseguimos identificar, que houve um onde gostaria de ver escrito algo mais: refiro-me à animação de natal nas ruas. Além de estar escrito nas ruas da cidade, penso que habitualmente estaria nas ruas da cidade e de algumas freguesias, nomeadamente na Vila de Alpendorada. Este ano, contrariamente a anos anteriores, a vila não pôde contar com alegria, cor e imaginação nas suas ruas, à semelhança do centro da cidade. As crianças do Baixo Concelho que não tiveram oportunidade de se deslocar até à cidade não puderam – e agora cito – “dar asas à sua imaginação, com acesso livre na Casa do Pai Natal”, divertir-se como estavam habituadas a fazer. Será que o povo do Baixo Concelho, nomeadamente Alpendorada, Várzea e Torrão, e freguesias envolventes, não se portou bem, e por isso não recebeu a visita do Pai Natal?

E falando de visitas, também lamento não poder felicitar a Sra. Presidente, tal como fez o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Marco, pela sua visita aos comerciantes de Alpendorada, pois isso não aconteceu.

Ainda relativamente à animação de natal, muito bem, os comerciantes tiveram oportunidade de concorrer ao Concurso “Montras de Natal”. Mas, será que também não mereciam ter animação de rua como nos últimos anos, implementando um maior dinamismo aos seus negócios nesta quadra? E já agora, também gostariam certamente de receber a visita da Sra. Presidente. Só estamos a falar de uma das maiores freguesias do concelho, em termos de população, indústria, comércio e conseqüentemente de receitas para o município. Certamente, o Orçamento de 2017 previa esta animação de natal. Penso que este deve ser um aspeto a ter em consideração.

Fazendo o balanço de toda a informação escrita da Sra. Presidente, reparámos que foram seguidas as diretrizes do Executivo anterior, e esperamos que estas boas práticas prevaleçam no futuro.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Dou a palavra à deputada Maria José.



--- Maria José Cerqueira (Presidente J.F. Várzea, Aliviada e Folhada, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, Presidentes de Junta, deputados, comunicação social, público e público lá em casa.

Relativamente à informação escrita, eu começo por fazer aqui uma correção: eu acho que não me engano, mas devo fazer esta correção, porque a última reunião ordinária da Assembleia Municipal realizou-se no dia 11 de setembro de 2017, e não 29 de junho. Por isso, acho que está aqui um erro relativamente à data, na informação escrita – aqui no início do texto, referem que a última sessão ordinária da Assembleia Municipal se realizou no dia 29 de junho. E no meu entender – eu estive cá presente, e alguns de nós estivemos cá – a última reunião ordinária da Assembleia Municipal realizou-se no dia 11 de setembro. Pronto, isto foi só um reparo.

E agora, relativamente à informação escrita, quero só fazer aqui algumas considerações no que toca à Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada. Em relação às obras realizadas por administração direta, a Sra. Presidente faz aqui referência a arranjos de aquedutos, valetas, vala para rede de saneamento – isto na página 3, para me poderem acompanhar – alargamento de caminhos, muretes, alargamento de pontão, drenagens de águas pluviais, entre outros, em algumas freguesias do concelho, nomeadamente na Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada. Sra. Presidente, como também bem referi nas duas (2) reuniões que me concedeu, realmente tenho bastantes ofícios enviados a esta Câmara Municipal – alguns deles, é verdade que já vêm do mandato anterior, mas também muitos deles já enviados no atual mandato – mas relativamente a esta questão e a este ponto, não deveria mencionar aqui a minha freguesia porque ainda não fui contemplada com a concretização de nenhuma destas obras ou intervenções relativamente a maquinaria e mão de obra da Câmara Municipal.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Deputada, peço-lhe que sintetize, porque já ultrapassou o tempo. Muito obrigado.

--- Maria José Cerqueira (Presidente J.F. Várzea, Aliviada e Folhada, PPD/PSD) ---

É rápido.

Depois, relativamente a construção de passeios, na página 4, refere aqui a obra da Rua de São João Batista, na Folhada, Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada. É verdade que a Rua de São João Batista sofreu uma obra de requalificação, em que a calçada à portuguesa foi coberta com betuminoso, mas não tivemos construção de passeios naquela rua. Por isso, acho que também devo fazer aqui este reparo.

Depois, relativamente aqui aos parques infantis, aqui na página 15, relativamente aos parques infantis, eu verifico que se faz aqui a distinção entre o parque infantil do Parque de Lazer de Alpendorada, com um valor de intervenção na ordem dos vinte e seis mil euros (26.000€), e depois, uma verba de trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e oito euros, e dois cêntimos (37.498,02€) para os outros parques infantis que também vão ser objeto de intervenção. Como um deles é da minha freguesia, nomeadamente o Jardim de Infância de Aliviada, eu gostaria de perguntar à Sra. Presidente se poderia dividir este valor, ou dizer-nos qual o valor atribuído a cada parque infantil, porque eu sei que cada um tem as suas características diferentes, uns vão ter mais equipamentos do que outros, e inclusive mais mão de obra do que outros. Por isso, como sei também que estas obras vão iniciar muito brevemente, se não é que já iniciaram –



algumas delas, se calhar, até já iniciaram – devem ter já calculado o valor para cada jardim de infância. Eu, em particular, tenho curiosidade em saber quanto vão aplicar no Jardim de Infância de Aliviada, e os meus colegas certamente também terão interesse em saber qual é o valor que lhes cabe.

Pronto, é só. Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Dou, por último, a palavra ao deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, boa noite a todos.

Ultrapassando os formais cumprimentos, devo-lhes dizer que em poucas horas que esta Assembleia leva, já fico contente com o Executivo que eu tenho aqui à minha frente, porque em pouco tempo conseguiram apelidar já de uma característica que eu prezo muito, que é honrar a palavra. Eu já vi alguns deputados aqui, e felicito-os pela coragem de o fazer, admitirem que este Executivo, com os dois (2) meses que tem de funções, está capaz de honrar a palavra dada. Acho que esse é um compromisso que estabelecemos com o Marco, e enquanto Líder da Bancada que suporta a atual maioria, felicito-os por causa disso, e nós também temos que rever essas capacidades nos outros.

Quanto à iluminação de natal e à animação, sintetizando tudo, já aqui muito se falou. Eu, é a primeira vez que faço parte desta Assembleia, como muitos de vocês, mas assisti a muitas destas Assembleias via rádio ou aqui, e tenho pena que a exigência não tenha sido a mesma em anos anteriores. Mas, eu também ando pelas ruas, e se houve iluminação que se prolongou nas ruas do centro do Marco, em Marco de Canaveses, foi esta. Podem criticar o tipo de iluminação, ou o que seja; agora, a nível de extensão de iluminação, não é essa a verdade. Inclusive até o carrocel ali estacionado, até há bem pouco tempo, aqui atrás deste edifício, foi largamente valorizado relativamente a essas questões. Mas, eu acho que a Sra. Presidente possivelmente terá mais argumentos relativamente a essa matéria.

Voltando à questão do natal, também gostaria de saber junto da Sra. Presidente da Câmara e Executivo como é que foi, entre aspas, a “reunião de natal” com a Câmara Municipal, no seu jantar de natal, se correu tudo conforme estava perspetivado, e se também houve ali algum relacionamento com os funcionários e o Executivo, que também acho que seja necessário.

Continuando na informação escrita, há aqui dados que nos devem preocupar. Neste curto espaço de tempo que nós temos desde a última Assembleia – que parece que a data não foi bem apontada na informação escrita – a Câmara já fez intervenção em cerca de noventa (90) ninhos de vespas asiáticas. Isto é um flagelo que está a acontecer no Marco, e que acho que nos deve preocupar a todos nós, e é de felicitar que esta intervenção da Proteção Civil seja feita desta forma.

Voltando a alguns números – e também, se calhar, tem a ver um bocadinho com o que um município aqui trouxe – também vi que houve oitocentas e cinquenta e nove (859) intervenções jurídicas. Em três (3) meses, é muita coisa a acontecer no Marco.



Quanto à Artâmega, é bom ver esta solidariedade institucional entre Juntas de Freguesia e Câmara Municipal. Eu concordo que o Fernando também sabe dar música, e se calhar o local da música poderá ser muito Vila Boa de Quires, mas deixo isso para relações institucionais e a justificativa deles. Mas também é estranho que nós tenhamos uma indicação de saída já para fevereiro (porque fevereiro é já ali), e parece que este processo acordou agora para a realidade, e não havia solução ainda para isso. Se havia, ou não, não sei, nem o Presidente da Junta foi cá capaz de dizer que teria um espaço alternativo para a Artâmega, e sabendo nós da importância que esta instituição tem para o nosso concelho, na valorização da cultura no Marco de Canaveses.

Falando de PARU: eu, enquanto profissional, fui chamado pela Câmara Municipal para vir a uma reunião de técnicos da área do urbanismo do Marco de Canaveses...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, faça um esforço para concluir, que já excedeu em alguns segundos. Muito obrigado.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Já estou mesmo a terminar. Obrigado.

Fomos chamados para uma intervenção junto do PARU, em que a Câmara Municipal nos auscultou sobre o processo que está a decorrer, o que é que nós achamos, quais as melhorias, etc. É de louvar estas atividades, porque é algo que não aconteceu neste concelho até agora – estamos a falar de investir muitos milhões no Marco, e acho que deve ser feito com cabeça, tronco e membros, e não vocês acharem que são “sabedores”, entre aspas, do que nós devemos fazer. Vocês é que têm que analisar esses meios, mas acho que também devem ouvir a população, conforme o fizeram até agora, e acho que é de louvar.

Só para terminar, eu até depois me senti um bocadinho incomodado por ter lançado a questão do cabaz, e depois toda a gente veio aqui, mas pronto, porque parece que estamos aqui numa situação do “cabaz gate”. Só para terminar, vou utilizar umas palavras que a deputada Susana Loureiro disse aqui: “do pouco que existia, passou a existir nada”. Se um cabaz era tudo o que nós tínhamos, meus senhores, ainda bem que o Partido Socialista está cá.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dou de seguida a palavra à Sra. Presidente, para efeitos de resposta, mas peço-lhe que respeite os tempos de que dispõe. Muito obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Vou tentar ser curta e objetiva.

Em relação ao Sr. Presidente da Junta de Vila Boa de Quires, Fernando Monteiro, agradecer a sua nota sobre a nomeação dos Srs. Presidentes de Junta para os Conselhos Gerais dos



Agrupamentos de Escolas. Era esta a nossa pretensão, e agradecemos também o facto de ter tido essa atenção em elogiar a nossa iniciativa.

Em relação à questão da Artâmega, dar conta de que nós já falámos sobre esta questão de forma muito aberta e, creio, sincera de ambas as partes, da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, sobre esta matéria. Dizer-lhe que estarei ao seu lado para que a Artâmega não saia de Vila Boa de Quires. Dizer-lhe que não é pretensão da Câmara, mas também não é pretensão da Artâmega, deixar essa nota – aliás, foi o que nos disseram, que não era pretensão deles abandonar a Freguesia de Vila Boa de Quires, exatamente porque essa é a freguesia conhecida pela freguesia da música. Mas, dizer-lhes que, de facto, esta questão que a Câmara Municipal avançou, em arranjar uma hipótese B para a constatação do facto de eles poderem ter que abandonar as instalações da Comissão Fabriqueira da Paróquia, foi uma decisão nossa, também tendo em conta – e dar nota disto – que as tentativas de conversação, conforme foi dito, e muito bem, do anterior Executivo da Câmara Municipal, onde o Sr. Presidente da Junta esteve, e também esteve o Diretor Pedagógico da Artâmega, não constituíram nenhuma resolução para este problema da Artâmega. Dizer também que o Sr. Presidente de Junta nos deu essa informação, que era sua pretensão que eles lá ficassem, e relembrar-lhe que, de facto, nós tínhamos dito que íamos tentar arranjar uma alternativa, e lembro-me até de o Sr. Presidente de Junta nos ter dado uma nota sobre a hipótese de eles poderem ficar num pavilhão, creio que de um investidor ou de um empresário do ramo têxtil – lembro-me de nessa reunião termos falado sobre isso. Pronto, mas dizer-lhes que também é uma preocupação muito grande da Artâmega, e nós aqui estamos mais numa tentativa de salvaguardar que, em fevereiro, em tempo útil para arranjarmos uma solução, poderemos ter uma solução em mãos, que será só um projeto. Dar-lhe nota disso, basta para a Artâmega ter um projeto para pelo menos acautelar os protocolos que tem com a Direção Geral da Educação.

Em relação à informação, falou-nos da ETAR de Maureles, está pronta para ser rececionada pelas Águas do Marco. Depois se o Sr. Vice-presidente quiser acrescentar mais alguma coisa, mas é essa a nossa pretensão, de que as Águas do Marco a rececionem o quanto antes.

As diligências sobre as idas às obras nas freguesias, dar-lhe conta de que nós oficializámos essa informação, o Executivo, aos oito (8) Chefes de Divisão e aos dois (2) Diretores de Departamento, que sempre que houver uma empreitada, uma obra a realizar ou uma intervenção – pode não ser obra – nas freguesias, deve ser dado conhecimento antecipadamente, se possível com uma semana de antecedência, pelo menos, aos Srs. Presidentes de Junta, para que possam acompanhar, como disse e muito bem, todas as intervenções nas freguesias.

Ao Sr. Deputado Luís Vales, dizer-lhe que em relação às arcadas do jardim, não me lembro de ter dito agora, falado em datas, nem fevereiro, nem março, até porque não pode ser em fevereiro nem março. A Artâmega tem, como agora acabei de esclarecer, até fevereiro, se não houver um acordo com o pároco, tem que dar essa hipótese B à DGEstE.

Em relação àquilo que vai ser feito nas arcadas do Jardim Municipal, o projeto foi feito pelos serviços técnicos da Câmara para podermos entregar a candidatura, que creio que foi submetida ainda hoje, ao PARU, e o que está previsto com a requalificação das arcadas do jardim, além da conceção e também da implementação de um espaço educativo que queremos associar ao jardim, o Jardim Municipal, do nosso ponto de vista, precisa ser um espaço mais aberto, vamos



fazer com que o jardim seja um contador de histórias, ou seja, que as pessoas tenham também uma dinâmica quando visitam o jardim, que o jardim possa contar histórias sobre as feiras do gado, sobre os ourives, sobre o ferrador, sobre a farmácia, sobre até aquilo que conseguimos ver, como é o Parque Arqueológico da Serra da Aboboreira, que o podemos apreciar do espaço do jardim, e um conjunto de outras histórias que fazem parte do nosso património material, e que queremos que o jardim seja isso, que seja sobretudo um espaço para contar histórias.

Em relação ao espaço físico e ao património material que são as arcadas, vamos requalificá-las e queremos dar uma nova dinâmica ao jardim. E quando eu digo “uma nova dinâmica”, o que pedi aos serviços técnicos foi que, no projeto técnico, concebessem aquele espaço para poder ser utilizado para espaço comercial. E quando digo “espaço comercial”, estamos a pensar que, por exemplo, o parque infantil que está no jardim vai ser requalificado, será um parque infantil mais moderno e mais apelativo, e que os pais que podem levar as crianças, os seus filhos ao Jardim Municipal, podem também usufruir de um espaço de lazer, podem tomar um chá, podem beber um copo de vinho, apreciar um pouco daquilo que é a nossa gastronomia, ainda que seja à escala, diria eu (e a expressão é minha), *gourmet* naquele espaço. Ainda está por conceber o modelo, mas aquilo que quisemos contemplar no Projeto PARU, que é a obra, é a requalificação destas arcadas.

Em relação ao almoço de natal e à expressão que foi utilizada pelo Sr. Deputado, da pobreza envergonhada, que essa não iria mandar SMS's ao Executivo da Câmara Municipal, dar-lhe conta de que eu posso dar essa explicação sobre a pobreza envergonhada, e dizer-lhe que, de facto, os que são, infelizmente, os nossos – eu não usaria esta expressão de “pobreza envergonhada”, mas eu também sei que há gente que tem alguma dificuldade em pedir apoio, e quando digo “dificuldade”, tem até a ver com os valores morais que caracterizam esse tipo de pessoas que têm dificuldades em fazer face às suas necessidades. Mas, dizer ao Sr. Deputado que os pobres envergonhados – e a expressão é sua – esses muitas vezes nem sequer chegam a vir pedir aos serviços. E infelizmente, a conclusão que eu tirei depois de ter avaliado os dados, que tenho aqui comigo, dos serviços técnicos da Câmara, do GMAS, e da informação que nos foi enviada pelas Juntas de Freguesia e pelas instituições, é que aqueles que usufruíam dos cabazes de natal, na sua generalidade, não eram os pobres envergonhados, e eu iria usar uma expressão, que eram aqueles pobres que são menos contidos, e que não são pobres, ou que tenho dúvidas sobre as suas carências, e que recebiam, alguns deles, três (3) cabazes, Sr. Deputado.

E agora aproveitando para responder às questões que também foram feitas sobre este assunto, dizer-lhes que no ano passado, os serviços da Câmara Municipal tiveram que aguardar que outras instituições saíssem da casa daqueles que supostamente eram carenciados para entregar o segundo cabaz. Ou seja, houve pessoas que receberam, em anos transatos, mais do que um cabaz. E aquilo que eu aqui disse não foi que os Srs. Presidentes de Junta tinham culpa, pelo contrário, Sr. Deputado; aliás, eu fiz questão de envolver os Srs. Presidentes de Junta. O que os Srs. Presidentes de Junta não foram capazes, nem eles, nem os dirigentes das instituições, foi de me dar informação credível sobre se aquelas pessoas recebiam cabazes de outras entidades. E na dúvida, nós não vamos compactuar com aquilo que eu designei, e volto a designar de “caridadezinha”, porque a Sra. Presidente da Câmara Municipal não vai aparecer no *Facebook* a entregar cabazes, como no passado, aos pobrezinhos, como o Sr. Presidente disse. Não vai, porque na ação social – e agora respondendo à Sra. Deputada – há muito para fazer. E não é



com um cabaz de natal que nós matamos a fome às pessoas, porque aquilo que eu ouvi é que havia gente no Marco a passar fome. E no passado, nesta Assembleia Municipal, eu nunca ouvi nenhum deputado do PSD a dirigir-se ao Executivo Municipal a dizer que havia pessoas a passar fome no município. E posso dizer-lhe, Sr. Deputado, e posso dar-lhe o exemplo, que por exemplo, na Freguesia do Marco, nos dados que me foram dados pelo GMAS, existem oitenta e oito (88) processos ativos; desses oitenta e oito (88) processos ativos, dezanove (19) destes agregados familiares recebem todos os meses apoio alimentar. E para lhe dizer que a maior parte das pessoas que recebem apoio do GMAS são beneficiários de RSI, e o escalão em que estão integrados no GMAS são escalões que são praticados pela Segurança Social. Ou seja, nenhum dos agregados familiares é tão pobre quanto se possa dizer, porque felizmente o Estado Social cobre estas carências: ou são beneficiários do RSI, ou são beneficiários de subsídio de desemprego, ou, infelizmente, e acontece muitas vezes, os salários que têm são baixos. Mas, nenhum destes agregados está sem qualquer apoio económico. Era bom que esta informação passasse para o lado de lá, porque esta foi a preocupação do Executivo. E eu li e reitero esta preocupação. Daríamos, efetivamente, cabazes se nos tivesse sido dada informação aos intervenientes – e a nossa parte está aqui, da Câmara Municipal – que essas pessoas não teriam outra forma de subsistência, o que não é verdade, porque todas elas são apoiadas com outras medidas de ação social.

Sintéticos, camadas jovens, Sr. Deputado Gil: o Sr. Deputado colocou-nos a questão se as camadas jovens não eram importantes para este Executivo, e se a formação não era também ela importante para o Executivo Municipal. Sr. Deputado, tanto é que eu vou-lhe lembrar uma das coisas que nós fizemos, e que o Executivo anterior não fez durante doze (12) anos, que foi majorar em três por cento (3%) cada equipa de formação, e acrescentámos, ou atribuímos ainda um valor por atleta para cada equipa B de formação. Por isso, da nossa parte, em dois (2) meses de gestão autárquica, em relação à formação e às equipas de formação e os nossos jovens, acho que esta já foi uma medida com que nos podemos todos congratular.

Ao Sr. Presidente da Junta do Marco, Celso Santana, em relação à iluminação de natal, dizer-lhe que, de facto, a iluminação de natal não chegou onde eu gostaria que chegasse – e já agora, quero aproveitar para responder à deputada Célia Costa, dizer o seguinte, Srs. Deputados da Assembleia Municipal: de facto, não existia cabimentação orçamental disponível para a iluminação de natal. Não havia, porque, infelizmente, a rubrica das festas e da iluminação, de onde poderíamos tirar esta verba, estava esgotada. E por isso, tivemos de fazer uma revisão orçamental, e o valor que conseguimos foi muito pouco – aliás, creio que foram treze mil e qualquer coisa euros que conseguimos retirar de uma rubrica para fazer cobro àquilo que era a nossa necessidade para fazermos um ajuste direto para a iluminação de natal. Conseguimos, mesmo assim, alargar um pouco mais em duas (2) ruas, creio que na Avenida Professor Doutor Carlos Mota Pinto – a avenida conhecida também por Avenida das Finanças – e também nesta Avenida Avelino Ferreira Torres, que conseguimos levar um bocadinho mais ainda além daquilo que estava no anterior percurso do ajuste direto do ano passado. Dizer-lhes que, de facto, este ajuste direto foi feito muito em cima da hora, tivemos até alguma dificuldade, segundo me disseram os serviços, em arranjar um fornecedor que pudesse fazer esta iluminação de natal, porque já foi adjudicada muito em cima, já muitos dos fornecedores deste tipo de iluminação já tinham os seus serviços para outras freguesias e para outros concelhos, e por isso, foi-nos difícil dar resposta a esta situação. Mas, dizer ao Sr. Presidente da Junta que é objetivo desta Câmara Municipal, quando fizermos a adjudicação da iluminação das festas concelhias, podermos fazer,



no mesmo concurso, também a adjudicação da iluminação de natal, para precavermos algum inconveniente, para depois no natal não termos a iluminação que gostaríamos e conforme gostaríamos. Por isso, vamos ter que precaver essa situação.

Em relação à Dra. Susana Loureiro, dizer-lhe que usou a expressão que ficou atónita, e dizer-lhe que eu também fiquei atónita depois de saber que havia agregados familiares que recebiam três (3) cabazes e outros não recebiam nenhum. E como já disse, e volto a dizer, tendo este Executivo dúvidas, preferiu não dar do que incorrer naquilo que nós entendemos que são injustiças perante outros que não receberam.

Dizer também ao Sr. Deputado Luís Carlos que em relação à CPCJ, dizer-lhe que é nossa preocupação também, já reunimos com a CPCJ, já percebemos que o número de casos que eles têm em acompanhamento é bastante grande para o número de técnicos que têm em acompanhamento. Felizmente, há elementos cooptados que fazem esta colaboração com a CPCJ restrita, neste caso, e que felizmente também temos instituições que têm ajudado a dar respostas nesta matéria. E queria salientar aqui, porque também já foi dito pelas técnicas da CPCJ e da rede social, o extraordinário trabalho que tem feito o CAFAP de Soalhães nesta matéria, na colaboração que têm dado à equipa da EMAT em fazer relatórios e no acompanhamento de todos os casos, ou quase todos, da CPCJ.

Queria, em relação à intervenção da deputada Célia Costa, dizer-lhe que para nós é muito normal honrar compromissos, e não o fariamos de outra forma, até porque estes compromissos já estavam aprovados, deliberados, e muitos deles em execução pelo anterior Executivo.

Dizer que quando nos disse que a iluminação de natal estava na rua da cidade antes de este Executivo tomar esta decisão, e em algumas freguesias, dizer-lhe, Sra. Deputada, que não era em algumas freguesias; era apenas na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão. E por isso, como não era em todas, mas era apenas em uma, entendeu este Executivo que não devia ter um critério de exceção com a Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, porque o concelho tem dezasseis (16) freguesias. E por isso, privilegiamos o centro da cidade do Marco, dando oportunidade, mesmo assim, aos comerciantes de Alpendorada para colaborarem – e foram muitos, dizer-lhe que foram muitos, para nosso agrado – no concurso das montras de natal. E dizer-lhe que foi uma decisão nossa, primeiro porque tínhamos uma verba muito reduzida e tivemos que nos adaptar à verba que tínhamos, dizer-lhe que esta medida foi devidamente esclarecida com o Sr. Presidente da Junta, Domingos Neves, e dizer-lhe também que não gostei da expressão que utilizou, de não se portarem bem. Sra. Deputada, aqui não há crianças a portarem-se bem ou mal; aqui há freguesias que são tratadas todas de igual forma, porque Vila Boa de Quires podia também fazer esta pretensão de querer iluminação de natal, e querer uma casa do pai natal, da mesma forma que Soalhães poderia fazer chegar esse pedido à Câmara Municipal. E por isso, o que entendemos, até atendendo à verba que tínhamos, era que devíamos privilegiar o centro da cidade do Marco, e não contemplar apenas mais uma das freguesias do concelho, porque teríamos aqui, do nosso ponto de vista, um critério de diferenciação com esta freguesia.

À Sra. Deputada Maria José, agradecer-lhe a sua nota sobre a página 3, em que retifica a data da Assembleia, foi um lapso nosso.



Dizer-lhe, em relação àquilo que referiu sobre os parques infantis, na página 15, o valor por cada parque infantil, dizer à Sra. Presidente de Junta que este foi um concurso que já estava a decorrer quando cá chegámos, e o concurso foi feito para a totalidade dos parques infantis, e por isso, o valor apresentado pela empresa deve ter em conta a totalidade dos parques infantis. Da mesma forma que diz, e muito bem, já que falámos em Alpendorada, pelos vistos Alpendorada, pelo anterior Executivo, também foi contemplada com uma verba para apenas um parque infantil, quase do valor – e muito bem, como a Sra. Presidente de Junta disse – igual ao dos outros parques infantis de todas as freguesias do concelho. Por isso, essa não é responsabilidade deste Executivo da Câmara Municipal; é um concurso que já vinha de trás. E por isso, fica esta nota.

Sr. Deputado Bruno Caetano, queria apenas, da sua intervenção, referir duas (2) coisas: os noventa (90) ninhos das vespas asiáticas de que falou têm sido uma preocupação, já reuni com a Proteção Civil, até porque há aqui várias estratégias faladas na praça pública, algumas até de senso comum, sobre a forma como devemos destruir os ninhos das vespas asiáticas (mais conhecida pela vespa velutina), e por isso, eu tenho aqui um relatório comigo, que tinha pedido à Proteção Civil no dia 14 de novembro, porque quando cá cheguei percebi que os nossos serviços da Proteção Civil faziam muitas horas extraordinárias – porque, efetivamente, a destruição dos ninhos é feita no período noturno – e por isso, era necessário que pelo menos dois (2) técnicos da Proteção Civil, mais um técnico que está a colaborar com eles (que é, creio eu, carpinteiro nesta Câmara Municipal), e que levam a cabo a eliminação dos ninhos das vespas asiáticas no período noturno. Atendendo a essa situação, pedi um relatório, que está datado de 14 de novembro.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, conclua, por favor, que já está a ultrapassar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Já estou a terminar.

Dizer-lhe que no dia 14 de novembro tínhamos, já durante o ano de 2017, a Câmara Municipal destruído duzentos e noventa e cinco (295) ninhos de vespas velutinas – aliás, peço desculpa, tinham sido comunicadas à Câmara a existência de duzentos e noventa e cinco (295) ninhos. A Câmara Municipal, à data de 14 de novembro, tinha eliminado duzentos e trinta e um (231) ninhos. A 14 de novembro, dizem-me os técnicos da Proteção Civil, que previam ainda eliminar os restantes sessenta e quatro (64) ninhos que já tinham inventariados nos serviços. E por isso, é, de facto, um problema grave que nós temos, não é só no nosso concelho, é na região, já estivemos a fazer contactos com as outras autarquias para perceber qual é a forma mais célere e também mais barata para o município de fazer a destruição destas vespas velutinas, e é uma preocupação que temos em cima da mesa, e que agora, no início do ano, vamos reunir com a equipa da Proteção Civil para ver se conseguimos arranjar uma forma mais célere para resolver esta situação.

E é só. Queria agradecer também ao Sr. Presidente da Assembleia o tempo disponibilizado para responder às perguntas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vamos passar, de seguida, ao **Ponto n.º 3.2** da convocatória, submeter à apreciação da Assembleia a proposta para captação e difusão de imagens e som das sessões da Assembleia Municipal, de onde consta o seguinte:

“Atendendo ao carácter público das sessões da Assembleia Municipal e para ampliar a divulgação dos trabalhos e das funções da Assembleia Municipal, as imagens e o som das suas sessões poderão ser transmitidos e difundidos, em direto ou em diferido, por meios de comunicação audiovisual, nomeadamente pela internet, no portal oficial do município, de acordo com a deliberação da Reunião de Líderes do dia 8 de novembro de 2017. No final de cada sessão serão entregues cópias das gravações à Mesa da Assembleia para efeitos de arquivo. A presente proposta deverá ser considerada para uma futura revisão do Regimento da Assembleia Municipal.”

Eu coloco à consideração da Assembleia esta proposta, e começo por perguntar: quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passamos de seguida para o **Ponto n.º 3.3**, que tem a ver com a criação de uma Comissão para a elaboração de uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal para o quadriénio de 2017/2021.

Quem quiser apresentar lista, agradeço que o faça, por favor. Sim, Sr. Doutor, faça favor.

--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sobre este ponto, tenho uma proposta a apresentar, como elemento do Grupo de Líderes, e esta é uma proposta que eu apresento, mas que é sufragada pelos restantes líderes.

Como sabem, quando começa um novo mandato, mantém-se o Regimento anterior enquanto não houver uma alteração pelos novos elementos. E portanto, esta Assembleia foi eleita, tem o direito de rever o Regimento e alterar aquilo que efetivamente entender. E é nesse sentido que apresento esta proposta, que é a seguinte:

“Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha, enquanto membro desta Assembleia, apresenta a seguinte proposta em nome dos Grupos Municipais com representação nesta Assembleia Municipal:

Ponto n.º 3.3, Criação de uma Comissão para a elaboração de uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia para o quadriénio 2017/2021. De acordo com a deliberação da Reunião de Líderes do passado dia 11 de dezembro de 2017, para a Comissão para a elaboração de uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal para o mandato de 2017/2021, proponho os seguintes deputados municipais:



Membros efetivos – César Baltazar Pereira Fernandes, Susana Maria Machado Loureiro, Mário Luís da Silva Monteiro; Suplentes – Bruno Sérgio Moreira Caetano, Célia Cristina Monteiro da Costa, Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha.

*Marco de Canaveses, 29 de dezembro
O proponente”*

Portanto, deixo à consideração da Assembleia.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Não se pretende apresentar mais nenhuma lista, pelo menos não noto essa intenção. Muito obrigado.

Vamos, então, proceder à votação, que tem que ser por voto secreto. Srs. Deputados, eu queria alertar para a necessidade de que a cruz seja metida dentro do espaço reservado ao voto, caso contrário o voto será considerado nulo. E haverá ainda a possibilidade de voto branco, como é evidente. Muito obrigado.

Vou passar a palavra ao 1.º Secretário, para que ele faça a chamada. Muito obrigado.

--- Bruno Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Ora, passo, então, a chamar o deputado Jorge Francisco Vieira, para votação, Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales, Bruno Sérgio Moreira Caetano, Maria Estela Vieira Freitas, Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha, Maria Gorete Lopes Pinheiro, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Bruno Daniel Sousa Caetano, Nuno Vítor Diogo Pinto, Ana Cristina Mendes Cordeiro Ribeiro, Mário Luís da Silva Monteiro, Ana Maria Madureira Ferreira, Susana Maria Machado Loureiro, Leandro Manuel Vieira Queirós, Américo Ricardo Ribeiro Moreira, César Baltazar Pereira Fernandes, Isabel Maria Barbosa Madureira, Marta Alexandra Regadas de Sousa, Célia Cristina Barbosa Monteiro da Costa, Luís Carlos Soares Vieira, José Pedro Pinto dos Reis, Luciano Filipe Cardoso Costa, Abílio Moreira de Castro, António Adão da Silveira Monteiro, Joaquim Eduardo Mendes da Silva, João Ricardo Rebuge Pereira, Maria de Fátima Teixeira Cerqueira, António Maria Fernandes Esteves, Manuel Azevedo de Sousa, Ricardo Manuel da Silva Soares, Nelson Toni Moreira Coelho, Eduardo Celso Machado de Queirós Santana, Joaquim Miguel Magalhães Queirós, José Leitão do Couto, António da Costa Pinto, Maria José Pinto Cerqueira, Fernando Joaquim Teixeira Monteiro.

Eu pedia a ajuda de um líder de um Grupo Municipal, para que venha ajudar ao escrutínio, se faz favor. Pode ser o Dr. Luís Vales, por exemplo, se quiser vir. Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, a proposta para constituição da Comissão foi aprovada com trinta e sete (37) votos a favor.

Passamos, de seguida, para o **Ponto n.º 3.4**, Apreciação e deliberação sobre a disposição dos lugares dos membros da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 4 do art.º 9.º do Regimento da Assembleia Municipal.



Eu punha à votação – uma vez que a proposta foi enviada a todos oportunamente, submetia à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? E como há deputados que penso que estão fora da sala, vamos ter que os contar. Srs. Deputados, peço desculpa por esta ligeira pausa. A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes, sendo que há seis (6) que se ausentaram.

Passamos para o **Ponto n.º 3.5**, Apreciação e deliberação da proposta para a dispensa de leitura das atas das sessões da Assembleia Municipal, de acordo com a deliberação da Reunião de Líderes de 8 de novembro de 2017.

Ora, eu vou ler a proposta:

“Propõe-se a esta Assembleia Municipal a dispensa da leitura das atas das sessões da Assembleia Municipal, de acordo com a deliberação tomada na Reunião de Líderes dos Grupos Municipais do passado dia 8 de novembro de 2017, e que foi aprovada por unanimidade. O rascunho das atas passará a ser entregue a todos os membros desta Assembleia, juntamente com os documentos que façam parte da ordem de trabalhos.”

Eu vou colocar à votação esta proposta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade dos presentes.

Srs. Deputados, passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.6**, Eleição de dois (2) Presidentes de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Segurança do Município de Marco de Canaveses, de acordo com a alínea d) do art.º 4.º do Regulamento.

Eu convido os Srs. Deputados a apresentar lista. Faça favor, Sr. Deputado.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Dispensando os cumprimentos, venho aqui apresentar a esta Assembleia a seguinte proposta, em nome dos Grupos Municipais com representação nesta Assembleia Municipal: de dois (2) Presidentes de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Segurança do Município de Marco de Canaveses, de acordo com a alínea d) do art.º 4.º do Regulamento. Propomos os seguintes Presidentes de Junta: Eduardo Celso de Queirós Santana (Freguesia do Marco), e Domingos Manuel Soares Dias (Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão).

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, eu pedia a vossa atenção para este detalhe: os pontos da ordem de trabalhos relativos à proposta do Ponto n.º 3.6 ao 3.11 vão ser votados por voto secreto e apenas no final da sua submissão à vossa consideração, para evitar estarmos a fazer várias votações, o que implicaria demorar bastante mais tempo. Vão ser distribuídos, se não estou em erro, seis (6) boletins de voto relativamente a cada um dos pontos da ordem de trabalhos.

Eu vou passar, então, para o **Ponto n.º 3.7**, Eleição de quatro (4) membros da Assembleia Municipal para o exercício de funções na Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens



(CPCJ) de Marco de Canaveses, de acordo com os art.º 17.º e 26.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.

Ora, a proposta consiste no seguinte:

“Atendendo às eleições autárquicas ocorridas no dia 1 de outubro de 2017 e consequentes alterações dos órgãos autárquicos, nomeadamente da Assembleia Municipal, a CPCJ de Marco de Canaveses vem por este meio solicitar junto de V. Exa. informação relativa à manutenção e/ou designação de quatro (4) elementos da Assembleia Municipal, ressalvando que os elementos a designar / manter se apresentem preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, cumprindo desta forma o art.º 17.º, alínea i) da republicação da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Importa salientar junto de V. Exa. que os membros da Comissão de Proteção são designados por um período de três (3) anos, renovável por duas (2) vezes, de acordo com o art.º 26.º da mesma Lei, prevendo ainda que o exercício de funções na Comissão Alargada pressupõe a afetação dos comissários ao trabalho efetivo na Comissão, por tempo não inferior a oito (8) horas mensais, a integrar o período normal de trabalho, de acordo com o art.º 19.º da presente Lei. A CPCJ de Marco de Canaveses encontra-se totalmente disponível para qualquer esclarecimento adicional.”

Eu solicitava, então, à Assembleia a apresentação de propostas para efeitos de preenchimento dos lugares da CPCJ. Muito obrigado. Faça favor, Sr. Dr. Monteiro da Rocha.

--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez em representação dos Grupos Municipais, venho apresentar uma proposta sobre este ponto. A proposta é do seguinte teor:

“Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha, enquanto membro desta Assembleia, apresenta a seguinte proposta, em nome dos Grupos Municipais com representação nesta Assembleia Municipal:

Ponto n.º 3.7, Eleição de quatro (4) membros da Assembleia Municipal para o exercício de funções na Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Marco de Canaveses, de acordo com os art.º 17.º e 26.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.

De acordo com a deliberação da Reunião de Líderes do passado dia 11 de dezembro de 2017, para a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Marco de Canaveses, para o mandato de 2017/2021, proponho os seguintes deputados municipais: 1. Nelson Toni Moreira Coelho; 2. Maria Estela Vieira de Freitas; 3. Isabel Maria Barbosa Madureira; 4. Marta Alexandra Regadas de Sousa.”

É esta a proposta que deixo à Mesa.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Sr. Deputado, eu não percebi o que disse. Obrigado pelo esclarecimento.



Srs. Deputados, passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.8**, Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das mesmas, para o Conselho Municipal de Educação, de acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 5 do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 72/2015, de 11 de maio, e pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto.

Ora, convido a Assembleia a apresentar proposta. Sr. Doutor, faça favor.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Boa noite novamente.

Dando cumprimento ao Ponto n.º 3.8, Bruno Sérgio Moreira Caetano, enquanto membro da Assembleia Municipal, integrando o Partido Socialista nesta Assembleia – Ponto n.º 3.8, Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das mesmas, para o Conselho Municipal de Educação, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do art.º 5 do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 41/2003, de 22 de agosto. Propõe-se o seguinte Presidente de Junta: Joaquim Miguel Magalhães Queirós, da Junta de Freguesia de Paredes de Viadores e Manhuncelos.

Entrego a proposta à Mesa.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passamos de seguida para o **Ponto n.º 3.9**, Eleição de cinco (5) representantes de reconhecida idoneidade para integrar o Conselho Municipal de Segurança do Município de Marco de Canaveses, nos termos do disposto na alínea r) do art.º 4.º do Regulamento.

Sr. Deputado, faça favor.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, temos também uma proposta que resulta de deliberação da Reunião de Líderes de 11 de dezembro. Para a representação no Conselho Municipal de Segurança, para o mandato 2017/2021, propõem-se os seguintes representantes de reconhecida idoneidade para integrar o Conselho Municipal de Segurança: António Moreira Ferreira, Carlos Eugénio Moura Fernandes Monteiro, Olímpio José de Almeida, Manuel António Carvalho Novais, Gil Fernando Mendes Rodrigues.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passamos de seguida para o **Ponto n.º 3.10**, Eleição de cinco (5) Presidentes de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, de acordo com o disposto no art.º 3.º D, n.º 1, alínea b), do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto.

Convidava a Assembleia a apresentar proposta. Muito obrigado, Sr. Deputado.



--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, boa noite novamente.

Cumprindo o Ponto n.º 3.10, para a nomeação de cinco (5) Presidentes de Junta para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, sendo esta uma comissão de relevada importância, dados os acontecimentos recentes, que originaram até uma alteração da Lei, onde nós, no Grupo Municipal, decidimos que a intervenção dos Presidentes de Junta deveria ser associada à área geográfica florestal e também à área de localização das próprias freguesias, e aqui apresentamos esta nossa proposta.

“Bruno Sérgio Moreira Caetano, enquanto membro da Assembleia Municipal, apresenta a seguinte proposta em nome dos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal:

Ponto n.º 3.10, Eleição de cinco (5) Presidentes de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, de acordo com o disposto no art.º 3.º D, n.º 1, alínea b), do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto.

De acordo com a deliberação da Reunião de Líderes no passado dia 11 de dezembro de 2017, para representação dos Presidentes de Junta de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta, para o mandato de 2017/2021, proponho os seguintes Presidentes de Junta: Ricardo Manuel da Silva Soares, Maria José Pinto Cerqueira, Joaquim Miguel Magalhães Queirós, Fernando Joaquim Teixeira Monteiro e José Leitão do Couto.

Marco de Canaveses, 29 de dezembro de 2017”.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Ora, **Ponto n.º 3.11**, Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para constituir a Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos da alínea i) do art.º 41.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto.

Convido a Assembleia a apresentar proposta. Faça favor, Sr. Deputado.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Dando cumprimento, então, ao Ponto n.º 3.11 desta Assembleia:

“Bruno Sérgio Moreira Caetano, enquanto membro desta Assembleia, em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia:

Ponto n.º 3.11, Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para constituir a Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos da alínea i) do art.º 41.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto.

Proponho o seguinte Presidente de Junta: António Adão da Silveira Monteiro.



Marco de Canaveses, 29 de dezembro de 2017”.

Proponho à Mesa.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, vamos passar a distribuir seis (6) boletins de voto, para que procedam à votação dos Pontos n.º 3.6 a 3.11 da ordem de trabalhos. Muito obrigado. Eu passo a palavra ao Sr. Deputado, 1.º Secretário, para fazer a chamada. Muito obrigado.

--- Bruno Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Ora, então, chamo o Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Francisco Vieira, Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales, Bruno Sérgio Moreira Caetano, Maria Estela Vieira Freitas, Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha, Maria Gorete Lopes Pinheiro, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Bruno Daniel Sousa Caetano, Nuno Vítor Diogo Pinto, Ana Cristina Mendes Cordeiro Ribeiro, Mário Luís da Silva Monteiro, Ana Maria Madureira Ferreira, Susana Maria Machado Loureiro, Leandro Manuel Vieira Queirós, Américo Ricardo Ribeiro Moreira, César Baltazar Pereira Fernandes, Isabel Maria Barbosa Madureira, Marta Alexandra Regadas de Sousa, Célia Cristina Barbosa Monteiro da Costa, Luís Carlos Soares Vieira, José Pedro Pinto dos Reis, Luciano Filipe Cardoso Costa, Abílio Moreira de Castro, António Adão da Silveira Monteiro, Joaquim Eduardo Mendes da Silva, João Ricardo Rebuge Pereira, Maria de Fátima Teixeira Cerqueira, António Maria Fernandes Esteves, Manuel Azevedo de Sousa, Ricardo Manuel da Silva Soares, Nelson Toni Moreira Coelho, Eduardo Celso Machado de Queirós Santana, Joaquim Miguel Magalhães Queirós, José Leitão do Couto, António da Costa Pinto, Maria José Pinto Cerqueira, Fernando Joaquim Teixeira Monteiro.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu pedia a colaboração dos líderes para efeitos de contagem, uma vez que são seis (6) vezes trinta e sete (37) papéis, e dá um bocadinho de trabalho. Muito obrigado.

Srs. Deputados, eu pedia o favor de apelarem aos deputados que estão lá fora para fazerem o favor de entrar, para retomarmos os trabalhos. Eu vou passar à leitura dos resultados da votação.

A proposta a que se reporta o Ponto n.º 3.6 foi aprovada com trinta e seis (36) votos a favor, e um (1) voto em branco.

A proposta relativa ao Ponto n.º 3.7 foi aprovada com trinta e sete (37) votos a favor.

A proposta respeitante ao Ponto n.º 3.8 foi aprovada com trinta e dois (32) votos a favor, e cinco (5) votos brancos.

A proposta relativa ao Ponto n.º 3.9 foi votada com trinta e sete (37) votos a favor.

A proposta relativa ao Ponto n.º 3.10 foi aprovada com trinta e sete (37) votos a favor.



E por último, a proposta relativa ao Ponto n.º 3.11 foi aprovada com trinta e cinco (35) votos a favor, e dois (2) votos em branco.

Passamos de seguida para o **Ponto n.º 3.12**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para Declaração de Interesse Público Municipal: Hostel Madureira – Turismo, Lda., edifício existente junto à Estação do Caminho de Ferro, Freguesia do Marco.

Quem quer inscrever-se para falar sobre esta proposta, por favor? É melhor ler? A Sra. Presidente quer fazer o favor de ler?

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

No fundo, esta deliberação, conforme a Legislação implica, tem que vir a deliberação da Assembleia Municipal, é uma deliberação que foi votada por unanimidade na Reunião de Câmara de 14 de setembro de 2017, e que, no fundo, o que tem como objetivo é aprovar aqui a Declaração de Interesse Público Municipal referente à utilização de um edifício junto à estação de caminho de ferro – que todos conhecem – para alojamento turístico, mais concretamente para um hostel. Quem apresentou o requerimento foi o gerente da Sociedade Hostel Madureira – Turismo, Lda. No fundo, a designação do projeto é que isto será para construir um hostel, é uma candidatura que será apresentada ao Portugal 2020, ou seja, a um projeto com apoio de fundos comunitários, e que está prevista a criação de sete (7) postos de trabalho, numa fase inicial, e está prevista também ainda a criação de mais quatro (4) postos de trabalho, já numa fase posterior, para uma cafetaria / pastelaria, contabilizando assim um total de onze (11) postos de trabalho. Este é um investimento que está previsto para execução, para todo o projeto, na ordem dos trezentos mil euros (300.000€), e que, no fundo, será também um investimento que dará aqui alguma notoriedade e terá algum impacto de caráter turístico, atendendo também à eletrificação da linha, que pode servir como capitalizador, em termos turísticos, para o concelho.

No fundo, o que vem aqui é uma deliberação que já foi aprovada por unanimidade, como disse, em Reunião de Câmara Municipal, e é colocada a esta Assembleia Municipal a votação da Declaração de Interesse Público Municipal deste Hostel Madureira.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu coloco à Assembleia se alguém se quer inscrever para falar sobre esta proposta. Dou a palavra ao deputado Mário Luís, por favor.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Permitindo-me passar à frente das habituais saudações, e estando, naturalmente, de acordo com a aprovação desta proposta, eu queria só lançar aqui uma ideia para discussão futura, de porventura se pensar em rever a questão de taxas municipais que são aplicadas quando se trata de investimentos desta natureza, que vão promover o turismo, ou outros, e que normalmente são taxados como se fosse um particular – as melhorias que se fazem em investimentos deste género são taxadas como se fosse um particular que vai acrescentar mais valias. E eu penso



que na promoção turística, na promoção do nosso concelho, poderia haver, como sei que existe noutros concelhos, uma redução de taxas, atendendo a esse aspeto. É apenas para que se pense nesta situação para uma discussão futura.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, boa noite novamente.

Ultrapassando os formais cumprimentos, este é um assunto que transita da anterior legislatura para esta, sendo que, como a Sra. Presidente disse, na reunião de 14 de setembro de 2017, em Reunião de Câmara, foi aprovada por unanimidade esta solicitação desta empresa, que por acaso, ou não, também é da gerência de um munícipe do Marco de Canaveses. E o que é que eu tenho a dizer sobre isso? Pelo que me foi dado a conhecer, isso também faz parte de uma candidatura para um fundo comunitário da CIM (julgo eu), e terá ali bastante impacto naquela zona da estação. E aqui, eu vou ter que puxar um bocadinho a brasa à minha sardinha, porque é uma coisa que eu já defendo há anos, que é a revitalização daquela zona. Para mim, é das principais entradas da cidade do Marco, ali passam milhões de pessoas todos os anos, e cada vez mais a Linha do Douro está na moda, e isso vê-se pela frequência dos comboios turísticos a passar naquela zona, e eu acho que é fundamental nós darmos início à revitalização da zona da estação. Acho que este pode ser um mote muito interessante para o que, no futuro, poderá advir dali. Eu tenho como certo que este Executivo irá fazer uma aposta forte junto àquela zona envolvente, pelo menos em campanha eleitoral foram algumas propostas colocadas em cima da mesa. Como tal, só tenho que enaltecer quando estas pessoas veem algum património – que neste caso, julgo que o imóvel é das Infraestruturas de Portugal, antiga CP – e daquele antigo dormitório, revitalizá-lo e tirar alguma potencialidade para a nossa economia e para o nosso concelho, só teremos que ver isso com bons olhos. E desde já, agradecemos pela coragem de tentar fazer algo diferente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Faça favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia, se pudesse dar só aqui uma nota: é que esta deliberação da Assembleia Municipal resulta da informação técnica que foi prestada a 1 de setembro de 2017, que reuniu parecer favorável quanto ao deferimento da pretensão que se refere à utilização do edifício existente junto à estação dos caminhos de ferro para alojamento turístico. No entanto, era só para dar esta nota: o órgão competente para o reconhecimento, ou seja, para a prática de um ato administrativo com este conteúdo é, efetivamente, a Assembleia Municipal, através de uma deliberação aprovada na devida forma. E a devida forma aqui é que nós temos, de facto, que aprovar quais são os requisitos para considerarmos que este imóvel, ou que este investimento, seja considerado de interesse municipal. E por isso, eu só queria deixar essa nota, que nós não fazemos proposta, a proposta é da Câmara Municipal, não podemos alterá-la, mas o que vai à votação são os critérios que foram mencionados na proposta que chegou. Nós não



os discutimos aqui, não foi lido, mas o enquadramento que foi dado na proposta pelo sócio-gerente deste Hostel, na informação que vos chegou, diz quais são os critérios, nomeadamente os postos de trabalho criados, e outra informação que ali está. É sobre isso que nos vamos pronunciar e é essa matéria que depois vai ser, no fundo, explanada no parecer que vai sair desta Assembleia Municipal, sendo este empreendimento considerado de interesse municipal.

Era só para dar essa nota. Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu coloco, então, à votação esta proposta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passamos ao **Ponto n.º 3.13**, Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA. Tomada de conhecimento.

Desta informação consta o seguinte, e eu vou passar a ler:

“Informação sobre os compromissos plurianuais, face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Perante a informação mencionada, pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara.””

Eu passo a palavra à Sra. Presidente para prestar algum esclarecimento que entenda oportuno.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

No fundo, o esclarecimento que eu tenho para prestar sobre este assunto é que em cumprimento do n.º 5 da autorização prévia aprovada em sessão ordinária de 26 de novembro de 2016 da Assembleia Municipal, é presente esta informação sobre os compromissos plurianuais assumidos por esta Câmara Municipal à data de 30 de novembro de 2017. E esta informação é apenas para conhecimento.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Alguém quer manifestar-se sobre esta questão? Uma vez que esta questão não vai ser votada, passamos, então, para o ponto seguinte.

Ponto n.º 3.14, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.

Eu passava a palavra à Sra. Presidente para efeitos de esclarecimento do teor deste ponto da ordem de trabalhos.



--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

A minha posição, e a posição da Câmara Municipal sobre este assunto é que se propõe, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando também replicar aqui uma solução idêntica à preconizada para as entidades do setor público administrativo, que esta Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal, para os efeitos previstos na Lei, emitir uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal nos seguintes casos: que resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; que os seus encargos não excedam o limite de noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove, vírgula cinquenta e oito euros (99.759,58€) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação, e o prazo de execução seja de três (3) anos; que resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos e alterações ao cronograma físico de investimentos; e também quando o plano de liquidação de pagamentos em atraso ou subsequentes modificações gerem encargos plurianuais.

E esta também é uma informação que tem que vir à apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu coloco à apreciação da Assembleia, pergunto se alguém se quer inscrever para falar sobre esta questão. Ora, como ninguém se quer inscrever, eu passo a submeter a proposta a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, passamos ao **Ponto n.º 3.15**, Informação da atualização da tabela de taxas e outras receitas municipais para o ano económico de 2018 – Tomada de conhecimento.

Sra. Presidente, eu pedia-lhe que prestasse os esclarecimentos que entenda oportunos sobre esta matéria. Muito obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Srs. Deputados, esta atualização da tabela de taxas e outras receitas municipais para o ano económico de 2018 resulta da necessidade de dar cumprimento da fixação das taxas e outras receitas municipais, que devem ser atualizadas de acordo com a taxa de inflação verificada nos últimos doze (12) meses, e que é divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística.

Por isso, proponho que a atualização dos respetivos valores da tabela de taxas e outras receitas municipais do Código Regulamentar deverão ser consideradas para o próximo ano económico de 2018 com uma taxa de inflação de um ponto vinte por cento (1,20%), referente, neste caso,



ao mês de setembro deste ano económico, e de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Embora este ponto tenha a ver com dar conhecimento, mesmo assim eu pergunto se alguém na Assembleia entende falar sobre esta questão. Ora, como ninguém quer inscrever-se para falar sobre esta questão, passamos ao Ponto n.º 3.16.

Ponto n.º 3.16, diz respeito à Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da revisão tarifária para o ano de 2018 – Águas do Marco, SA.

Convido a Sra. Presidente a manifestar-se sobre este ponto e a prestar os esclarecimentos que entenda oportunos. Muito obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, muito obrigada.

No fundo, o que está aqui em causa é nós podermos deliberar sobre a proposta que foi enviada a esta Câmara pela empresa Águas do Marco, SA, referente à revisão tarifária a praticar no ano de 2018, e que, no fundo, é condicionada ao parecer da ERSAR. E por isso, esta é uma das indicações que temos, que tem que ser aqui apreciada pelos deputados da Assembleia Municipal, e que também tem o parecer da ERSAR.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu convido a Assembleia a manifestar-se sobre esta questão, a inscrever-se para falar sobre esta questão. Sr. Deputado Gil Rodrigues, para usar da palavra.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Boa noite mais uma vez.

Dispensando os habituais cumprimentos, gostaria de perguntar à Sra. Presidente da Câmara se houve alguma evolução no que respeita ao contrato das Águas do Marco, se houve alguma negociação – aliás, foi referido nos órgãos de comunicação social que haveria já pré-acordo antes das eleições, e por isso eu queria saber se, de facto, esse pré-acordo está, ou não, a ter alguma evolução favorável para os Marcoenses.

E depois, também saber o que é que os municípios podem fazer, ou como devem reagir quando recebem em casa uma carta das Águas do Marco a intimá-los para fazer as ligações à rede, porque caso não o façam, serão punidos com coimas. Pelo menos foi aquilo que eu li, a não ser que eu seja assim tão mau em português que não tenha percebido muito bem, e aquilo que eu percebi foi que iria haver uma benesse das taxas de ligação à rede, e se, de facto, essa benesse



existe, por quê estas cartas que chegam agora – e eu tenho aqui uma em mão, que chegou este mês a um munícipe do Marco.

Já agora que estamos a falar das Águas do Marco, vou fazer uma citação da Dra. Cristina Vieira, numa Assembleia Municipal do ano passado, em que faz uma questão ao Sr. Presidente, na altura, Dr. Manuel Moreira, sobre a tarifa social da água, e saber se, de facto, este Executivo já tentou de alguma forma, com as Águas do Marco, negociar essa tarifa social da água, porque, pelos vistos, é uma condição – e isto são palavras da Sra. Doutora – que poderia ser feita a qualquer momento, que essa tarifa poderia ser a qualquer momento estipulada pela Câmara Municipal, de acordo com as Águas do Marco, e por isso, queria saber se já foi feito algo nesse sentido.

É só. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, boa noite novamente.

Ultrapassando os formais cumprimentos, devo também dizer aqui a alguns colegas deputados da sala que tenho pena que não utilizem os pontos em si para falar do ponto. Julgo que há o período de antes da ordem do dia, onde algumas dessas questões podem ser abordadas.

Falando do ponto em si, que estamos a falar da revisão da tarifa da água, aquilo que eu posso ver aqui no *dossier* entregue é que há aqui um pequeno abaixamento do valor das tarifas a aplicar, que são insignificantes relativamente ao que nós perspetivamos de futuro, mas falando deste ponto que está aqui em cima da mesa, isto é um processo demasiado amplo e de complexidade, e poderei estar aqui a dizer alguma asneira, e se estiver, a Assembleia Municipal também serve para esses esclarecimentos. Eu julgo que nós, para determinarmos este valor de tarifário – e por isso é que dentro do processo vem aqui um conjunto de faturas de eletricidade, e de custos, etc. – eu julgo que a concessionária Águas do Marco deve fazer uma média dos custos da exploração de vários equipamentos, e daí deve chegar ao preço que eles acham justo relativamente ao tarifário. E se fizermos aqui uma consulta às faturas, nós percebemos – posso estar errado, também não conheço os equipamentos todos, mas saltou logo à vista a diferença dos consumos energéticos de umas para as outras. E eu acho que aqui é que, numa primeira fase – não sei se temos essa capacidade, ou não, de poder fazer aqui alguma intervenção; na minha humilde sabedoria, sabendo pouco sobre o assunto, julgo que se nós pudéssemos baixar o fator energético associado aos consumos destas ditas ETA's e ETAR's, se não há possibilidade de nós podermos fazer uma revisão ainda mais em baixa num futuro próximo, não pondo em causa outras questões que toda a gente sabe que têm que ser ultrapassadas. Falando do ponto, se nós fizermos algumas melhorias energéticas, que também não sei se podem ser feitas pela Câmara (mas julgo que sim), ou se terão de ser feitas pela concessionária, nós, no imediato – e o imediato não será amanhã, com certeza – não poderemos estar a pensar em fazer uma revisão em baixa desta situação.

Obrigado e boa noite.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dou a palavra à Sra. Presidente para responder.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Para dar resposta ao Sr. Deputado Gil, que aqui fez a sua intervenção, dizer que o Partido Socialista, e a Câmara Municipal agora liderada pelo Executivo do Partido Socialista, assumiu um compromisso eleitoral com os Marcoenses, em que, de facto, estava, nesse compromisso eleitoral, a resolução a curto prazo do problema das Águas do Marco, com a isenção das taxas de ligação. E por isso, Sr. Deputado, dizer-lhes que, como o senhor sabe, estamos ainda vinculados, enquanto este acordo existe, a um contrato com as Águas do Marco, como esteve o anterior Executivo durante, creio, dez (10) anos, pelo menos – aliás, esteve os doze (12), mas depois com a denúncia unilateral do contrato, ou modificação unilateral do contrato feita pelo anterior Executivo, que alterou algumas regras deste contrato. Mas, dizer-lhe, Sr. Deputado, que, de facto, é pretensão desta Câmara Municipal resolver o quanto antes este problema com as Águas do Marco. Retomámos as conversas com as Águas do Marco, já fizemos duas (2) reuniões com eles, e estamos, no fundo, a elaborar aquilo que nós designamos por estratégia para tentar ultrapassar este problema. E logo que tenhamos alguma informação que achemos pertinente dar a esta Assembleia e aos Srs. Vereadores, fá-lo-emos.

Dizer-lhe que era muito conveniente para nós que depois de dois (2) meses de gestão autárquica pudéssemos isentar os municípios. Mas, como, de facto, esta isenção das taxas de ligação está, como sabe, vinculada ao contrato que temos com as Águas, enquanto não resolvermos o problema do contrato das águas, não podemos, efetivamente, isentar os municípios das taxas de ligação, porque uma coisa está automaticamente relacionada com a outra.

Dizer-lhe que em relação à tarifa social da água, de facto, na reunião de Assembleia Municipal realizada no dia 26 de novembro de 2016, o membro da Assembleia Municipal, eu, Cristina Vieira, na altura, fiz a questão ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, à qual o Sr. Eng.º José Mota, na altura, me respondeu, e vou passar a citar: *“O membro da Assembleia Municipal, Cristina Lasalete Cardoso Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães (PS), abordando as declarações do Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal, Eng.º José Mota, ao Jornal A Verdade, sobre a alegada impossibilidade de modificar a estrutura tarifária do contrato de concessão da água, perguntou se foram encetadas negociações com a concessionária no sentido da criação de uma tarifa social.”* E o Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal, na altura, José António Carvalho Soares da Mota, *“respondeu à questão colocada pela deputada Cristina Vieira, explicando que o tarifário social da água corresponde a uma condição de diferenciação de determinada faixa da população relativamente ao tarifário normal, situação que não pode ser devidamente contratualizada devido ao litígio judicial que opõe o Município de Marco de Canaveses à empresa concessionária Águas do Marco, por força da modificação unilateral do contrato de concessão e consequentemente ao tarifário que deste constava, que passou a vigorar desde dois mil e oito.”* E mais não digo, podia continuar com a citação. No entanto, diz que reiterou – termina a sua intervenção dizendo que *“a manutenção do litígio jurídico entre as duas partes inviabiliza qualquer proposta de alteração à estrutura do tarifário, como seria a*



introdução de uma tarifa social.” Esta foi a resposta que o Sr. Vice-presidente, Eng.º José Mota, deu na reunião de 26 de novembro. E dizer-lhe, Sr. Deputado, que mesmo assim, este Executivo já iniciou as conversações com as Águas do Marco, falta-nos a formalização por parte das Águas do Marco com a Câmara Municipal, mas posso dar-lhe a informação, embora informalmente – ou seja, não temos nenhum documento escrito para lhe poder mostrar – as Águas do Marco disseram que é possível aplicar a tarifa social da água. E por isso, logo que estejam determinadas essas condições – que, no fundo, resultam da Lei e destas conversações, que, aliás, tentámos reunir com as Águas do Marco ainda esta semana, mas por força de compromissos já assumidos pelo Sr. Diretor, não foi possível, mas espero que no início do ano de 2018 tenhamos condições para aplicar o tarifário social da água.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, faça favor de dizer, então, para eu perceber. Diga-me o que é, que eu não percebi. Eu dou-lhe dois (2) minutos, então, para colocar a questão. Faça favor. Muito obrigado.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Aquilo que eu pretendia saber, e porque fui abordado por alguns munícipes, é o que é que eles vão fazer em relação às cartas que recebem em casa, se vão reagir ou se vão esperar por alguma coisa que as Águas do Marco façam. E era isso que eu pretendia que me fosse respondido.

Peço desculpa, e peço desculpa, Sr. Presidente, mas eu acho que quando fiz a interpelação, foi ao senhor, e acho que os membros da Assembleia não se devem manifestar em relação a isso. Peço desculpa, mas acho que é assim. Os membros da Assembleia que estão na Bancada não se devem manifestar em relação a um deputado que faz uma pergunta. Peço desculpa, mas acho que é assim que tem que ser.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sobre esta questão não há mais nada? Vamos, então, passar à votação. Sim, faça favor, peço desculpa.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Eu deduzi que fosse clara, depois da minha resposta que eu dei à sua interpelação, a sua questão, mas eu vou voltar a dizer, e voltar a repetir o que disse. Independentemente daquelas cartas que os Srs. Munícipes estão a receber agora, e recebiam há dois (2) meses atrás, quando nós ainda não eramos Executivo Municipal – e por isso, as cartas não estão a ser recebidas agora, com este Executivo; já o eram no passado – os Srs. Munícipes, infelizmente, vão ter que continuar a fazer o mesmo que faziam, porque não há, como lhe disse, até agora, nenhuma resolução em relação ao contrato das águas.

E também dizer-lhe, Sr. Deputado, que era muito bom que este Executivo, em menos de dois (2) meses, conseguisse fazer aquilo que vocês não conseguiram – e quando digo “vocês”, anterior Executivo – em dez (10) anos. Era muito bom, mas não é possível.



Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente. Sr. Engenheiro, diga-me o que é que quer fazer, que é para eu perceber. Mas, a sua resposta tem em vista a defesa da honra?

--- José Mota (Vereador) ---

... para esclarecimento de todos, e já agora corrigir uma intervenção da Sra. Presidente, já que utilizou uma palavra que se está no texto, está incorreta: não é "legítimo", mas é "litígio". É isso que há de estar no documento. Foi isso que eu disse, e se não está no documento, é porque o documento está mal transcrito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vereador, muito obrigado. Como esta questão é de resposta por parte da Sra. Presidente, eu coloco a questão à Sra. Presidente, no sentido de saber se a Sra. Presidente autoriza o Sr. Vereador, Eng.º José Mota, a dar um esclarecimento.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

O Sr. Vereador, Eng.º José Mota, já deu a sua opinião, eu realmente limitei-me a ler uma citação da ata da Assembleia Municipal. De facto, eu não estou aqui a encontrar a palavra "litígio" ou "legítimo", mas admito que se aqui está escrito, depois posso fazer-lhe chegar a ata, e pode ver, de facto, o que aqui está. Se me der oportunidade de ainda procurar a citação, eu posso dizer-lhe, ou não, se está "litígio" ou se está "legítimo". É "litígio jurídico" entre as duas (2) partes. *"Reiterou que a manutenção do litígio jurídico entre as duas partes inviabiliza qualquer proposta de alteração à estrutura do tarifário, como seria a introdução de uma tarifa social."*

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vereador, eu peço desculpa, vamos passar à frente, porque eu penso que não há fundamento para isso. Vamos avançar. Eu percebo, mas temos que avançar, por uma questão de respeito pelo Regimento.

Vamos passar à votação, então, do Ponto n.º 3.16. Quem vota contra? Quem se abstém? Eu pedia agora que levantassem o braço as pessoas que votam a favor, para facilitar a contagem. O ponto foi aprovado com vinte e dois (22) votos a favor, e quinze (15) abstenções.

Passamos ao **Ponto n.º 3.17**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano financeiro de 2018.

Dou a palavra à Sra. Presidente, para que preste os esclarecimentos que entenda convenientes. Muito obrigado, Sra. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.



Permita-me que dê só uma justificação à Assembleia Municipal, porque há bocado, durante o período das votações – e esqueci-me de dar essa nota – ausentei-me da sala com a Sra. Vereadora, Dra. Alexandra Rabaçal, e com o Sr. Vereador Paulo Couto, e queria dar essa justificação, embora tivesse sido uma ausência muito rápida, porque tivemos que ir cumprimentar e desejar uma boa viagem ao nosso piloto Fausto Mota, que vai estar presente no Dakar e representará o Município de Marco de Canaveses. E por isso, queria dar essa nota da minha ausência da sala, acompanhada dos Srs. Vereadores, ainda que tivesse sido por poucos minutos, mas queria dar esta explicação.

Bem, em relação ao Orçamento que aqui trazemos hoje, eu vou dar umas notas sobre o Orçamento – que espero que todos tenham tido em atenção e tenham pelo menos dado uma vista de olhos – e dizer-vos que este Orçamento tem uma coerência técnica com os últimos anos económicos: a decomposição da despesa está feita por estrutura orgânica, em que a rubrica 01 diz respeito às despesas da Assembleia Municipal, a rubrica 02 diz respeito à rubrica das despesas da Câmara Municipal, e a rubrica 03 às operações financeiras. Este documento que vos foi entregue vem acompanhado de mapas – Orçamento da receita e da despesa, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos e Plano das Atividades mais relevantes. Temos fixado um valor de cerca de trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) para isenções e reduções de taxas no Orçamento; temos também, no Anexo 12, o mapa das entidades participadas, em que se verifica a posição do controlo do município, ou seja, onde o município tem participação.

E dizer-vos que este Orçamento, na sua globalidade, é um Orçamento que tem prevista uma despesa de vinte e seis milhões, novecentos e trinta e oito mil euros (26.938.000€), e que tem cerca de sete milhões, seiscentos e sessenta e seis mil euros (7.666.000€) em despesa deferida para o ano de 2019. Ou seja, quando incluirmos o saldo orçamental, este será um Orçamento de trinta e quatro milhões, seiscentos e quatro mil euros (34.604.000€). É este o Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2018.

Perante o cenário de desequilíbrio orçamental, os serviços efetuaram os ajustamentos aos montantes das dotações dos projetos das Grandes Opções do Plano e rubricas das despesas, tendo em consideração o saldo orçamental previsível, e que será equivalente ao valor do desequilíbrio – neste caso, sete milhões, seiscentos e sessenta e seis mil euros (7.666.000€). É garantido também, conforme diz a Lei, o equilíbrio orçamental corrente, através de um superávit corrente de sete vírgula seis milhões de euros (7.600.000€), há um maior peso das despesas correntes – cinquenta e seis por cento (56%) em relação às despesas de capital, que representam no Orçamento quarenta e quatro por cento (44%). É garantida também a regra do equilíbrio orçamental, que deverá ser garantido a todo o momento durante a execução orçamental.

Em relação à receita do Orçamento, dizer-lhes que há uma redução das receitas totais, em menos zero ponto nove por cento (0,9%). Há, e continua a haver, uma forte dependência das transferências correntes do Estado – este Orçamento está dependente em cinquenta e dois vírgula três por cento (52,3%) de transferências correntes do Estado – há uma diminuição do peso das receitas fiscais em vinte e dois ponto um por cento (22,1%), justificada pela opção gestonária do anterior Executivo em diminuir a carga fiscal suportada pelas famílias e empresas, designadamente ao nível da Derrama e do IMI, o que representa cerca de um milhão e



seiscentos mil euros (1.600.000€) de receita a menos. Há também um aumento das transferências de capital, que têm um peso de quinze vírgula sete por cento (15,7%), que é alicerçada na componente de financiamento comunitário, justificada também, em parte, pelo início efetivo da execução orçamental do Portugal 2020. E também dizer-lhes que ao FEF corresponde o valor de um milhão, cento e cinquenta e três mil euros (1.153.000€). Dar nota de que na receita existe uma redução do agregado económico dos rendimentos de propriedade – ou seja, vamos ter menos rendimentos de propriedade, cerca de menos vinte vírgula oito por cento (20,8%), o que perfaz trezentos e sessenta e quatro mil euros (364.000€), e estes rendimentos de propriedade são, sobretudo, as rendas da EDP.

O efeito combinado da redução das receitas correntes – ou seja, menos oitocentos e noventa e quatro mil euros (894.000€) – e o aumento das receitas de capital – mais seiscentos e cinquenta mil euros (650.000€) – permitiu, no fundo, compensar o efeito da quebra prevista na cobrança dos impostos, mais concretamente o IML, a Derrama e parte do IRS.

Em relação à despesa, no que se refere à despesa, destaca-se o peso dos encargos com pessoal – vinte e sete ponto nove por cento (27,9%); da aquisição de bens e serviços – dezanove ponto seis por cento (19,6%); da aquisição de bens de capital – trinta e seis ponto cinco por cento (36,5%); das transferências correntes – seis por cento (6%); e dos passivos financeiros, que representam quatro vírgula quatro por cento (4,4%). No seu conjunto, esta despesa é noventa e quatro vírgula quatro por cento (94,4%) do total da despesa deste Orçamento.

Regista-se um aumento no valor de trezentos e noventa e sete mil euros (397.000€) em despesas relacionadas com estudos, projetos, pareceres e consultadoria, que são necessários ao âmbito da atividade municipal, designadamente para a execução dos projetos participados ao abrigo dos fundos europeus estruturais e do investimento do Portugal 2020.

A classificação económica da limpeza urbana também incorpora atualizações anuais do preço praticado, pelo que a última atualização foi já do ano de 2016, e cifrou-se em dois vírgula zero três por cento (2,03%) na prestação de serviços referente à recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos.

Uma nota sobre o serviço da dívida no Orçamento da despesa: dizer-lhes que os encargos correntes diminuíram, face a 2017, catorze vírgula quatro por cento (14,4%), ou seja, a previsão dos juros e encargos para 2018 é no montante de duzentos e oitenta e cinco mil euros (285.000€), representando aqui os juros do empréstimo duzentos e setenta e cinco mil euros (275.000€), e os encargos, dez mil euros (10.000€) – ou seja, aqui o montante é de duzentos e oitenta e cinco mil euros (285.000€). A previsão de despesa com a amortização de capital também diminuiu significativamente face a 2017, menos sessenta e um por cento (61%), ou seja, um milhão, oitocentos e cinquenta e cinco mil euros (1.855.000€) no ano de 2017 – ou seja, pagávamos cerca de três milhões e trinta e um mil euros (3.031.000€), e vamos pagar agora um milhão, cento e setenta e seis mil euros (1.176.000€) de serviço da dívida.

A despesa de capital representa para este ano económico cerca de quarenta e quatro vírgula três por cento (44,3%), resultante da realização de empreitadas com recurso ao



autofinanciamento autárquico, e resultante de projetos comparticipados com fundos comunitários.

Em relação às transferências correntes, são mais quatro vírgula dois por cento (4,2%), e transferências de capital, menos vinte ponto seis por cento (20,6%).

Em relação às transferências de capital, justificar esta situação, porque os Srs. Presidentes de Junta sabem disto, tem a ver com o facto de diminuírem as transferências de capital porque ocorre que os investimentos abrangidos pelo contrato interadministrativo passam agora a estar contemplados no Plano de Investimentos do Município de Marco de Canaveses. Ou seja, dar também essa nota de que este dinheiro não é transferido para as Juntas de Freguesia, mas o valor vai continuar a ser investido nas freguesias, fazendo parte do PPI da Câmara, e as obras serão indicadas pelos Srs. Presidentes de Junta.

O PPI totaliza nove milhões, oitocentos e trinta e nove mil euros (9.839.000€), e contempla a realização de novos investimentos cujos procedimentos concursais ou execução das obras que iniciaram no ano anterior representam, em 2018, um aumento de vinte e um ponto quatro por cento (21,4%) – ou seja, um milhão, setecentos e trinta e dois mil euros (1.732.000€) relativamente ao orçamentado em 2017.

Dizer-lhes que, efetivamente, este é um Orçamento que este Executivo traz para apreciação da Assembleia Municipal, e que tem novos projetos que vão de encontro àquilo que foram também os compromissos eleitorais assumidos com os Marcoenses. Estes novos projetos estão aí definidos também: temos, por exemplo, a requalificação energética do edifício dos Paços do Concelho, com financiamento definido no montante de cem euros (100€), que depois terá, com o saldo de gerência, o valor de trezentos e cinquenta e sete mil e oitocentos euros (357.800€) diferidos para 2019. E também aqui dar uma nota que em relação a este projeto de requalificação energética, que já tinha aqui o edifício dos Paços do Concelho, dar-lhes nota de que fizemos chegar à CIM – ontem, creio eu – uma intenção de reprogramação deste projeto, onde incluímos também escolas que podem beneficiar desta medida. Isto por quê? Porque os Srs. Presidentes de Junta, alguns deles fizeram chegar indicações de que gostariam que fosse retirado o amianto dos telhados de algumas escolas, é uma preocupação já muito apresentada, quer pela comunidade educativa, quer também pelos pais e professores, neste caso, e que nós tentamos, ou procedemos pelo menos à tentativa de reprogramação desta medida 4.3 do PDCT, que tem a ver com a Comunidade Intermunicipal. E já agora, dizer-vos que as escolas que tentamos incluir neste projeto serão a EB1 de S. Lourenço do Douro, a EB1 de Paredes de Viadores, a EB1 de Constance (Outeiro), EB1 de Sobretâmega, EB1 da Freita, EB1 de Santo Isidoro, EB1 de Rio de Galinhas, EB1 de Maureles, EB1 de Lordelo (Vila Boa de Quires), EB1 da Esperança (Várzea de Ovelha e Aliviada) e EB1 da Carreira (Aversadas). Dar nota de que estas escolas estariam já sinalizadas pelos nossos serviços técnicos como tendo, algumas delas, necessidades, nomeadamente no amianto, e que poderiam também, efetivamente, poder corresponder àquilo que são os critérios da eficiência energética que estão explanados nesta medida 4.3 do PDCT.

Temos também aqui um novo projeto, que é o protocolo de colaboração com a Associação Florestal Entre Douro e Tâmega. Dizer que este protocolo já existia com o anterior município, já tinha um financiamento definido, que são trinta e sete mil e quinhentos euros (37.500€). Esta



verba, como digo, já existia, este protocolo; trouxe-lo, no fundo, para os novos projetos, atendendo à possibilidade de haver uma maior cooperação desta entidade na limpeza de terrenos e matas, na prevenção contra os incêndios florestais, que, infelizmente, foram devastadores no nosso Portugal. Aliás, o Governo já deu o mote para se fomentar a criação de mais zonas de intervenção florestal, e também está em cima da mesa, neste momento, o desafio para que as autarquias passem a realizar o cadastro da propriedade rústica. E por isso, este protocolo de colaboração com a Associação Florestal poderá ter, efetivamente, outros contornos no ano de 2018, será uma situação que vamos ter que avaliar mais em concreto também com esta entidade.

Em relação à rubrica dos “Estudos, pareceres, projetos e consultadoria”, dizer que estão aqui sessenta mil euros (60.000€) para auditorias energéticas, que têm a ver, efetivamente, com as auditorias que vão ser precisas para estas escolas serem candidatas, ou seja, temos que ver se cumprimos, ou se elas cumprem os critérios energéticos para poderem ser candidatas à Comunidade Intermunicipal no projeto acima já identificado. Temos, depois, um projeto que se chama “Marco Habita Social”, que está subdividido em duas (2) ações (empreitadas e administração direta), que têm neste momento um financiamento definido no montante apenas de duzentos euros (200€), e que, no fundo, foi para abriremos uma rubrica, porque vamos ainda estudar a inclusão de outras escolas, além daquelas que já estão neste projeto designado “Marco Habita Social”, nomeadamente duas (2) escolas em Sande e S. Lourenço que já estavam requalificadas (estamos apenas a tratar aqui do regulamento), uma escola em Várzea do Douro, que creio que é a Escola da Gandra, e duas (2) em Soalhães – S. Salvador e Lardosa, que no fundo são quatro (4), porque estas escolas são escolas primárias, ou EB1, e também JI. E por isso, este montante de duzentos euros (200€) é apenas um montante indicativo, porque depois vamos reforçar esta rubrica com o saldo de gerência. O mesmo acontece com um projeto que designamos “Marco Habita Jovem”, que também está subdividido em duas (2) ações, podem ser por empreitada ou por administração direta (deixamos ficar estas duas (2) questões em aberto), com o financiamento definido também no montante de duzentos euros (200€), cujo objetivo será, no futuro próximo – durante o primeiro trimestre, pelo menos – estudarmos esta medida de forma mais coerente e podermos também apresentá-la. O objetivo deste “Marco Habita Jovem” será fixar os jovens do concelho, e será consolidado também com o saldo orçamental.

Temos também aqui nos projetos o Centro de Bem Estar Animal do Marco de Canaveses, a aquisição de equipamento – no fundo, está aqui um financiamento definido, no montante de seis mil e quinhentos euros (6.500€) para a aquisição daquilo que designamos de sala cirúrgica para castração dos animais.

Festival da Juventude do Marco de Canaveses, subdividido em três (3) ações (aquisição de serviços, aquisição de bens e publicidade), com financiamento definido no montante de cinquenta mil euros (50.000€), e que tem vinte mil, trezentos e oitenta e nove euros (20.389€) diferidos para 2019 – é também um dos projetos que gostaríamos de levar a cabo no ano de 2018.

Temos também na rubrica de “Estudos, pareceres e consultadoria”, temos aqui para a promoção do potencial turístico – como alguns devem estar lembrados, foi também uma das apostas no nosso programa eleitoral – o “Visite Marco”, com financiamento definido no montante de cinquenta mil euros (50.000€) – é apenas uma rubrica que está aqui com um valor muito



reduzido, que depois, se houver essa necessidade, também com o saldo de gerência será reforçada. Dar nota de que este “Visite Marco” é um projeto em que, como é lógico, estamos a realizar a inventariação de propostas e tentar definir, já no início do ano, algumas medidas e projetos para apresentação a fundos de financiamento comunitário. E dizer também, já em relação a isto, que apresentámos hoje mesmo um projeto ao Turismo de Portugal, uma candidatura na área do turismo, que também será uma candidatura que pode servir de alicerce, ou pelo menos complementar este “Visite Marco”.

Em termos objetivos, temos aqui um Orçamento de trinta e quatro milhões e seiscentos e quatro mil euros (34.604.000€), sendo que grande parte dos investimentos estavam já decididos e adjudicados pelo anterior Executivo – como aqui já foi referido, e muito bem – e onde deixamos também algumas rubricas abertas para projetos que este Executivo, no cumprimento dos compromissos sufragados nas eleições de 1 de outubro, assumiu com a população de Marco de Canaveses. Quisemos assim deixar algumas rubricas, como aqueles investimentos que acabei de referir anteriormente.

Logicamente que cerca de dois (2) meses não é tempo suficiente para podermos realizar uma avaliação séria e rigorosa aos projetos que gostaríamos de aqui trazer, e por isso, muito desse trabalho será realizado ao longo do ano de 2018. Sendo que o Orçamento é um documento previsional, ao longo do ano, se assim for necessário, faremos as modificações e as alterações que se julguem necessárias.

Dar nota que este reforço de verbas, e estes projetos que podem vir ainda a ser concretizados durante o ano de 2018, e que vamos tentar inventariar essas propostas e definir melhor estes projetos, podem ser levados a cabo com o saldo de gerência – esta informação foi obtida hoje, no final do dia, que pode chegar aos dez milhões de euros (10.000.000€). Ou seja, permitirá consolidar, a partir do meio do ano, os projetos que pretendemos levar a cabo.

No fundo, eram estas as notas que tinha para vos dar do Orçamento que hoje é aqui apresentado pelo Executivo Municipal para o ano de 2018. É um Orçamento que reflete muito daquilo que já estava, como vos disse, deferido e que está a ser executado – e algumas das obras ainda vão iniciar no início do ano de 2018, provavelmente algumas delas irão arrastar-se até meio do ano de 2018. E por isso, como vos disse, este é um Orçamento que tem algumas marcas nossas, mas que, ao longo do ano, vai ter que ser melhor trabalhado. E como é um documento previsional, e teremos também o reforço do saldo de gerência, teremos todo o gosto em melhorar estas nossas propostas ao longo do ano.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu convido a Assembleia a inscrever-se para falar sobre esta questão. Eu dava a palavra ao Sr. Deputado Celso Santana.

--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---

Sr. Presidente, pedindo a dispensa das habituais formalidades, ouvi aqui por parte da Sra. Presidente de Câmara dizer que vai ser utilizada a verba da CIM no melhoramento e na retirada do amianto de algumas escolas. Como já fiz chegar à Câmara Municipal, através de ofício, com



conhecimento da Diretora da Escola EB1 da Barroca, e não ouvi falar no nome dessa escola, gostaria que também fosse contemplada com esse melhoramento. Falou? Se falou, estava desatento. Peço desculpa.

É tudo, obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dava a palavra ao Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, boa noite novamente.

Ultrapassando os habituais formalismos, eis que estamos aqui na presença do primeiro Orçamento deste novo Executivo, se bem que eu acho – e corrija-me, Sra. Presidente, se eu estiver enganado – que poderá não ser totalmente o Orçamento do atual Executivo, já que há bastantes compromissos assumidos até então que terão que ser respeitados no próximo ano de 2018, e quiçá em anos consequentes.

Fazendo uma pequena análise do Orçamento proposto, fazendo um grau comparativo entre 2017 e 2018, há aqui alguns valores que nos saltam logo à vista. Um deles, logo na parte da receita, dos impostos diretos, em que houve uma redução de cerca de vinte e dois ponto cinquenta e três (22,53%) na cobrança de impostos – toda a gente sabe do que é que estamos a falar, na redução das taxas de IMI, que vão ter um impacto direto no Orçamento do Município, e como tal, depois vai ter que haver a captação de outro tipo de receitas para “sobrepor”, entre aspas, a este decréscimo de vinte e dois por cento (22%) nesta receita. Dá para perceber no item das taxas, multas, etc., um crescimento de vinte e cinco ponto cinquenta e três por cento (25,53%), que eu acho que está associado ao crescimento económico, porque aqui temos taxas de licenças, etc., e acho que isto poderá estar associado a este crescimento, e estar ponderado nessa questão do Orçamento. Na venda de serviços, como a Sra. Presidente disse, também há um acréscimo de vinte e nove ponto catorze (29,14%), que também penso que está refletido com o crescimento económico elencado a essa situação.

Relativamente às despesas, há aqui uma das situações que me saltou logo à vista, que tem a ver com a aquisição de serviços. Eu verifiquei que nos consumos energéticos de gasóleo e gasolina houve aqui um decréscimo de cerca de trezentos mil euros (300.000€), pelo menos, de previsão. Eu não quero acreditar que isto sejam só idas ao Porto; eu acho que deverá estar aqui, se calhar, associada outra coisa qualquer. Também percebi que houve uma redução relacionada com as horas extraordinárias que estavam previstas fazer, num grau de comparação com 2017 e 2018.

Quanto às obras que eu vejo aí no Plano Plurianual de Investimento, dá para perceber que há alguma aposta na água e saneamento, e que o PARU vai captar um grau de investimento grande relativamente a este Orçamento previsto para 2018. Vejo também algum investimento na requalificação da rede elétrica do concelho, que pode consequentemente dar reduções de consumos elétricos, uma aposta nas energias LED, como vem lá referenciado.



Felicitar a consideração do Festival da Juventude, que ao longo do concelho, durante a campanha eleitoral, nos foi muitas vezes solicitado.

E também, para terminar, perceber que existem cerca de vinte e cinco milhões de euros (25.000.000€) em contingentes associados a processos em tribunal. Isto é um facto que eu acho que teremos que ter alguma, se não muita importância, perceber em que estado estão e qual pode ser o impacto destes ditos processos, que poderão ter no Orçamento da Câmara Municipal.

E também felicitá-la por, em período de Orçamento, perceber qual vai ser o valor que vai transitar deste ano corrente para 2018, e começar já a atribuir-lhe destinos, que é para nós depois não sermos aqui surpreendidos, em abril ou em maio, com as verbas a aparecer nos itens do Orçamento sem sabermos para onde é que eles vão. Pelo menos já há um compromisso desta Câmara Municipal com esta Assembleia, em alguns pontos fundamentais que foram aqui assumidos pela Sra. Presidente, em fazer esta redistribuição do saldo de gerência de um ano para o outro.

Esta será a minha última intervenção durante o período da noite. Desejar a todos uma boa passagem de ano, que toda a gente goze com muita saúde o próximo ano, e que no ano seguinte esperemos também muitas felicidades para todos nós.

Obrigado e boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou de seguida a palavra ao Sr. Deputado Luís Vales. Faça favor, Sr. Doutor.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas deputados da Assembleia Municipal, caras e caros Marcoenses:

Eu gostaria de fazer um ponto prévio referente à apreciação do Orçamento que aqui nos traz o Executivo. A Constituição da República Portuguesa, no n.º 2 do seu art.º 114.º, consagra o Direito de Oposição Democrática. O n.º 3 do art.º 5.º da Lei n.º 94/99 consagra que os Partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais, e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício das funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos Orçamentos e Planos de Atividades. Todos os Partidos têm esse direito, e conforme prevê a Constituição da República Portuguesa, os Partidos da Oposição são fundamentais para que o poder executivo seja fiscalizado, seja auditado, e devem contribuir para que a governação vá de encontro aos superiores interesses dos cidadãos. A Sra. Presidente, neste caso, não esteve bem, pois ignorou o Direito da Oposição, nomeadamente o direito de consulta prévia, não ouvindo os Partidos políticos sobre este Orçamento que agora apresenta, e diminuindo assim o papel democrático desses Partidos. Nós percebemos e entendemos que seja uma falha pontual, mas o PSD não pode deixar de solicitar à Sra. Presidente que tal não se volte a repetir.



Um outro ponto que gostaria de salientar é o facto de a metodologia que o Partido Socialista segue na formulação deste documento ser exatamente a mesma que os Executivos do PSD sempre assumiram no passado, e que tantas críticas mereceram por parte do PS. Dois (2) exemplos: na Assembleia Municipal de 26 de novembro, a Sra. ex-Presidente da Junta de Soalhães, agora Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, referindo-se à Norma de Controlo Interno, dizia: *“E em relação à Norma de Controlo Interno, eu acho que também deve ter sido erro, porque vocês (PSD) fazem copy / paste.”* E *copy / paste* foi aquilo que nós encontramos neste Orçamento. Aliás, há até aqui uma página particularmente interessante, que é a página 40, em que é tudo igual, só muda “Grandes Opções do Plano e Orçamento”, de “2017” para “2018”, de resto é igual.

Mas, um outro exemplo – e se calhar este mais grave – é que na mesma reunião da Assembleia Municipal, o deputado José Valdoleiros, do Partido Socialista, referia, e cito: *“O Orçamento ora apresentado enferma das mesmas deficiências que o Partido Socialista tem vindo a apontar nos últimos anos, como a suborçamentação de determinadas rubricas”*, a tal coisa de colocar cem euros (100€) em cada rubrica, como era, aliás, prática comum do PSD, e que nós não temos nada aqui a dizer, mas que o Partido Socialista, pela voz do deputado José Valdoleiros, nessa reunião do ano passado, dizia que existia esta suborçamentação de determinadas rubricas, com a possibilidade de virem a ser reforçadas com a inclusão do saldo de gerência, o que, na opinião do Partido Socialista de há um ano atrás, consubstanciava, no seu entendimento, um “saco azul” político. Eu pergunto-lhe, Sra. Presidente: o que é que a Sra. Presidente da Câmara, agora legitimamente eleita e em funções, pelo Partido Socialista, o mesmo Partido que há um ano estava cá, tem a dizer? Considera que este é um Orçamento de “sacos azuis”? Nós, PSD, não consideramos, mas o Partido Socialista fará o seu entendimento. Apenas nos parece que lhe restará fazer, Sra. Presidente, uma coisa, que é dizer que, afinal, a estratégia que o PSD adotou nos seus Orçamentos foi a correta, e que apenas criticava dessa forma acérrima porque tinha de criticar alguma coisa, e porque tinha de preparar também a sua candidatura nas eleições de 2017.

Mas, Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, há nesta proposta de Orçamento algumas questões que nos levantam dúvidas e que gostaríamos de ver esclarecidas.

Em primeiro lugar, o aumento brutal, em mais de trezentos e noventa e sete mil euros (397.000€), em estudos, projetos e consultadoria. Já foi aqui uma parte explicada pela Sra. Presidente, mas gostaríamos de saber o porquê deste aumento substancial – porque isto é um aumento de trezentos e noventa e sete mil euros (397.000€), um aumento – até porque os procedimentos concursais de projetos e respetivas candidaturas a fundos comunitários sempre existiram, e estavam dotados em Orçamento. A este propósito, na mesma reunião de novembro de 2016, o Partido Socialista também criticava a despesa com este tipo de projetos, que na altura eram de mais cento e catorze mil euros (114.000€). Hoje, a Sra. Presidente propõe gastar mais do triplo. A sua Bancada, não sei o que é que dirá, mas o que nos interessa, e aquilo que nós levamos hoje serão as explicações da Sra. Presidente para este aumento em estudos e consultadoria.

Uma outra questão que gostaria de lhe colocar é o facto de aumentar a verba prevista para aquisição de serviços, em cento e vinte mil euros (120.000€), quando diminui a dotação para



outros bens, onde se inclui a aquisição de materiais para obras por administração direta. Ou seja, pelo que percebemos, a Sra. Presidente, em vez de utilizar os funcionários autárquicos para realizar obra, vai fazer fora. Poderá argumentar que não tem pessoal suficiente, ou qualificado, na autarquia, mas é que graças à gestão dos anteriores Executivos do PSD e aos sacrifícios dos Marcoenses, a Sra. Presidente hoje pode contratar sem restrições, daí esta pergunta que lhe coloco fazer todo o sentido. Como é que justifica estes cento e vinte mil euros (120.000€) de aumento em aquisição de serviços, ou seja, a ir fazer fora.

Verificamos também que nos subsídios para as Juntas de Freguesia, a componente da despesa corrente diminui de vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e um euros (24.661€), e a de capital, trezentos e trinta e quatro mil euros (334.000€), a que a Sra. Presidente já respondeu. Mas, ainda neste caso, nós apenas percebemos que agora há um bolo deste valor, mas depois não sabemos quanto é que caberá a cada freguesia. E nós gostaríamos de ter acesso – e tenho a certeza que a Sra. Presidente, como preza tanto a transparência, dará aos deputados municipais no Grupo Municipal do PSD aquilo que costumava existir em todos os Orçamentos dos últimos anos, que era um mapa de transferências para as Juntas de Freguesia, em que nós sabíamos que em Banho e Carvalhosa iria ser contemplada com X, Bem Viver com Y, Vila Boa de Quires e Maureles com outro tanto. E portanto, gostaríamos que a Sra. Presidente, em nome da transparência também, e para que nós possamos em consciência dizer que, de facto, a Sra. Presidente está a distribuir de forma harmoniosa o dinheiro a todas as Juntas de Freguesia, nós gostaríamos de ter acesso a este mapa. E, aliás, isto também vai permitir a todos nós, deputados do Partido Social Democrata, citar, ou não, o Sr. ex-Presidente da Junta e atual Vice-presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, Mário Bruno Magalhães, quando há cerca de um ano, nesta Assembleia Municipal, considerou que o anterior Orçamento não promovia a equidade na distribuição de recursos e serviços do município pelas freguesias. Ora bem, se nós tivermos o acesso a este mapa, ao dinheiro que vai para cada freguesia, e se verificarmos que, de facto, é distribuído de acordo com as necessidades das freguesias, nós, enfim, iremos dar o braço a torcer e concordar com o Sr. Vice-presidente da Câmara.

Finalmente, gostávamos de salientar que devido a esta gestão rigorosa dos Executivos do PSD e ao esforço dos Marcoenses, foi possível diminuir o IMI, a Derrama e o IRS no nosso território, e para além disso, hoje a Sra. Presidente tem mais um milhão e novecentos mil euros (1.900.000€) para investir e aplicar na nossa terra, fruto da renegociação da dívida em 2016, e que permitiu reduzir os juros do empréstimo. Hoje, este Executivo do Partido Socialista tem mais cento e sessenta mil euros (160.000€) por mês para investir e melhorar as condições de vida dos cidadãos do Marco de Canaveses. E por tudo isto, gostaríamos de saber – porque não vemos aqui – onde é que vai ser aplicado esse um milhão e novecentos mil euros (1.900.000€), onde está a visão estratégica deste Executivo, onde está a preocupação com a coesão económica, social e territorial. Há um ano, o agora Vice-presidente dizia também, e cito: *“Este Orçamento para 2017 está a ferir mais uma vez o investimento estratégico de coesão económica, social e territorial.”* O que dirá agora, que apresenta um Orçamento idêntico ao de 2017? Onde está o tão prometido investimento em água e saneamento? Onde estão, neste Orçamento, novas obras de água e saneamento? Nós não conseguimos encontrar.

Onde está a tão solicitada revisão da Carta Educativa, Sra. Presidente? Há um ano, a Sra. Presidente, na altura, Presidente da Junta de Soalhães, dizia, e vou citar: *“Começando pela área da educação...”*, de acordo com a ata, *“... declarou que o Executivo deliberadamente omitiu a*



questão da revisão da Carta Educativa, conforme obrigatoriedade legal constante do Decreto-lei n.º 7/2013, de 15 de janeiro, assumindo desta forma a sua aparente indisponibilidade para proceder à sua revisão.” O que é que tem agora a Sra. Presidente a dizer, agora que é Presidente de Câmara, mas que, de facto, também omitiu aqui o que pedia há um ano.

E onde é que está o programa de apoio à economia e ao emprego que a Sra. Presidente há um ano pedia? Onde está a aposta no desenvolvimento sustentado da nossa terra? Onde estão as promessas do Partido Socialista, para além de dois (2) ou três (3) pormenores, de duzentos euros (200€), cem euros (100€), que depois serão eventualmente colocados com o saldo de gerência? Onde estão os compromissos que assumiu com as pessoas que a elegeram?

O que esperávamos era que este Orçamento nos trouxesse alguma estratégia, alguma visão, algum cunho pessoal da Sra. Presidente, e infelizmente – infelizmente para nós – não foi isso que aqui nos apresentou.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dou a palavra à Sra. Presidente, para efeitos de resposta às interpelações apresentadas.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bem. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, caros deputados, vamos ver se me organizo aqui nas respostas às perguntas que nos foram colocadas.

Em relação à questão da água e do saneamento, que foi aqui uma abordagem feita pelo Sr. Deputado Bruno Caetano, e também pelo Sr. Deputado Luís Vales, dizer que em relação a este aspeto, de facto, vocês não encontram no Orçamento nenhum investimento que seja resultante de uma decisão deste novo Executivo, ou seja, todas as rubricas que estão no Orçamento em relação à parte do ambiente – ou seja, da água e saneamento – são rubricas de processos concursais ou de objetivos que já estavam definidos pelo anterior Executivo, e que estão aqui revertidos. Foi decisão deste Executivo, já depois das conversas que tivemos com as Águas do Marco e com os serviços técnicos da Câmara Municipal, não avançarmos com mais obras, até porque muitas delas estão neste momento a decorrer – ainda há bocado, o Sr. Presidente da Junta de Vila Boa de Quires nos fez chegar aqui também a questão da conclusão da sua ETAR, há outras ETAR's que foram construídas, ramais, e por isso, ainda estão a decorrer. E por isso, nós entendemos que durante o ano de 2018, resultante ainda dos investimentos definidos pelo anterior Executivo, vai haver obra e está a decorrer obra nesta área. Decidimos não colocar mais nenhuma obra na área da água e do saneamento enquanto não tivermos – como há bocado tive oportunidade de dizer – esta situação devidamente esclarecida em relação ao contrato das águas. Foi uma decisão política que tivemos, também para depois redefinirmos, ou não, um novo plano de investimentos, de acordo com esta decisão. E por isso é que não têm oportunidade de aí ver essa questão explanada.

Em relação à situação que o Sr. Deputado Luís Vales aqui colocou, sobre os Partidos políticos serem ouvidos na elaboração do Orçamento (ou seja, na consulta prévia), já tive oportunidade de dar essa informação, também ela solicitada – e essa sua intervenção também foi replicada na



Reunião de Câmara pelo Sr. Vereador, Eng.º José Mota – eu já tive oportunidade de dar essa informação e de pedir desculpa porque, de facto, houve essa não assunção dessa responsabilidade por parte da Sra. Presidente de Câmara, e eu aqui assumo essa responsabilidade, por dois (2) motivos: porque, de facto, tínhamos reuniões agendadas com os serviços técnicos para definir o Orçamento, e eu tive algumas reuniões, inclusive com os Srs. Presidentes de Junta, que entendi que eram prioritárias, e desmarquei essas reuniões de trabalho, quando julgava poder fazê-las logo de seguida, mas infelizmente os nossos técnicos da área financeira tiveram também formação em relação ao novo código de procedimento CPCC, que vai agora entrar em vigor com as novas alterações. E por isso, eles tinham formação agendada, e tivemos aqui quinze (15) dias em que, de facto, não pude, efetivamente, trabalhar no Orçamento como era a minha expectativa e como era a minha pretensão. E por isso, em termos de *timing*, as coisas decorreram mais rápido do que eu julgava, e já assumi, e peço também aqui desculpa aos Líderes dos Partidos por não terem sido ouvidos. E como o Sr. Deputado disse, será pontual, porque no próximo ano teremos isso em atenção. E desde já, peço que aceitem o meu pedido de desculpa por esse lapso.

Em relação à citação que fez sobre a Norma de Controlo Interno, Sr. Deputado, dizer-lhe que eu me lembro perfeitamente da minha intervenção, está descontextualizada, porque o que acontecia ali era mesmo um *copy / paste*, mas não vou ter isso em atenção neste momento, porque também não é o que interessa aqui.

Dizer que em relação àquilo que referiu, na página 40 deste Orçamento, dizer que só mudam as Grandes Opções do Plano, e dizer-lhe, Sr. Deputado, que, de facto, o Orçamento é um instrumento técnico. Ou seja, por muita capacidade de imaginação que tivermos, o Orçamento tem requisitos legais, como sabe, e por isso nós não podemos inventar grande coisa. Podemos, sim – e aí tem toda a razão – mudar as Grandes Opções do Plano, e o Sr. Deputado teve a oportunidade de me ouvir aqui identificar projetos que foram compromissos eleitorais que foram sufragados em eleições, e que fiz questão, ainda com uma rubrica de valores reduzidos, de poderem ser – e serão, certamente – reforçados com o saldo de gerência, e são projetos que se distinguem, quer na área social, quer na área económica, como é o “Invest – Marco”, como é o “Visite Marco”, na área turística, como é também a habitação, o “Marco Habita Social”, que é um projeto de cariz social para ajudar aqueles que não têm condições para terem uma habitação condigna com os rendimentos que têm, habitações sociais que também estarão, segundo o regulamento, na habitação social do município, preparadas para acolher famílias em situações de violência doméstica, ou até em situações de recuperação, podem ser periodicamente acolhidas nessas residências, nessa habitação, e por isso tem aqui também uma preocupação, Sr. Deputado, social nossa neste projeto, como temos também uma preocupação económico-social no nosso projeto do “Marco Habita Jovem”.

Sr. Deputado, em relação à questão que nos faz, dos trezentos e noventa e sete mil euros (397.000€), no aumento exponencial, segundo o que diz, nos projetos e consultorias, essa minha intervenção que fiz também já resulta daquilo que foram as nossas opções, nós temos muitos projetos que, infelizmente ou felizmente, vão ter que ser adjudicados, no âmbito dos fundos comunitários, fora, também consultorias no âmbito do turismo, estamos a preparar essa consultoria, e também uma consultoria no âmbito económico-financeiro, para nos dar também algum apoio no projeto “Invest – Marco”. E por isso, este aumento na rubrica dos projetos e consultoria. E dizer-lhe que vamos tentar, sempre que possível – e já o fizemos hoje



– apresentar esses projetos, aqui na Assembleia e na Reunião de Câmara, para que não subsistam dúvidas sobre quais são os projetos e quais são os valores que teremos alocados a esses projetos ou consultadorias.

Em relação à questão que nos colocou, do dinheiro para as transferências para as Juntas de Freguesia, essa listagem, eu tenho-a aqui, não sei se ela vos foi distribuída, mas eu tenho aqui a listagem das transferências que eram feitas para as Juntas de Freguesia, e que é, efetivamente, o contrato interadministrativo dos investimentos, que agora passa a ser da Câmara Municipal, passa a estar nos investimentos da Câmara Municipal. São trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) que eram distribuídos pelas dezasseis (16) freguesias, muito embora algumas delas, no anterior Executivo, já tenham deliberado que não queriam fazer elas o investimento, e já diziam à Câmara Municipal onde é que queriam que a Câmara Municipal fizesse esse investimento. E, no fundo, essa distribuição dos trezentos e cinquenta mil euros (350.000€), foram critérios definidos, e muito bem, em 2013, que foram aqui discutidos pelo Executivo Municipal à data, e que tivemos a oportunidade, eu e o Eng.º José Mota, na Reunião de Câmara inclusive, há bocado, à tarde, de trocar algumas impressões sobre algumas questões dos critérios que estão associados a estes contratos interadministrativos. E dizer-lhe que são critérios, efetivamente, muito objetivos, critérios que têm a ver com vinte por cento (20%) que é distribuído igualmente por todas as freguesias, sessenta por cento (60%) distribuídos na razão direta do número de habitantes, e vinte por cento (20%) distribuídos na razão direta das áreas. E por isso, os valores que estavam definidos pelo anterior Executivo, neste contrato interadministrativo, vão-se manter exatamente iguais. O que foi dito aos Srs. Presidentes de Junta é que não são eles, efetivamente, a fazer os procedimentos concursais; será a Câmara Municipal, e os Srs. Presidentes de Junta indicarão quais são as obras que pretendem levar a cabo na sua freguesia. E por isso é que isso também nos leva aqui a uma redução das transferências para as Juntas de Freguesia, mas que depois lhe posso fazer chegar, a si e aos Srs. Deputados, caso não tenham. Este documento, tenho-o aqui no Orçamento, é um mapa das transferências para as Juntas de Freguesia.

Dizer-lhe também que já falámos na Carta Educativa, o Sr. Deputado disse que não viu aqui nada em relação à Carta Educativa, mas dar-lhe conta de que reuni, logo no meu primeiro mês de mandato, com o técnico que agora foi até requalificado por mobilidade interna, que está agora com este projeto da Carta Educativa, inclusive fez-me já chegar um conjunto de notas e sobretudo de dados que dizem respeito aos dados do ano letivo de 2017 e 2018. A Carta Educativa está a ser trabalhada, já está a ser atualizada, coisa que já devia ter sido feita há muito tempo – como sabe, a Carta Educativa deveria ter sido alterada, ou deveria ter sido revista cinco (5) anos após a sua aprovação; só para o lembrar que ela foi aprovada em 2006. Ou seja, cinco (5) anos após a sua aprovação, de facto, ela não estava revista conforme previa a Lei; tinha sido monitorizada pelo anterior Executivo, aliás, tinha já sido várias vezes debatida nesta Assembleia Municipal. Dar-lhe conta de que temos aqui os dados que já nos fizeram chegar de todos os Agrupamentos de Escolas, também temos aqui informação sobre questões que não estavam previstas na Carta Educativa, e que, efetivamente, já se alteraram, e outras que, de facto, estavam previstas na Carta Educativa, e não ocorreram. Dar-lhes um exemplo: estava previsto encerrar o JI da Légua, e este manteve-se em funcionamento; estava previsto encerrar a EB1 de Paredes de Viadores e transferir os alunos para a EB1 de Rio de Galinhas, e esta manteve-se em funcionamento. Dar-lhe, por exemplo, exemplos do que não estava previsto na Carta Educativa: encerrou o JI da Corredoura, na Folhada, e não estava previsto; encerrou o JI



de Laurentim, em Sande, e também não estava previsto na Carta Educativa; encerrou a EB1 de Vila Nova, que se agregou ao Centro Escolar de Sande, que também não estava previsto. Ou seja, estes dados, já os temos, já pedimos aos Agrupamentos de Escolas que nos fizessem chegar os dados referentes aos anos de 2017 e 2018, vamos atualizar a Carta Educativa, e logo que seja possível reunir o Conselho Municipal de Educação – que, como sabem, hoje até foi nomeado aqui um Sr. Presidente de Junta para fazer parte do Conselho Municipal de Educação – será apresentada esta Carta Educativa revista, Sr. Deputado.

Pronto, e no fundo, eram estas as notas que queria dar sobre as questões que me foram colocadas. Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelo tempo que me disponibilizou.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ora, concluídos os trabalhos da parte da resposta da Sra. Presidente, nós vamos submeter à votação da Assembleia o Ponto n.º 3.17. Ora, quem vota contra? Quem se abstém? Dezassete (17) abstenções. Agora, eu pedia que pusessem o braço no ar as pessoas que votam a favor, para efeitos de contagem. Vinte (20) votos a favor. Ora, a proposta respeitante ao Ponto n.º 3.17 foi aprovada com vinte (20) votos a favor, e com dezassete (17) abstenções.

Eu passo a palavra à 2.ª Secretária, para efeitos de aprovação de alguns pontos por minuta.

--- Maria Gorete Pinheiro (2.ª Secretária, PS) ---

Ora, boa noite a todos.

Então, para aprovação em minuta, temos o Ponto n.º 1.2, Proposta para alteração dos tempos regimentais. Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 1.2, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor. Portanto, alguém vota contra? Alguém se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passando ao Ponto n.º 3.2, Proposta para captação e difusão de imagens e som das sessões da Assembleia Municipal. Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.2, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor. Alguém vota contra? Alguém se abstém? Votam a favor? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.4, Apreciação e deliberação sobre a disposição dos lugares dos membros da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 4 do art.º 9.º do Regimento da Assembleia Municipal. Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.4, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com trinta e um (31) votos a favor. Portanto, alguém vota contra? Alguém se abstém?

Ponto n.º 3.5, Apreciação e deliberação da proposta para a dispensa de leitura das atas das sessões da Assembleia Municipal, de acordo com a deliberação da Reunião de Líderes de 8 de novembro de 2017. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e dois (32) votos a favor. Alguém vota contra? Alguém se abstém?



Ponto n.º 3.12, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para Declaração de Interesse Público Municipal: Hostel Madureira – Turismo, Lda., edifício existente junto à Estação do Caminho de Ferro, Freguesia do Marco. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor. Alguém vota contra? Alguém se abstém?

Ponto n.º 3.14, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor. Alguém vota contra? Alguém se abstém?

Ponto n.º 3.16, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da revisão tarifária para o ano de 2018 – Águas do Marco, SA. Foi aprovado por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor, e quinze (15) abstenções. Alguém vota contra? Alguém se abstém?

E finalmente, Ponto n.º 3.17, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano Financeiro de 2018. Foi aprovado por maioria, com vinte (20) votos a favor, e dezassete (17) abstenções. Alguém vota contra? Alguém se abstém?

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu dava a palavra à Sra. Presidente, para a eventualidade de querer manifestar-se, neste final de ano, relativamente ao povo do Marco e a esta Assembleia.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bem, Sr. Presidente da Assembleia, muito obrigada.

Parece que adivinhou, porque eu estava aqui a pensar em pedir-lhe a palavra para, em meu nome pessoal, em nome da Câmara Municipal e do Executivo, desejar a todos um bom ano de 2018. A todos os deputados municipais, votos de um bom trabalho para todos, de muito sucesso durante o próximo ano. E também àqueles que nos ouvem em casa, aos Marcoenses, também desejar-lhes a todos um bom ano de 2018, sobretudo com muita saúde, que é o que é importante. Era essa a nota que lhes queria transmitir. E ao Sr. Presidente da Assembleia também, desejar-lhe um bom ano, a si e aos Srs. Secretários.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Relativamente à minha pessoa, eu quero agradecer-vos a compreensão que manifestaram por alguns lapsos da minha parte. Para quem começa o exercício de um cargo como Presidente da Assembleia, sem nenhum traquejo neste tipo de coisas, confesso-vos que foi um prazer, mas é um prazer como aprendizagem. E a aprendizagem demora tempo. Por isso, muito obrigado.

Relativamente à passagem de ano, relativamente às festas que se avizinham, desejo-vos uma entrada excelente, que corra tudo bem, e que o novo ano seja, no mínimo, tão bom como aquele que vai acabar.



Muito obrigado.